



Fazer • Volume 7

Educativo

Educação ambiental e cidadania:
um processo diário e contínuo

Estanislau Ferreira Bié
Henrique Cunha Junior
Maria Saraiva da Silva
Theóphilo Michel Á. C. Beserrac
Francisco Agnaldo L. Bibiano
Estanislau F. Bié Terceiro
Francisco Valdey A. Guedes
Ledivan Miranda Araújo
(Orgs.)



Fazer a educação dos conhecimentos cognitivos, e torna-los *Fazer Educativo* na rotina das transposições de conhecimentos históricos, tanto para professores quanto para estudantes suscitará várias modalidades didáticas e um currículo que corresponda aos desafios sociais, políticos e culturais frente a atual conjuntura do Estado Brasileiro. Os desafios à sociedade brasileira em sua diversidade regional e de características peculiares, frente à organização metodológica da educação, em que a política partidária determina o que se deve ensinar e o que se deve aprender a *Coleção do Fazer Educativo*, nesta etapa, composta por coletâneas de artigos produzidos por pesquisadores docentes e discentes de cursos de pós-graduação stricto-sensu e lato sensu tem por objetivo, apresentar os caminhos e descaminhos percorridos pelas propostas para o desenvolvimento da educação no Brasil. A *Coleção do Fazer Educativo* como projeto de ampliação dos olhares didáticos para as concepções pedagógicas, tem por meta, a transformação e transposição de conhecimentos em vista da justiça social, a partir das avaliações dos contextos atuais das instâncias educacionais. Esta coleção em sua variedade de temas enseja segundo os organizadores chegar às mãos de profissionais da educação e comunidade escolar para que os conteúdos definidos de forma simples tenham alcance múltiplo nos sistemas de ensino e para que o fazer-didático docente possa está amparado por bases teóricas sólidas. O *Fazer Educativo*, portanto, requer dos/as docentes decisões de embarcar na história social e política da educação. É um convite ao ponto crucial do que se pretende realizar com e para os/as educandos/as, pois, educar pressupõe amar-se e amar. Dar e receber. É educar para um mundo de tomada de decisões, de participação e construção de uma nova sociedade em que as sementes da dignidade, do respeito e do amor, nasçam, floresça e dê os frutos de prosperidade.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



INSTITUTO SUPERIOR
DE ENSINO SEM
FRONTEIRAS - ISESF



 **editora fi**
www.editorafi.org

Fazer Educativo



Diálogos *Transdisciplinares* **em Educação**

Diretor da série:

Herlon Alves Bezerra

Comitê Científico e Editorial:

Caroline Farias Leal Mendonça; Leandro de Proença Lopes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Redenção/CE, Brasil

Helder Manuel Guerra Henriques
Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Portalegre, Portugal

Bernadete de Lourdes Ramos Beserra; Léo Barbosa Nepomuceno; Mariana Tavares Cavalcanti Liberato
Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE, Brasil

Carlos Alberto Batista Santos; Juracy Marques
Universidade do Estado da Bahia – Brasil

Aline Lima da Silveira Lage
Instituto Nacional de Educação de Surdos – Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Carlos César Leal Xavier; Pablo Dias Fortes
Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz – Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Ana Carmen de Souza Santana; Dilsilene Maria Ayres de Santana; Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior
Universidade Federal do Tocantins – Palmas/TO, Brasil

Carlos Eduardo Panosso
Instituto Federal do Tocantins – Palmas/TO, Brasil

Edson Hely Silva
Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE, Brasil

Alexandre Franca Barreto, Eliana de Barros Monteiro, Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Universidade Federal do Vale do São Francisco – Petrolina/PE, Brasil

Ana Patrícia Frederico Silveira, Ana Patrícia Vargas Borges, André Ricardo Dias Santos, Antônio Marcos da Conceição Uchôa, Bartolomeu Lins de Barros Júnior, Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco, Cristiano Dias da Silva, Edivânia Granja da Silva Oliveira, Eduardo Barbosa Vergolino, Francisco Kelsen de Oliveira, Gabriel Kafure da Rocha, Juliano Varela de Oliveira, Márcia Farias de Oliveira Sá, Maria Alcione Gonçalves da Costa, Matheus Henrique da Fonseca Barros, Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa, Sebastião Francisco de Almeida Filho, Tito Eugênio Santos Souza, Valter Cezar Andrade Júnior
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Petrolina/PE, Brasil

Fazer Educativo

Volume 7

Educação ambiental e cidadania: um processo diário e contínuo

Estanislau Ferreira Bié
Henrique Cunha Junior
Maria Saraiva da Silva
Theóphilo Michel Á. C. Beserrac
Francisco Agnaldo L. Bibiano
Estanislau F. Bié Terceiro
Francisco Valdemy A. Guedes
Ledivan Miranda Araújo
(Orgs.)

φ editora fi

Direção editorial: Herlon Alves Bezerra

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Fontella Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Diálogos Transdisciplinares em Educação - 15

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIÉ, Estanislau Ferreira; SILVA, Maria Saraiva; CUNHA JÚNIOR, Henrique; (Orgs.).

Fazer educativo, volume 7: educação ambiental e cidadania: um processo diário e contínuo. [recurso eletrônico] / Estanislau Ferreira Bié; Henrique Cunha Junior; Maria Saraiva da Silva; Théophile Michel Á. C. Beserra; Francisco Agnaldo L. Bibiano; Estanislau F. Bié Terceiro; Francisco Valdemy A. Guedes; Ledivan Miranda Araújo (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

259 p.

ISBN - 978-85-5696-285-0

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação, 2. Ensino, 3. Pedagogia 4. Coleção I. Título. II. Série

CDD-371

Índices para catálogo sistemático:

1. Professores, métodos e disciplinas 371

Coleção do Fazer Educativo

Estanislau Ferreira Bié
Maria Saraiva da Silva
Henrique Cunha Júnior
(Orgs.)

Conselho Editorial

Dr. Alcides Fernando Gussi (UFC)
Dra. Clarice Zientarski (UFC)
Dra. Dawn Duke (University Tennessee/ EUA)
Dr. Estanislau Ferreira Bié (UFC)
Dr. Henrique Cunha Junior (UFC)
Dr. Ivan Costa Lima (UNILAB)
Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo (UFC)
Dr. João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
Dr. Nardi Sousa (Universidade de Santiago/ Cabo Verde)
Dr. Oséias Santos de Oliveira (UTFPR)
Me. Ana Cláudia Silva Farias (UNIFOR)
Me. Maria Saraiva da Silva (UNIRIO)

A Coleção do Fazer Educativo foi avaliada e
facultada por colaboração *ad hoc*.

Coleção do Fazer Educativo

Fazer a educação dos conhecimentos cognitivos, e torna-los *Fazer Educativo* na rotina das transposições de conhecimentos históricos, tanto para professores quanto para estudantes suscitará várias modalidades didáticas e um currículo que corresponda aos desafios sociais, políticos e culturais frente a atual conjuntura do Estado Brasileiro.

Os desafios à sociedade brasileira em sua diversidade regional e de características peculiares, frente à organização metodológica da educação, em que a política partidária determina o que se deve ensinar e o que se deve aprender a *Coleção do Fazer Educativo*, nesta etapa, em coletâneas de artigos produzidos por pesquisadores docentes e discentes de cursos de pós-graduação stricto-sensu e lato sensu tem por objetivo, apresentar os caminhos e descaminhos percorridos pelas propostas para o desenvolvimento da educação no Brasil em suas diversas modalidades nas alinhas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/1996 e alterações decorrentes das ações que determinam políticas públicas de alcance as demandas sociais e suas especificidades didático-curriculares para grupos anteriormente excluídos.

A *Coleção do Fazer Educativo* como projeto de ampliação dos olhares didáticos para as concepções pedagógicas, tem por meta, a transformação e transposição de conhecimentos em vista da justiça social, a partir das avaliações dos contextos atuais das instâncias educacionais. Compreendemos que a justiça social para a educação em um estado democrático de direito, no caso do Brasil, não tem alcançado as propostas construídas há décadas tendo dentre as causas, às transmutações políticas partidárias, que definem

constantemente as posições para cada seguimento de ensino. São idas e vindas que avançam e por vezes retrocedem carecendo de aportes firmes que sustentem os conjuntos de manifestações empíricas que constam nas vontades dos educadores em estabelecerem mudanças no pensar a educação desde a graduação nas licenciaturas às escolas nas práticas docentes. Para a construção desta tarefa em primeira instância houve a motivação de um grupo de professores que se prontificaram em editar uma coletânea de atualização educativa que pudesse ter em seu conteúdo as expressões das experiências de pesquisadores, orientadores e estudantes, todos facilitadores da educação universitária e escolar.

Do exposto e pela adesão de vários atores-autores propôs-se rever e atualizar inquirições que permeiam as vontades docentes sobre as histórias e amplitudes do fazer educativo intentando, oferecer novos estímulos às instituições educativas a partir dos resultados dos anseios de professores que através dos conhecimentos e práticas que dão sentido de doação do saber para quem o busca, e estes, os receptores, posteriormente darão de si àqueles/as que se tornarão estudantes, pesquisadores e profissionais de educação em uma teia integrada nas diversas profissões às quais o país necessitar. Neste caso, a conquista dos títulos universitários são resultados de anos de dedicação aos estudos, pesquisas e práxis. Sonhos de alguns, meio caminho para outros e realização de poucos. Dessas inter-relações, sabemos que a publicação das produções intelectuais das pesquisas tem custos de elaboração, revisão, impressão de artigos, construção de pôsteres e participação em seminários e congressos, com isso, o resultado dessa inteiração é a edição e publicação de artigos e livros como desafios a serem superados. E por haver tantos por menores, é que a *Coleção do Fazer Educativo* surgiu inicialmente da idealização dos professores organizadores Dr. Estanislau Ferreira Bié, Dr. Henrique Cunha Junior e Me. Maria Saraiva da Silva, como proposta de revisão e revitalização educativa na diversidade comunitária, motivando gestores, educadores e educandos a

realização de diferentes propostas educacionais pelo confronto de experiências. Esta coleção em sua variedade de temas ensaja segundo os organizadores chegar às mãos de profissionais da educação e comunidade escolar para que os conteúdos definidos de forma simples tenham alcance múltiplo nos sistemas de ensino e para que o fazer-didático docente possa estar amparado por bases teóricas sólidas. Os títulos, além de revisão da história educacional brasileira contemplam temas inéditos que se adequam ao tempo presente em que os docentes necessitam apropriar-se de saberes convergentes com as culturas e conjunturas dos meios sociais e educacionais em vista de sua transformação.

As coletâneas que compõem esta etapa da *Coleção do Fazer Educativo* foram estruturadas por organizadores professores/as doutores/as, mestres/as e especialistas com trabalhos provenientes de várias universidades, são textos os quais chamam a atenção para a leitura envolvente que permeia saberes, fazeres e experiências. Por ordem numérica em primeira instância temos as seguintes coletâneas: 01 - *O fazer das multiplicidades culturais: educação musical, literaturas, alfabetização, letramento e escrita nos espaços educativos*; 02 - *Formação docente e os desafios na modernidade*; 03 - *Educação à distância: novas tecnologias no sistema de ensino brasileiro*; 04 - *História da Educação: o conhecimento crítico e os sujeitos envolvidos na educação brasileira no Século XXI*; 05 - *Ensino e Aprendizagem: desenvolvimento intelectual e as relações afetivas em sala de aula*; 06 - *Inclusão: conceitos, paradigmas, respeito às diferenças e a diversidade*; 07 - *Educação ambiental e cidadania: um processo diário e contínuo*; 08 - *Educação Infantil: dimensões do fazer educativo com participação da família no processo de socialização e aprendizagem das crianças*; 09 - *Ética e Currículo: pesquisas, discussões e perspectivas do fazer educativo*; 10 - *Gestão educacional: ensaios, discussões e proposições*. São condutas curriculares que por suas posturas se apresentam na história e memórias educativas como caminhos a seguirem se modificando quando novos conhecimentos forem desenvolvidos, aprendidos e ensinados. Da educação de

crianças a educação com adultos, às pedagogias e as docências são aqui apresentadas com o intuito de que o fazer educativo seja o fazer da paz interior, o fazer das memórias históricas, o fazer da sociabilidade nas diversidades, o fazer dos diálogos na construção das políticas educativas, o fazer de sociedades e o fazer de ambientes saudáveis.

O Fazer Educativo, portanto, requer dos/as docentes decisões de embarcar na história social e política da educação. É um convite ao ponto crucial do que se pretende realizar com e para os/as educandos/as, pois, educar pressupõe amar-se e amar. Dar e receber. É tornar-se responsável pela motivação do aprendizado de quem às vezes sem o apoio familiar e social espera da escola e dos/as professores/as o melhor. É educar para um mundo de tomada de decisões, de participação e construção de uma nova sociedade em que as sementes da dignidade, do respeito e do amor, nasçam, floresça e dê os frutos de prosperidade.

Organizadores

Sumário

Apresentação	17
Capítulo 01	19
Educação ambiental: qualidade de vida e desenvolvimento sustentável Maria Cristina Oliveira Lustosa; Estanislau Ferreira Bié	
Capítulo 02	33
Psicologia ambiental: a importância das relações do aluno com o seu ambiente escolar no processo de aprendizagem Fabiana de Sousa Lima Morais; Theóphilo Michel Álvares Cabral Beserra	
Capítulo 03	47
Políticas públicas para a educação do campo Maria Edilanjia de Souza Nobre; Theóphilo Michel Álvares Cabral Beserra	
Capítulo 04	59
A educação ambiental e sua relevância na sociedade Soraia Kaline Delmondes	
Capítulo 05.....	69
Educação ambiental no ensino médio para construção de uma sociedade sustentável Vaneria Maria Pinheiro	
Capítulo 06	85
Avaliação da educação ambiental: um processo diário e contínuo Antônia Derlângia C. do Nascimento Nobre; Edna Maria Rodrigues da Silva	
Capítulo 07.....	101
A educação ambiental como conteúdo no currículo da Escola Moisés Bom de Oliveira, Distrito de Morais município de Araripina-PE Maria Diva da Silva Rodrigues; Estanislau Ferreira Bié	

Capítulo 08	115
Os desafios da educação ambiental além dos muros das escolas públicas brasileiras	
Antonia Karla de Oliveira	
Capítulo 09	131
Geopark Araripe: estratégia de desenvolvimento regional sustentável e práticas de educação ambiental	
Cicera Reuva da Silva Carvalho	
Capítulo 10	147
A construção do conhecimento em educação ambiental	
Maria de Fátima Lima	
Capítulo 11.....	159
A inserção da educação ambiental na prática pedagógica	
Maria Adeladia Lins de Albuquerque; Theóphilo Michel Álvares C. Beserra	
Capítulo 12	171
Pesquisa acadêmica: educação ambiental, conscientização e contribuição para a escola	
Luciana Varela Rocha Matias; Estanislau Ferreira Bié	
Capítulo 13	191
Educação ambiental e cidadania	
Marconisete Pereira Leite	
Capítulo 14	205
Trabalhando relações pacíficas no ambiente escolar	
Cicero Ivanildo Regis do Nascimento	
Capítulo 15	215
A geografia no ensino fundamental II: uma análise contextual na escola de ensino fundamental e médio Centro Educacional do Cariri no município de Juazeiro do Norte – CE	
Gresciliane de Araújo Soares; Marysângela de Oliveira Tavares	
Capítulo 16	233
Um olhar sobre a educação ambiental escolar no Brasil: análise entre as políticas afirmativas e o PNAIC	
Maria Cláudia A. da Silva; Inaura S. de Araújo; Theóphilo Michel Á. C. Beserra	

Capítulo 17 241

Educação ambiental e suas contribuições para formação social

Maria Aparecida da Silva

Capítulo 18 251

A importância de trabalhar a educação ambiental na educação infantil por meio de projetos

Maria Jacilde Pereira Cordeiro

Apresentação

A presente coletânea “**Educação ambiental e cidadania: um processo diário e contínuo**” tem como pretensão abordar discussões acerca de um tema relevante para os dias atuais, os problemas ambientais vivenciados pelo ser humano e as ferramentas que podem ser desenvolvidas na busca da minimização das consequências.

Para tanto, aborda recortes diversificados, trabalhados por autores com enfoque centrado na região nordeste brasileira, mais precisamente, na região sul do estado do Ceará e região oeste do estado do Pernambuco, lócus de vivência e atuação de parte dos pesquisadores que buscam com a publicação desta obra destacar as ideias, os conceitos e realidades acerca da temática trabalhada.

Na busca desta aspiração abordam, também, a realidade social, econômica, cultural, ambiental e educacional, trabalhando educacional ambiental em diversas frentes, onde, temas como qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, políticas públicas, educação do campo, cidadania, psicologia ambiental e desafios a educação ambiental no nordeste brasileiro.

Durante a leitura da obra a realidade educacional será apresentada, destacando apreciações acerca da relação do aluno com a aprendizagem no ensino médio, o enfoque ambiental, o currículo escolar e sua vinculação com a educação ambiental.

Discorre-se nos textos da coletânea sobre a importância da avaliação contínua e diária quanto às questões ambientais, as questões socioambientais, educação ambiental, universo escolar e universo além da escola. Quanto a ação pedagógica é apresentada nesta produção como ferramenta de dinamização das ações didáticas no ensino médio e no ensino superior, que poderão

auxiliar na superação dos desafios e perspectivas para o planejamento familiar-educacional.

A produção destaca, como a educação tradicional trouxe resultados insatisfatórios para a atual conjuntura ambiental, e como a educação diversificada tendo por centro novas possibilidades de conscientização, poderá exercer influência sobre o uso correto do meio ambiente.

Desejamos aos/as boa leitura, e que as proposições sejam o início de aprofundamentos e debates que resultem em novos conhecimentos e aprendizagens na busca contínua da sabedoria.

Os organizadores

Capítulo 01

Educação ambiental: qualidade de vida e desenvolvimento sustentável

Maria Cristina Oliveira Lustosa¹
Estanislau Ferreira Bié²

Introdução

Devido à crise ambiental, mudanças climáticas e acontecimentos que atingiram o cotidiano, há uma discussão e um crescimento importante sobre ambiente e sociedade, no qual objetiva propor alternativas para diminuir os impactos ambientais, e melhoria da qualidade de vida no planeta.

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1999. A lei nº 9.795 - em seu Art. 2º afirma: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional,

¹ Graduada em Letras e pós-graduada em “Psicologia Aplicada a Educação” na Universidade Regional do Cariri. Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIAN Inc.

² Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL-Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC-Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela UNIPACE-Universidade do Parlamento Cearense; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO-Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE-Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo INTA-Instituto Superior de Teologia Aplicada; Licenciado em Ciências da Religião pelo INTA-; Licenciado em História pelo INTA-; Licenciado em Pedagogia pela FAK-Faculdade Kurios. Militar (Oficial da Reserva).

devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

A EA tem como proposta, conscientizar os cidadãos a respeito da preservação, valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o meio ambiente e as demais espécies, e transforma-se em uma filosofia de vida, fazendo que considerem comportamentos ambientalmente adequados. Através da sistematização do conhecimento e práticas conscientes se iniciará um novo quadro de cidadãos críticos e conscientes de seu papel enquanto sujeito que interferem no meio ambiente, possibilitando a escolha de estratégia de ação, “que contribui para a construção do processo de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população”.

Atualmente tem se discutido uma ligação coerente entre crescimento econômico e preservação ambiental. É uma proposta de união está fundamentado num ideário intitulado “Desenvolvimento Sustentável”. Esse desenvolvimento objetiva satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as gerações futuras, significa promover atualmente e no futuro que alcancem um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural. Sua proposta é dialogar com todas as áreas do conhecimento com a finalidade de manter o ritmo de crescimento sem compromete o equilíbrio do planeta.

No que se refere à qualidade de vida, está estritamente ligada à preservação e.

Respeito ao meio ambiente. A Organização Mundial da Saúde - OMS (1996) conceitua Qualidade de Vida “como as percepções individuais sobre sua posição de vida no contexto dos sistemas de cultura e de valores em que vivem”, no que se refere as suas percepções, objetivos, preocupações e padrões. Ou seja, o termo qualidade de vida serve para descrever as condições e qualidade de vida, é um termo muito amplo que incorpora diversos

fatores tais como: o estado psicológico, saúde física, relações sociais, crenças pessoais, nível de dependência, e o relacionamento que se destacam no ambiente envolvendo diversas condições.

Para Foratini (apud MEIRELES 2005, pg.35), qualidade de vida, se traduz em sua essência, pela satisfação em viver. Para ele a realização pessoal de satisfação e insatisfação, constituem em experiência pessoal e está relacionada à possibilidade de melhores condições de vida.

Felizmente nestes tempos estamos nos conscientizando aos poucos a uma nova visão do mundo, incentivados a nos reconhecer com capacidade de tomar atitudes sobre mudanças ao estilo de vida, caracterizada pelo materialismo e consumismo desenfreado, e levados a valorizar o Ser deslocando o Ter. Em que a troca de experiências individuais favorece os laços da afetividade, privilegiando o ambiente da vida cotidiana.

O processo da revalorização da vida permitirá um crescimento pessoal da vida humana capacitando-o a satisfação dos sonhos almejados, na arte, religião, filosofia e na ciência, tendo como finalidade a auto realização. Somente com esse crescimento pessoal é que se alcançará uma qualidade de vida de fato.

1. Educação ambiental

Aproximadamente três décadas surgiu a reflexão sobre a educação ambiental, em um contexto marcado pela degradação do meio ambiente e do seu ecossistema, havendo uma necessidade de articulação para diminuir os impactos ambientais. A dimensão ambiental foi tomando forma conscientizando e envolvendo atores do campo educacional para se engajar nesse sistema de conhecimento integrativo, capacitando profissionais e a comunidade universitária. Incluindo a função dos diversos atores envolvidos, e analisar os determinantes do processo, potencializar ações alternativas em busca de um novo desenvolvimento enfatizando a sustentabilidade socioambiental.

A primeira conferência intergovernamental aconteceu em Tbilisi, capital da Geórgia (EUA), em 1977, a partir dessa conferência organizada pela UNESNO em parceria com o PNUMA, é iniciado um amplo processo de ação global com o objetivo de implantar condições que levassem a uma tomada de consciência sobre o valor da natureza e orientar a produção de conhecimento baseadas nos princípios da complexidade. Entre as orientações é ressaltada que a Educação Ambiental, deve considerar o meio ambiente em toda sua totalidade, não somente em sua particularidade natural mais também aquelas que foram criadas pelo homem. A educação ambiental e quanto ao seu processo gradativo e permanente, deve abranger as fases do ensino formal e não formal. Deve analisar os problemas ambientais locais, regionais, nacionais e internacionais, examinando as causas da degradação, consequências e completude. Viabilizando o processo da criticidade, as habilidades humanas necessárias para resolver tais problemas e utilizar métodos e estratégias adequadas para aquisição de conhecimentos e comunicação, valorizando as experiências pessoais e enfatizando atividades práticas delas decorrentes. (Apud DIAS, 1994 p. IX).

Em um seminário Latino-americano realizado em Buenos Aires, Argentina em 1988, algumas recomendações complementam as orientações acima citadas: Devendo a Educação Ambiental está inclusa na política ambiental dos países; se adaptando as questões culturais específicas a cada região das populações envolvidas no processo educativo; levando em consideração o contexto cultural de subdesenvolvimento, integração e apoio mútuo entre as nações da região. Deve também salientar a necessidade de criação de um novo estilo de desenvolvimento que inclua crescimento econômico, igualdade social e conservação de recursos naturais, capaz de propiciar relações mais humanas, fraternas e justas entre os homens, e destes com o seu entorno natural, atingindo níveis crescentes de qualidade de vida. (Apud DIAS, 1994 p.XIV).

Durante a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizado em 1992 no Rio de Janeiro, orientou que a educação ambiental deveria compatibilizar socialmente o acesso às necessidades básicas, o intuito seria a preservação da vitalidade e diversidade do planeta, ofertando aos cidadãos um ambiente ecologicamente saudável e visando objetivos econômicos.

2. Conceito de educação ambiental e objetivos

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Art.1º da Lei nº 9795/99). Ainda podemos tomar como ponto de partida uma citação de Meirelles Santos:

“A educação ambiental, é uma atividade meio que não pode ser percebida como mero desenvolvimento de “brincadeiras” com crianças e promoção de eventos em datas comemorativas ao meio ambiente. Na verdade, as chamadas brincadeiras e os eventos são parte de um processo de construção de conhecimento que tem objetivo de levar a uma mudança de atitude. O trabalho lúdico e reflexivo e dinâmico e respeitar o saber interior das pessoas envolvidas”. (MEIRELLES: SANTOS, 2005).

“O desafio de um projeto de educação ambiental é incentivar as pessoas a se reconhecerem capazes de tomar atitudes” (MEIRELLES: SANTOS, 2005, pg.35).

O objetivo da Educação Ambiental é a tomada de consciência do cidadão e a coletividade construindo valores sociais, para mudança de hábitos ambientalmente adequados que transforme em uma ideal de vida. Investindo em recursos e processos ecológicos para diminuir o impacto ambiental, ou seja, o homem

agindo, criando estratégias e contribuindo para o processo da cidadania e qualidade de vida da população.

Conceituamos Qualidade de Vida como as percepções individuais são assumidas sobre sua posição de vida ocupada no contexto social, cultural e de valores em que vivem se refere também aos seus objetivos, metas, padrões e preocupações. A definição é muito vasta, pois envolve os aspectos físicos e psicológicos, tais como: saúde física, o estado emocional, nível de dependência, as relações interpessoais, até mesmo as crenças individuais e as relações pessoais que se destacam no ambiente.

A definição nos mostra as nuances que se refere à qualidade de vida, fazendo uma análise subjetiva apoiando no contexto social, ambiental e cultural. A organização Mundial da Saúde – OMS traz uma definição de seis domínios mais amplos que descrevem os aspectos centrais da qualidade de vida que atravessam as culturas: um domínio físico (energia, fadiga), um domínio psicológico (sentimentos positivos), o nível de independência (mobilidade), as relações sociais (apoio social prático), o ambiente (acessibilidade à atenção à saúde) as crenças pessoais/espiritualidade (sentido da vida).

Qualidade de vida é um conceito bem abrangente, vai muito além da busca da sobrevivência, pois denuncia a percepção que o sujeito tem de sua própria vida, se suas necessidades estão sendo satisfatória ou negada, e isso interfere na realização pessoal, felicidade, plenitude, bem como a vida social e ambiental. Ou seja, tudo isso são subsídios para uma realização plena de bem-estar e conforto ao seu padrão de vida.

Com o avanço da tecnologia, o meio ambiente sofreu sérias modificações no qual a qualidade de vida foi e está sendo comprometida de forma insustentável, podemos citar como exemplo, a degradação ambiental, poluição da água e o seu uso desenfreado, vida sedentária, degradação humana, gases poluentes etc. Para Coimbra (apud PELICIONI, 1995, pg.36).

“Qualidade de vida é a expressão que define o grau de satisfação atingido pelos indivíduos ou população, no que diz respeito às suas necessidades consideradas fundamentais. È a somatória de fatores decorrentes da interação entre sociedade e ambiente, atingindo a vida no que concerne às suas necessidades biológicas, psíquicas e sociais inerentes e/ou adquiridas” (COIMBRA, 1985).

É interessante ressaltar que na Constituição Federal de 1988, apontam para muitos desses fatores que caracterizam a qualidade de vida, podemos citar dois deles: o direito a educação e a saúde, mais se formos analisar isso estar bem distante do efeito desejado. Pois os indicadores denunciam um sistema de assistência à saúde inadequada e falha para atender a população de forma mais humana, ou que as escolas não estejam adequadas para promover um ensino de qualidade.

Qualidade de vida e comportamento do indivíduo e da sociedade está interligada promovendo o desenvolvimento cultural. Esta é entendida como resultante da busca infinita do conhecimento humano. Portanto a qualidade de vida não se limita apenas nas áreas físicas, psicológica e social. Essas necessidades são mais abrangentes, e concretas e se referem a áreas mais genéricas como: moradia, alimentação, trabalho, proteção à infância a maternidade, assistência aos desamparados, enquanto a autoestima e a auto realização são de fórum íntimo e particular.

Alguns determinantes da qualidade de vida serão citados como enriquecimento do nosso estudo tal como:

1. Orgânico ou biológico se refere à saúde e a doença;
2. Psicológicos, está se referindo ao bem-estar e autoestima, identidade como ser as emoções e afetividade, criatividade e aprendizado, habilidade e conhecimento;
3. Determinantes sociais: vida familiar, sexual, privacidade e o relacionamento em geral.
4. Estruturais: o significado da própria vida, posição social, e a concepção sociopolítica, entre outras (HONQUIST- 1990).

5. Os materiais: diz respeito à moradia, a economia privada, bens e renda.
6. Determinantes comportamentais: vida profissional, vícios como fumo, álcool, alimentação, o repouso, lazer etc.

Nessa direção pode-se compreender que a qualidade de vida em coletividade tem como resultado condições socioambientais e estruturais que se ampliam na sociedade.

Felizmente nestes tempos estamos nos conscientizando aos poucos a uma nova visão do mundo, incentivados a nos reconhecer com capacidade de tomar atitudes sobre mudanças ao estilo de vida, caracterizada pelo materialismo e consumismo desenfreado, e levados a valorizar o Ser deslocando o Ter. Em que a troca de experiências individuais favorece os laços da afetividade, privilegiando o ambiente da vida cotidiana.

O pós-consumismo é um novo estilo de vida, e com tal é necessário, pois os recursos do nosso planeta são finitos, “deslocará a atenção das coisas para as pessoas, do ter para a arte de viver”. (PELICIONI, 1995, pg.35).

O processo da revalorização da vida permitirá um crescimento pessoal da vida humana capacitando-o a satisfação dos sonhos almejados, na arte, religião, filosofia e na ciência, tendo como finalidade a auto realização. Somente com esse crescimento pessoal é que se alcançará uma qualidade de vida de fato.

3. Desenvolvimento sustentável

A proposta do desenvolvimento sustentável tem sido discutida em todas as áreas do conhecimento, e todas as produções científicas com a finalidade de manter o ritmo de crescimento e permitir um equilíbrio do planeta. O conceito para desenvolvimento sustentável tendo sido difundido e com enfoques diferenciados surge para enfrentar a crise ecológica assumindo um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e

das alternativas que se configuram com os objetivos de satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer as gerações futuras.

Os dados que revelam o quadro socioambiental que caracteriza a sociedade contemporânea no que se refere ao impacto ambiental tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

O desenvolvimento sustentável não se limita aos problemas decorrentes dos impactos ambientais, das adequações ecológicas de desenvolvimento social, mais a uma estratégia de como conciliar as questões tanto econômicas com a ecológica. A noção de desenvolvimento sustentável refere-se à redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e sobre uma transformação de mudança de hábitos desafiando a pensar, e sair do campo do conceito para a ação.

Diretrizes, objetivos e metodologias sobre o desenvolvimento sustentável, foram concebidas em algumas conferências regionais, nacionais e internacionais sobre o meio ambiente. Entre elas destaca-se a Unesco em 1946 como agente e incentivadora, iniciando o debate de um modo abrangente mais especificamente da EA. O surgimento desse órgão ocorre logo após a 2ª guerra mundial para que economicamente e socialmente, a paz se perpetuasse.

Em 1968, Conferência sobre a Biosfera, realizada em Paris, foi iniciada o programa Homem e Biosfera, com o intuito de promover o conhecimento, expandir os entendimentos da relação entre o homem e o meio ambiente. Essa conferência teve um grande avanço, e pode ter sido o marco inicial no desenvolvimento sustentável. “Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (Cnumah), realizada em Estocolmo, em 1972, foram criados alguns instrumentos para tratar de problemas sociais e ambientais planetários, como a Declaração sobre o Ambiente Humano, com 26 princípios voltados para orientar a construção de ambiente que harmonize os aspectos humanos e

naturais, considerados essenciais para o bem-estar dos humanos e para que possam gozar de todos os direitos fundamentais”. (apud PELICIONI, 1995, pg.36).

Atualmente ainda se enfrenta obstáculos quanto aos avanços para uma sociedade sustentável, por falta de conscientização referente ao modelo de desenvolvimento em andamento. Pode-se atribuir as causas primárias da degradação ambiental às instituições sociais, as redes de comunicação e as alternativas adotadas pela sociedade. Isso mostra que necessita uma participação mais efetiva da sociedade para identificar problemas objetivos e soluções.

“A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento”. (Jacobi, 1997, apud Herculano 1992, p.33).

O desenvolvimento sustentável sugere qualidade em vez de quantidades, pois a relação entre meio ambiente educação para cidadania demanda cada vez mais novos saberes, novos enfoques para apreender processos sociais em uma realidade cheia de controvérsia e promotora de desigualdades.

Para Broks, citado por (apud Herculano 1992, p.34), o desenvolvimento sustentável “pode ter um sentido bem abrangente, em certos aspectos bem radicais, de justiça social, igualdade, preservação, de autodeterminação, diversidade cultural, de integridade ecológica, também pode ser entendida como conservadora e compreendida dentro de um plano tradicional de teoria econômica”, que é o mesmo que crescimento sustentável, que resulta, portanto em desigualdade.

Faz-se necessário uma conscientização sobre a problemática ambiental, para repensar práticas sociais e inovadoras centradas no desenvolvimento sustentável, pela sobrevivência do planeta. E os ecologistas sociais estão pensando, além disso, desejam mais que sobrevivência almeja felicidade dando enfoque como questão política e coletiva. Sobre uma visão ética não mais podemos

concordar que os recursos sejam ainda explorados de forma desenfreada, que aumentam ainda mais as diferenças socioeconômicas, além de esgotar os recursos naturais. Há uma importância da tomada da consciência, e responsabilidade individual em prol da construção de uma sociedade planetária mais ajustada e ambientalmente sustentável.

Conclusões

As reflexões sobre a educação ambiental em um contexto marcado pela degradação do meio ambiente e do seu ecossistema, insurge a necessidade de articulação para diminuir esses impactos. A dimensão ambiental foi tomando forma conscientizando e envolvendo atores do campo educacional para se engajar nesse sistema de conhecimento integrativo, capacitando profissionais e a comunidade universitária. Incluindo a função dos diversos atores envolvidos, e analisar os determinantes do processo, potencializar ações alternativas em busca de um novo desenvolvimento enfatizando a sustentabilidade socioambiental.

O sistema econômico no Brasil tem contribuído ao longo da história em diversos segmentos grandes concentrações de renda e riqueza, excluindo uma boa parte de classe opressora, e como resultado problemas de ordem social são enfrentados no país. Comitente a degradação ambiental esses padrões de desenvolvimento degradam, afetam diretamente o homem, sua qualidade de vida, e seu estado de saúde. Atribuindo a poluição, exploração ilegal predatória de recursos naturais, que dificultam as condições de saúde e qualidade de vida do ser humano.

Na década de 60, se pensou em preservação do meio ambiente, como um bem planetário, até os dias atuais percebe-se a preocupação a luta para que se tenha um ambiente e um ecossistema minimamente em equilibrado. Na última constituição a saúde como direito de todos e dever do Estado é estabelecido, um direito garantido via estabelecimento de políticas sociais e

econômicas, visando condições de saúde reduzindo risco de doenças e de “outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (art. 196). Determina também, que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo, para à presente e futuras gerações” (art. 225).

Portanto para que ocorra a EA é necessário que busque alternativas que proporcione uma reflexão para o processo de transformação da sociedade atual em uma sociedade sustentável, e que o nível educacional se eleve como conhecimento focalizado no exercício responsável de cidadania, visando à natureza como um patrimônio da humanidade e um bem comum, para que possamos viver num ambiente equilibrado, harmonioso com outros seres vivos e com o nosso semelhante. Dessa forma podemos implementar a verdadeira Educação Ambiental.

Referências

BOFF, Leonardo, Saber cuidar Ética do humano: **Compaixão pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. **Elementos para capacitação em educação ambiental**. Ilhéus: Editus, 1999.

Lei Educação Ambiental http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. **Educação Ambiental uma construção participativa**. 2ª Ed. São Paulo, 2005

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano nacional de saúde e ambiente no desenvolvimento sustentável diretrizes para implantação**. Brasília, DF, 1995.

PELLICIONI, Maria. Educação Ambiental: **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 1º ed. Barueri-SP. Manolie, 2005.

PELEGRINI, Djalma Ferreira; VLACH, Vânia Rúbia Farias. **As Múltiplas Dimensões da Educação Ambiental: por uma Ampliação da Abordagem.** 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/11547>>. Acesso em: 21 maio 2015

MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. **Educação Ambiental uma construção participativa.** 2ª Ed. São Paulo, 2005.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Educação Ambiental.** Acesso em 08 jun. 2015. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estrutura/educamb/-arquivos/pronea_3.pdf

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Glossário de promoção da saúde. Genebra.1998. Acesso em 08 jun. 2015. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Mundial_da_Sa%C3%BAde

Capítulo 02

Psicologia ambiental: a importância das relações do aluno com o seu ambiente escolar no processo de aprendizagem

Fabiana de Sousa Lima Morais¹
Theóphilo Michel Álvares Cabral Beserra²

Introdução

O processo de aprendizagem envolve fatores que vão além do conteúdo teórico apresentado pelo professor, com base nisso, o presente trabalho objetivo apresentar a importância das relações do aluno com o seu ambiente escolar a luz da psicologia ambiental, sabendo que essa área da psicologia estuda as inter-relações entre o homem e o meio ambiente.

O trabalho é dividido em quatro tópicos, sendo o primeiro a explanação do que é a psicologia ambiental e nele ficou claro pela visão de Moser, Souza e Alves & Bassani que esta é uma subárea da psicologia que se interessa pelo estudo do homem no seu meio, ou seja, não só as relações, mas as inter-relações entre as pessoas e suas ações sobre o meio. Dessa forma também, ficou claro que falar de

¹ Psicóloga, Especialista em Psicopedagogia e Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: fabianaararipe@hotmail.com

² Licenciado em Geografia pela URCA – 2006, Especialista em Geografia em Meio Ambiente pela URCA – 2009 e Mestre em Geografia: Área de Concentração Dinâmica Ambiental e Territorial pela UFC – 2001. Professor do CENTEC até o ano de 2017 e Coordenador Acadêmico Pedagógico da UNISULLIVAN Inc.

ambiente, estamos falando não só dos ambientes naturais, mas também e aqui principalmente, dos ambientes construídos, daí surge a necessidade de compreender que a todo tempo interferimos e somos interferidos pelo meio em que estamos e dessa forma construímos o meio em que vivemos e nós construímos a partir dele também e nesse processo de construção está o papel importantíssimo da escola nessa formação de cidadãos.

O segundo tópico enfatiza, os fatores ambientais importantes para o processo de aprendizagem, e percebemos que na formação do sujeito a escolar tem como responsabilidade também construir nos alunos um respeito com ambiente onde os mesmos estão inseridos, bem como, dispor de estrutura física, material e equipamentos que acolha o aluno e desperte o interesse de aprender. O clima, o som, a organização do espaço e outros fatores tem grande influência no processo de aprendizagem do aluno e manter boas relações com esse ambiente depende de ambas as partes, aluno e escola.

O terceiro tópico ressalta a importância da relação que é construída entre o aluno e o professor, visto que se o professor buscar na sua metodologia desenvolver a afetividade é tornar o aluno seguro e participativo, ou seja, ativo na construção do seu conhecimento. Ficou claro também que maior que a preocupação de apresentar bons conteúdos, o professor deve se preocupar e manter boas relações, daí resulta em aprendizagem para o aluno e sucesso para o professor.

O quarto tópico mostra que a relação entre os alunos é fundamental no processo de aprendizagem e que é papel da escola também, desenvolver nas crianças desde os primeiros anos de vida escolar, o companheirismo, a cooperação e o respeito com o colega, visto que estes são fatores que contribui para a auto estima do aluno e motivação para a escolarização. Possibilitar no aluno a construção de sentimentos e comportamentos está preparando o aluno para manter boas relações tanto dentro como fora da escola.

A relação que aluno mantém com o seu ambiente escolar é fundamental para a sua aprendizagem, porém esses são fatores que não dependem puramente destes, mas também de todos os envolvidos nesse processo de estruturação e preparação material e humana para o ensino e a aprendizagem.

1. Psicologia ambiental

O estudo sobre a psicologia ambiental é algo muito novo. (MOSER, 1998, p. 121) afirma que “A Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações - e não somente as relações - entre a pessoa e o meio ambiente físico e social”. Seguindo o seu pensamento ao afirmar que esta especialidade tem a preocupação de estudar as inter-relações entre o sujeito e o ambiente social e físico, é importante considerar as características sociais e culturais em que o homem está inserido e que influencia o comportamento deste, isso facilita a percepção e a compreensão sobre as atitudes do homem frente ao seu ambiente, dessa forma, cada indivíduo tem o seu comportamento individual que afeta o meio onde este vive. Além do estudo das interferências do comportamento do sujeito sobre o meio onde este se insere, a psicologia ambiental também se preocupa em estudar as implicações do ambiente físico sobre as atitudes humanas. Diante disso, podemos compreender que a psicologia ambiental estuda a reciprocidades entre a pessoa e o ambiente. (Moser, 1998)

SOUZA define Psicologia Ambiental como sendo “uma subárea da Psicologia que se interessa pelo homem em seu contexto físico e social e tem como objetivo o estudo das inter-relações daí provenientes, considerando aspectos individuais e coletivos de tais interações”. (SOUZA, 2006, p. 83)

Alves e Bassani (2015), também define a Psicologia Ambiental como “uma subárea da Psicologia que tem como objeto de estudo as inter-relações entre o homem e suas ações com o meio

ambiente. Ela é uma área nova, porém em desenvolvimento”. (ALVES & BASSANI, 2015, P.1)

Todos os autores enfatizam que esta é uma especialidade que busca compreender as ações do meio ambiente sobre o comportamento do homem e conseqüentemente como este afeta o meio. Essa inter-relação é um processo dinâmico visto que o homem constrói o seu ambiente à medida que este atua sobre ele e este mesmo ambiente também constrói o homem influenciando e modificando o seu comportamento. Por se tratar de uma subárea da psicologia, e o estudo da psicologia é sobre o homem, Moser afirma que “como psicólogos, estamos fazendo um discurso sobre a pessoa, sempre em inter-relação com o seu contexto ambiental, é verdade, mas colocamos a pessoa como centro de nossa preocupação”. (MOSER, 1998, p. 122)

ALVES E BASSANI (2015, p. 2), faz referência a Aragoné e Amérigo (2000) para lembrar que, “o meio ambiente ou ambiente social e físico, inclui tanto os ambientes naturais (rios, florestas, etc.) quanto os construídos pelo homem (casas, cidades, etc.) e as inter-relações sociais envolvidas”. Por se tratar de uma psicologia que busca analisar o meio físico e social em que o homem está inserido, bem como, a interferência desse meio nas percepções e comportamento da pessoa, Moser (2001) apud ALVES E BASSANI (2015, p. 2) contextualiza os diferentes níveis presentes nas relações pessoa-ambiente, que é o objeto de estudo da Psicologia Ambiental. Conforme segue:

Nível I ou nível individual: microambiente, espaço privado.
Exemplos: residência, local de trabalho;

Nível II ou nível da vizinhança-comunidade: ambientes compartilhados, espaços semipúblicos. Exemplos: blocos de apartamentos e parques;

Nível III ou nível indivíduo-comunidade: ambientes públicos, paisagem, espaços intermediários. Exemplos: hospital, cidades, campo, aldeias, escolas;

Nível IV ou nível social: ambiente global, em sua totalidade, abrangendo tanto o ambiente construído como o natural.
Exemplo: recursos naturais.

Moser (2001) apud Alves e Bassani (20015) também afirma que, na inter-relação pessoa-ambiente de cada um desses níveis existem quatro fatores que torna as relações complexas e dinâmicas, são os fatores: físico, social, cultural e temporal. Bassani (2004) apud Alves e Bassani (20015) enfatiza que o importante para a psicologia ambiental não é propriamente o espaço físico, mas o que tem nas suas características particulares que afeta as relações facilitando ou dificultando as necessidades humanas e as interações sociais.

Então, a especificidade da Psicologia Ambiental é a de analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente. É fato bastante conhecido que determinadas especificidades ambientais tornam possíveis algumas condutas, enquanto inviabilizam outras. (MOSER, 1998, p.122)

Nesse sentido, o presente trabalho mostra a preocupação em compreender como o indivíduo (aluno) responde as condições específicas do ambiente (Ambiente escolar) como sendo facilitador ou dificultador do processo de aprendizagem, visto que como afirma Taylor e Vlastos, (1983, s/p) apud ELALI, (2003, p. 309)

O ambiente escolar, a vibrante interação de criança, professor, currículo, ambiente, família e comunidade, **é um microcosmo do universo**: o espaço físico delimita o mundo; o sistema escolar e sua organização revelam a sociedade; as pessoas envolvidas na experiência de aprendizado formam a população.

2. Os fatores ambientais no processo de aprendizagem

Segundo Soares et al. (2012), o aprendizado escolar satisfatório depende de vários fatores, dentre eles a qualidade de vida, tanto no seu ambiente social e familiar como no contexto escolar. Dessa forma torna-se importante reconhecer e provocar intervenções que favoreçam a melhoria na qualidade de vida dos alunos que fazem parte desse microcosmo, tais como, atitudes, hábitos e manifestações comportamentais diárias, lembrando que a escola deve ter como eixo principal a formação de cidadãos autônomos, conhecedores dos seus direitos e dos seus deveres.

Ficagna e Orth (2010) defende que partindo do pressuposto de que todas as pessoas passam, ou pelo menos, deveriam passar pela escola, as mudanças devem começar a partir dela. São as ações simples e persistentes do dia-a-dia que trazem grandes transformações, não é necessário esperar apenas por grandes ações escolares. A escola precisa dispor de informações e possibilitar uma formação crítica que ajude os alunos e agir como cidadãos, sabendo obedecer a regras, normas e leis necessárias ao bom convívio, sendo capazes de compreender e lutar pelos seus interesses e da sociedade.

Diante dessa discursão, (SOARES et al., 2012, p. 2) se fundamenta em Freire e afirma que:

Ao repensarem seu ambiente escolar e como podem atuar positivamente sobre ele, os alunos estarão também repensando o mundo em que vivem, ao serem inseridos nesse processo passarão a valorizar o seu meio, pois, se sentirão como sujeitos transformadores. Como bem diz Freire “meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História*, mas seu sujeito igualmente” (1996, p. 85). E completa afirmando que é preciso que constatem a realidade, não somente para nos adaptarmos, mas para mudarmos. Essa constatação não nos levará à impotência, mas ao desejo de transformar (FREIRE, 1996).

Em comum acordo com a idéia de Soares, Elali (2003) afirma que a escola é o principal meio de socialização e em virtude disso, não deve se preocupar apenas com a transmissão de conhecimentos, e sim com a construção de valores. A dissociação entre o que se diz e p que se faz é um dos maiores obstáculos para o aluno na assimilação e reprodução do conteúdo transmitido em classe pelos professores. Em virtude disso e considerando que a educação tem como base a ação concreta, atitudes e comportamentos socialmente aceito sendo repetidos no dia-a-dia, constrói relações comportamentais que irão transformar o aluno.

O autor enfatiza ainda que o comportamento não verbal tem impacto significativo sobre os atuantes do meio que ocupam, facilitando, dificultando ou impedindo determinados comportamentos. No contexto escolar o aluno aprende por decodificação, através dos valores, normas e intenções expressas pelo professor na linguagem não verbal.

Ao dispor sobre o espaço físico como também favorável ou não ao processo de aprendizagem, Elali (2003) descreveu que a disposição dos móveis em sala de aula transmite mensagens e expectativas quanto aos ocupantes do local. Essa percepção tende a ser confirmado a partir da experiência diária vivenciada ao longo do tempo, das normas da instituição e da relação mútua professor-aluno.

(ELALI, 2003, P. 310) descreve a organização das salas com suas respectivas compreensões da seguinte forma:

Cadeiras dispostas em círculo sugerem que ocorrerá uma discussão na qual é esperada a participação de todos; carteiras enfileiradas voltadas para o professor pressupõem aula expositiva; mesas próximas entre si formando blocos maiores indicam a realização de trabalhos em grupos, e assim por diante. Além disso, a disposição da mobília e as condições ambientais da classe (acústica, temperatura, insolação, ventilação, luminosidade) podem refletir-se em fatores tão diversos quanto a

sociabilidade dos usuários, seu desempenho acadêmico (Sommer, 1973) e mesmo sua saúde. Nos consultórios pediátricos, por exemplo, são comuns queixas relativas a resfriados, dores de cabeça e garganta, problemas posturais e de coluna, muitas das quais podem estar relacionadas ao ambiente escolar.

Esse discurso nos mostra que todos esses fatores do processo de ensino-aprendizagem tem um valor significativo para o aluno e que este não é por si só o responsável pela sua aprendizagem, depende de todos esses aspectos materiais e humanos de dinâmica e organização que numa distribuição e relação afetam constantemente sua aprendizagem.

Não obstante a esta situação e trazendo à tona os aspectos sócio-culturais e econômicos, Garcia (1996) apud Elali (2003) afirma que advindos das carências econômicas, afetivas, de espaço físico, tempo livre e da natureza, a infância sofre grandes influências, visto que nos centros urbanos parte das crianças é privada do seu contato com a água, a terra, plantas e animais; nas classes mais favorecidas o tempo da criança é preenchido por atividades didáticas e de formação complementar e nas menos favorecidas são inseridas no mercado de trabalho; as mesmas perdem o contato com rua, sendo limitadas ao seu espaço habitacional; suas relações ficam restritas ao núcleo familiar com poucos filhos, isso quando não há desestruturação familiar. Tudo isso também são fatores que afetam o ser humano e repercute na escola interferindo o seu processo de aprendizagem.

Elali (2003) afirma que o ambiente é mais que um espaço físico é um espaço por meio do qual o sujeito capta informações pelos órgãos dos sentidos (visão, tato, paladar, olfato e audição). Grande parte das ações humanas teve ou tem interferência do meio, por isso, o autor afirma que o sujeito está constantemente interagindo com o espaço e no espaço, desde atividades mais simples até atividades mais complexas.

É importante ressaltar que, como afirma Elisandra Mottin Freschi e Márcio Freschi (2013) a relação entre o professor e o

aluno é de suma importância, visto que o aluno precisa se sentir à vontade com o professor para que possa fluir a aprendizagem dos conteúdos trabalhados. Esse discurso associado ao discurso da importância da estrutura física e de organização espacial do ambiente escolar, como descreve Elali (2003) mostra que tudo o que envolve o aluno nas suas relações com o contexto escolar, seja de subsídios materiais ou humanos tem grande importância para o processo de aprendizagem.

3. A relação professor e aluno

De acordo com Lopes (2015) o contexto escolar é considerado o ambiente onde se adquire o conhecimento sistematizado do conteúdo e que o professor é o transmissor desse conhecimento. Muitos professores que são influenciados por esse pensamento não percebem a grandeza da importância do seu papel para a vida desses alunos e essa é uma grande preocupação na área educacional, visto que é preciso repensar e promover uma educação que desperte o interesse do professor e uma relação afetiva com o que faz e com os alunos, atendendo e compreendendo as necessidades de aprendizagem de cada um. O autor fundamenta ainda na sua pesquisa é uma necessidade emergente nesse contexto para que com essa mudança possa surgir uma nova relação entre aluno e professor e para isso “o professor necessita assumir uma postura crítica em relação a sua atuação recuperando a essência do ser “educador”. (LOPES, 2015, p.3)

Freschi; Freschi (2013) afirma que ministrar aulas que sejam interessantes e bem-sucedidas para o aluno depende muito mais que bons conteúdos, manterem boas relações, o aluno que se sente à vontade com o professor contribui na construção de conhecimento a partir dos conteúdos apresentados. Os referidos autores comungam do pensamento de Lopes ao afirmar que “o professor precisa ter amor pelo que faz e por quem ensina. Saber que seu trabalho é importante, estar sempre refletindo sobre seu

papel como educador e sua influência na vida dos alunos. ”
(FRESCHI; FRESCHI, 2013 p. 2)

Mosquera e Stobäus apud Freschi; Freschi (2013), defende que para o professor manter uma boa relação afetiva depende primeiramente do desenvolvimento de uma personalidade que possibilite relações interpessoais mais saudáveis, ou seja, é necessário um trabalho pessoal que perpassa o contexto escolar e que afeta todas as dimensões da vida do sujeito facilitando o processo de aprendizagem do aluno e o sucesso da profissão do professor.

Nas palavras de FRESCHI; FRESCHI, (2013 p. 2)

O relacionamento que construímos com nossos alunos é a porta de entrada para o sucesso pessoal e profissional, pois muitas vezes conseguimos ensinar melhor quando a um respeito mútuo entre ambos, quando convivemos num ambiente harmonioso, onde as pessoas se respeitam e trocam afetos, o convívio se torna positivo, e passamos a fazer nossas atividades de forma prazerosa e com mais satisfação.

4. Relação entre os alunos

O companheirismo, a cooperação, a cumplicidade, a solidariedade são comportamentos que devem ser construídos a partir do início da vida escolar da criança, desenvolvendo com isso relações saudáveis, de confiança e duradouras entre os alunos. É fundamental que a criança aprenda no contexto escolar a respeitar a ideia dos colegas, expressar sua opinião, desenvolver seu pensamento crítico, sentindo-se responsáveis e participativos na construção da sua aprendizagem. Uma boa construção dessa prática possibilita ambientes prazerosos tanto na sala de aula quanto em outras circunstâncias da vida do ser humano. (Freschi; Freschi, 2013)

Diante da realidade da sala de aula, onde o professor lida com uma heterogeneidade de comportamentos, pensamentos e

sentimentos, é necessário que se estabeleça relações de respeito e cooperação entre os alunos, evitando assim constrangimentos ou vergonha de se expressar. Sabe-se que cada sujeito tem sua vivência singular que o torna diferente uns dos outros, o professor tem o papel também de ensinar os alunos a compreender, aceitar e conviver com essas diferenças de forma respeitosa e harmoniosa. A realização de trabalho grupal, oportunizando a participação e discussão de todos é fundamental para o desenvolvimento da socialização e colaboração entre os alunos, além da aprendizagem cognitiva construída coletivamente. (Freschi; Freschi, 2013)

Conclusões

Diante de toda a pesquisa bibliográfica realizada para o referido trabalho, é possível afirmar que o planejamento pedagógico não se faz com base apenas em conteúdo a ser aplicado em sala, o processo de aprendizagem depende de outros fatores fundamentais, conforme foi trabalho nesta pesquisa, o ambiente físico do aluno e as relações que o mesmo estabelece com o professor e com os colegas. Em virtude disso, a psicologia ambiental que busca estudar as relações interpessoais no ambiente nos mostra que é responsabilidade também da escola oferecer aos seus alunos ambientes adequados ao processo de aprendizagem do aluno, capacitação profissional e pessoal do professor para a aplicação do conteúdo e principalmente para o desenvolvimento de relações saudáveis, bem como a compreensão por parte do aluno da sua responsabilidade e contribuição para ambientes e relações que facilitem a aprendizagem dos mesmos.

Não podemos negligenciar a construção de uma educação integral que atenda as necessidades e que possibilite o desenvolvimento do ser humano em todos os seus fatores. As relações do ser humano com as pessoas e com o meio são construídas e a escola tem papel importante nessa construção. Tudo isso nos mostra a possibilidade de formação de “SERES

HUMANOS”, mais justos, honestos, respeitosos e responsáveis com as relações que se estabelece com o ambiente e com as pessoas, consequentemente a construção de um mundo melhor.

Referências

ALVES, Maria Cherubina de Lima; BASSANI, Marlise Aparecida. **A psicologia ambiental como área de investigação da inter-relação pessoa-ambiente.** Disponível em: <http://legacy.unifacex.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Marlise%20e%20Maria%20Cherubina.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

ELALI, Gleice Azambuja. **O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil.** *Estudos de Psicologia* 2003, 8(2), 309-319. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19047.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

FICAGNA, Marisa Fracalossi; ORTH, Miguel Alfredo. **Educação para um novo cidadão: construindo possibilidades ou relações entre a teoria e a prática.** In: ANDREOLA, Balduino Antonio et al. (orgs.). **Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 246-262.

FRESCHI, Elisandra Mottin; FRESCHI, Márcio. **Relações interpessoais: a construção do espaço artesanato ambiente escolar.** *Revista de Educação do Ideau*. Vol.8 – Nº 18. Julho-Dezembro 2013. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/20_1.pdf. Acesso em 03 de julho de 2015.

Lopes, Rita de Cássia Soares. **A relação professora aluno e o processo ensino aprendizagem.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

MOSEER, Gabriel. **Psicologia Ambiental.** *Estudos de Psicologia* 1998, 3(1), 121-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/ao8vo3n1.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

SOUZA, Luciana Silva Martins de. **Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente.** Psicologia Argumento, Curitiba, v. 24, n. 44 p. 83-85, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n2/v23n2a10.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

Capítulo 03

Políticas públicas para a educação do campo

Maria Edilanjia de Souza Nobre¹
Theóphilo Michel Álvares Cabral Beserra²

Introdução

Neste artigo procuramos contribuir com a compreensão do paradigma da Educação do Campo. Para tanto, apresentamos uma reflexão sobre o conceito de paradigma e discutimos algumas diferenças dos paradigmas da Educação Rural e da Educação do Campo.

O campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais. O conceito de território é fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios.

O conceito de território não é utilizado neste trabalho apenas como referência ao espaço geográfico controlado por determinada

¹ Graduada em Letras; Pós-graduada em Pedagogia Escolar e Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc.

² Licenciado em Geografia pela URCA – 2006, Especialista em Geografia em Meio Ambiente pela URCA – 2009 e Mestre em Geografia: Área de Concentração Dinâmica Ambiental e Territorial pela UFC – 2001. Professor do CENTEC até o ano de 2017 e Coordenador Acadêmico Pedagógico da UNISULLIVAN Inc.

instituição ou relação social. Também é utilizado para representar o poder das teorias nos processos de transformação da realidade. A questão central deste artigo é: qual o campo da Educação do Campo?

Neste sentido, discutimos o paradigma da Educação do Campo como uma construção teórica que se consolida na comunidade científica, é incorporada por diferentes instituições e se transforma em um projeto de desenvolvimento territorial. Para responder à pergunta acima, apresentamos nossas leituras a respeito da formação de diferentes territórios: o campo do agronegócio e o campo da agricultura camponesa, explicitando os conteúdos de distintos paradigmas de desenvolvimento territorial.

Esperamos que esta contribuição seja motivo de debate entre as pessoas que se preocupam com a construção de um Brasil mais justo e democrático, onde o campo seja ocupado por diferentes modelos de desenvolvimento e que seja plena a liberdade de escolha do mundo que queremos.

1. Fundamentação teórica

Apesar de a Educação do Campo ser marcada, ao longo do tempo, pelo desprezo, e pela atuação tardia e descontínua dos poderes públicos, ela começa a ser visualizada e tratada nas políticas públicas de meados do século XX. Na LDB, Lei nº. 9.394/96, no art. 28 inciso I, observa-se certa preocupação sobre o oferecimento da educação nas escolas rurais, prevendo a adaptação dos conteúdos e ideologias às reais necessidades e interesses dos educandos das escolas do campo: Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural. (BRASIL, nº. 9.394/96, art. 28, inciso I).

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 1998, propõem que as escolas do campo devem receber atenção e tratamento diferenciado, assegurando que o ensino básico chegue a todos. A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade. (BRASIL, PNE, 1998).

Estas conquistas nas políticas públicas são acompanhadas pelos movimentos e organizações de trabalhadores rurais do campo. Estes/as participam destas políticas fazendo proposições e apresentando exemplos, práticas de como deve ser a educação dos povos do campo.

Por isso, surge nesse contexto um novo jeito de lutar e de pensar a educação para os brasileiros que trabalha no campo e vive do campo. Esse novo jeito de pensar a educação é fruto de uma nova identidade cunhada pelos movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras do campo; de modo geral, a identidade pode ser definida ou se caracteriza pela posição na qual os sujeitos se colocam ou são colocados sob o olhar da sociedade. A identidade de um determinado grupo resulta desta forma, tanto da maneira como o grupo vê, simboliza e discursa sobre si, quanto da maneira como a sociedade vê, simboliza e discursa sobre o grupo (COSTA, 2004, p. 185).

A construção de paradigmas só é possível, de acordo com a acepção kuhniana, quando a comunidade científica adquiriu as primeiras respostas para as questões colocadas na interpretação da realidade em formação. Estas questões também são colocadas pelas instituições na procura da compreensão da realidade. Como a ciência é política - e esta tem como sentido a liberdade na tentativa de interpretação de uma mesma realidade podem surgir diferentes paradigmas.

Nesse sentido, os paradigmas são territórios teóricos e políticos que contribuem para transformar a realidade. A prevalência de um paradigma no processo de produção de um determinado conhecimento, de elaboração construções teóricas e proposições de políticas públicas, contribuem para determinar a formação de uma realidade de acordo com a visão de mundo dos criadores do paradigma. Indivíduos pensam e agem conforme paradigmas inscritos em sua cultura.

Diferentes paradigmas orientam a sociedade. Portanto, construir um paradigma, significa dar sentido às interpretações possíveis da realidade e transformá-la. Quem faz isso? São todos os protagonistas desta realidade. Quem tem papel importante nesse processo são os sujeitos produtores do conhecimento e os sujeitos que acreditam neste saber e o utilizam para transformar a realidade.

Atualmente, o paradigma em que se apoia a visão tradicional do espaço rural no país, não se propõe fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais. O campo não comporta hoje compreensão unidimensional do rural.

Assumir a educação como direito de todo cidadão e como dever do Estado significou um avanço. As políticas públicas e os ordenamentos legais passaram a ser inspirados nessa concepção de direitos. Entretanto, isso não tem significado avanços no reconhecimento das especificidades de políticas para a diversidade de coletivos que fazem parte de nossa formação social e cultural.

A ênfase na educação como direito de todo cidadão deixa explícitas tensões na concepção de direito, de educação, de cidadania, de políticas públicas: ver e defender esses direitos como generalistas sem o reconhecimento das diferenças.

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa

situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros [...]

A autora nos mostra os avanços e as lacunas que ocorreram na educação no Brasil nas últimas décadas, pois tudo foi se inovando no campo, menos na educação, a não ser como resultado das pressões dos movimentos sociais organizados.

Para Pinheiro (2011),

[...] inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grão, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros é negado o acesso à terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros [...]

Avançando na história, constatamos que o modelo de educação praticado no Brasil pelos diferentes governos entre o início do Império (1822), até meados do século XX, era uma educação para a elite econômica e intelectual, em prejuízo direto e indiscriminado dos pobres, negros e índios. Inclusive a primeira Lei, ainda no período imperial, quando se reporta à educação, não se ateu às especificidades diretas da zona rural onde a população brasileira vivia.

De acordo com Nascimento,

[...]. Para dar conta de gerar uma lei específica para a instrução nacional, a Legislatura de 1826 promoveu muitos debates sobre a educação popular, considerada premente pelos parlamentares. Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e

lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias.

A mesma lei estabelecia o seguinte: os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas [...] (2011).

A sociedade em suas diferentes esferas, sofre transformações e a educação, na medida do possível incorpora essas mudanças e lida com seus resíduos, de forma que ao retomar a linha histórica, consegue-se identificar a trajetória, o modelo e o estado da arte, assim como nos indagar sobre que projeto de educação e seu sentido frente a este contexto.

Neste sentido, pensar a educação do campo torna-se um desafio ainda maior, frente a esta complexidade e por não termos tido ainda nenhuma tradição e atenção para a categoria juventude rural e suas demandas e sua preparação para um futuro diferente daquele pensado para as massas e para dar conta das demandas estabelecidas pelo sistema capitalista.

De acordo com Caldart (2004), no sistema de ensino brasileiro, podemos afirmar, com pouca margem de erro, que a educação foi pensada para dar conta das demandas urbanas. Somente há pouco tempo tem havido algum movimento para que possamos ter transformações mais significativas que os instituídos pelas Constituição e Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96.

A educação só veio a se consolidar como uma demanda dos segmentos populares com a intensificação do processo de industrialização e a transferência da mão-de-obra dos setores tradicionais para o moderno, a partir de 1930. Nessa época se esboçam alguns movimentos em defesa da escola pública, gratuita e laica, com as responsabilidades da escolaridade assumidas pelo

Estado. O processo de modernização que viria a se implantar exigia também pessoas qualificadas para algumas coisas.

De acordo com Pinheiro (2007), a partir de 1930, a concepção de educação do campo se configura em um conjunto de políticas com definições elaboradas para este atendimento. No histórico da legalidade educacional, um dos primeiros tratamentos de maior abrangência ocorreu na Constituição de 1934, quando os Pioneiros da Escola Nova que representaram uma nova relação de forças oriundas pelo conjunto de insatisfações de setores intelectuais, cafeicultores, classe média e até massas populares urbanas se instalaram na sociedade solicitando reformas educacionais.

Esse paradigma de educação e ideologização tem sustentado o capitalismo e influenciado o pensamento humano de diversas gerações, consolidando a supremacia de um poder dominante, pela via de submissão, presente em diferentes espaços no qual a escola lugar do saber/conhecimento sistematizado é um destes.

Mas, evidentemente, as populações do campo têm procurado resistir a certas situações de dominação, através de lutas organizadas em movimentos sociais que, ao longo do tempo tem fortalecido os trabalhadores, provocando ações que obrigam os governos brasileiros a implementar alguns apelos dos trabalhadores do campo dentro do cenário das políticas públicas.

Para Arroyo (1999), definir o conceito de educação do campo relaciona-se com uma postura político-pedagógica crítica, dialética, dialógica, postulando uma formação "técnica e política" de sujeitos politicamente conscientes, com uma visão humanizadora que valoriza o sujeito através de sua identidade cultural e compreende o trabalho como algo que dignifica o homem enquanto sujeito histórico e não enquanto objeto ou coisa.

A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações.

De acordo com Freire (1996), neste contexto a educação do campo surge como um direito dos povos do campo e com um projeto vinculado às lutas pelo acesso à terra. Esta proposta de educação vem atrelada às lutas pelos direitos básicos, pelos direitos da agricultura familiar e também vinculada a um novo projeto de campo e a um novo projeto de sociedade, e a educação precisa dar conta das especificidades deste projeto que apresenta uma filosofia que serve de contraponto ao agronegócio, destinado aos agricultores familiares, aos povos ribeirinhas, aos quilombolas, aos índios etc.

É uma educação provenientes dos movimentos sociais, que se impõe à lógica do agrobusiness e valoriza a vida e a permanência das pessoas no campo.

Outra estratégia que os movimentos sociais vêm adotando para a formação de educadoras e educadores do campo é reivindicar e ocupar espaços nas políticas e programas de formação do MEC, das secretarias estaduais e municipais de educação. Uma estratégia a curto prazo, exigindo que nesses programas de formação se equacione a especificidade da educação dos povos do campo.

Os movimentos reivindicam se fazer presentes na elaboração e implementação dessas políticas e programas de formação, para que superem os traços destacados: os paradigmas urbano e generalista. Por exemplo, nos programas destinados à formação de educadores(as) da infância, reivindicam dar destaque ao conhecimento das formas específicas de ser criança e de viver a infância no campo, na agricultura familiar, no extrativismo, na pesca, nos quilombos e territórios indígenas; dar destaque ao preparo dos educadores(as) para a formação plena dessas infâncias.

A espacialização da Educação do Campo acontece também pela ampliação das parcerias e pelo fato dos movimentos estarem colocando este paradigma na agenda dos estados e dos

municípios através de seminários, encontros e publicações de Educação do Campo. (MOLINA, 2003, p. 120).

O paradigma da Educação do Campo nasceu da luta pela terra e pela reforma agrária. Afirmamos que esta luta cria e recria o campesinato em formação no Brasil. Desse modo, a Educação do Campo não poderia ficar restrita aos assentamentos rurais. Era necessária a sua espacialização para as regiões, para as comunidades da agricultura camponesa.

Recentemente, a Educação do Campo também foi incorporada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, com a criação de um grupo temático que tem como atribuição a promoção de estudos para o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, a realização de eventos e a formulação de subsídios para os conselhos estaduais e municipais, entre outras.

Esse pequeno histórico demonstra que estamos vivendo um processo de construção do paradigma da Educação do Campo. Neste breve tempo foram desenvolvidos diversos procedimentos de elaboração teórica e metodológica, bem como de políticas por diferentes sujeitos, que vivem e trabalham no campo e/ou que compreendem o campo como espaço de desenvolvimento territorial do trabalho familiar na agricultura.

Além da constituição de diversas pedagogias, também compõem o paradigma os estudos dos impactos socioterritoriais dos projetos de desenvolvimento do campo, que compreendem o trabalho familiar como essencial para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Conclusões

Compreendemos enfim que para resgatar e construir uma identidade do homem e da mulher do campo é necessário que haja mudanças culturais e comportamentais. A educação do/no campo

enquanto fundamento histórico recria o conceito de camponês, utilizando o “campo” como símbolo significativo, referindo-se assim, ao conjunto de trabalhadores que habita no campo.

Na prática, os trabalhadores rurais precisam quebrar os preconceitos, no sentido de mudar a visão que a sociedade brasileira tem em relação a eles próprios e neste contexto, as escolas existentes no campo, fora do âmbito dos assentamentos e acampamentos, poderão contribuir com a mudança de paradigma, contribuindo com as lutas por melhorias na educação e na vida no campo. Apesar dos avanços em vários aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos e ou materiais didáticos, ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade também para os cidadãos que vivem no campo.

A história confirma que as políticas educacionais voltadas para a realidade camponesa brasileira são construídas a partir de um contexto bem delineado das intenções políticas que regem o fortalecimento da estrutura social e produtiva capitalista no Brasil, no que se refere à formação humana dentro do processo produtivo, de modo a viabilizar as prioridades do capital. Percebe-se neste sentido, que a subjetividade, a história de lutas, a cultura e os anseios dos camponeses são ignorados, predominantemente, na construção das políticas educacionais.

Confirmando assim, a utilização da educação enquanto um instrumento de elaboração e difusão de ideologias que garantem a hegemonia, a partir da qual uma classe dirigente e dominante consegue articular, persuadir impor sua direção e seus interesses às demais classes.

Sob esta lógica, pensar em um novo projeto de educação para a realidade camponesa é elaborar uma nova compreensão acerca da função da educação em uma sociedade crivada por contradições sociais marcantes, é deslocar o trabalhador camponês do papel de submissão para o papel de sujeito da sua história e é, acima de tudo, lutar por outra sociedade.

Desta forma, afirma-se que é preciso que um projeto transformador de educação do campo e de formação de educadores esteja diretamente relacionado a um projeto transformador de sociedade. Caso contrário, toda ação não passaria de reforma de questões específicas de uma realidade contraditória, corrigindo um detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Prefácio. In. KOLLING, Edgar Jorge. (Orgs). **Por uma educação básica do campo**. Fundação Universidade de Brasília, 1999.
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- COSTA, Joaquim G. da; OLIVEIRA, João C. de. **Saberes da Terra: resultado e materialidade de uma concepção de educação**. Saberes da Terra: sistematização das experiências. Paraná: Gráfica Xagu, Caderno I, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional**, 2008.
- PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. 2007.

Capítulo 04

A educação ambiental e sua relevância na sociedade

Soraia Kaline Delmondes¹

Introdução

Com a globalização a sociedade passou a produzir diferentes tipos de produtos em larga escala, buscando suprir suas necessidades. No entanto, a destinação final destes produtos tem causado sérios danos ao meio ambiente, em que muitos destes transmitem uma grande quantidade de radiação, como também são poluentes, agredindo de forma desenfreada.

Por sua vez, a sociedade também tem utilizado de forma desordenada os recursos naturais, apropriando-se destes, e esquecendo que muitos dos recursos utilizados não são renováveis, como também os renováveis necessitam de atenção em seu processo de utilização, para que não venham a tornarem-se escassos.

O homem necessita estar atento as limitações existentes no meio ambiente, por meio da realização de cuidados, para que seja possível uma melhor qualidade de vida. Pensando nas problemáticas desencadeadas na sociedade, resultantes da má utilização de produtos, das relações entre homem e meio ambiente,

¹ Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina-PE. Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: soraiakd2012@hotmail.com

diferentes entidades públicas e privadas realizaram conferências para abordarem as questões relacionadas entre a produção, consumo e sustentabilidade, em que identificaram alternativas a serem executadas com a finalidade de modificar este cenário.

O meio ambiente necessita de cuidados para o homem usufruir de uma melhor qualidade de vida, já que os recursos existentes no meio ambiente são indispensáveis para a sobrevivência humana. O indivíduo necessita ser conscientizado desde sua infância, crescendo com valores sobre a prática da sustentabilidade, respeitando e contribuindo em suas relações com o meio ambiente.

A educação ambiental, perante a agenda 21, na Conferência realizada em 92, foi determinada como medida a ser executada em diferentes âmbitos da sociedade, em especial no ambiente escolar, sendo trabalhada de forma interdisciplinar, possibilitando nos educandos o desenvolvimento de uma conduta consciente acerca das necessidades e cuidados relevantes com o meio ambiente.

O presente trabalho tem como finalidade compreender a educação ambiental e suas contribuições na construção de valores sustentáveis. Caracteriza-se o estudo como pesquisa de cunho bibliográfico, realizado em diferentes recortes científicos, embasado em autores como: Leal (2004) Segura (2001), Guedes (2006), entre outros.

1. Conceitos: educação ambiental

De acordo com Carvalho (2006) a Educação Ambiental é voltada para trabalhar o processo de conscientização e sensibilização do indivíduo, em que passa a refletir sobre suas ações no meio em que vive, na utilização dos recursos naturais existentes.

A partir da educação ambiental é possível desenvolver na sociedade indivíduos conscientes acerca de suas ações, buscando

atuar de forma positiva, realizando medidas que venham a beneficiar suas relações com o meio ambiente.

A Educação Ambiental vem sendo discuti nos últimos anos com bastante ênfase, já que a sociedade tem causado sérios danos ao meio ambiente, que necessitam ser revertidos, pois o meio ambiente está sofrendo, e consecutivamente o homem sofrerá com os aspectos negativos desencadeados, como também já está presenciando as reações causadas por suas ações (GUEDES, 2006).

Em conformidade com Segura (2001, p.165),

Quando a gente fala em educação ambiental pode viajar em muitas coisas, mais a primeira coisa que se passa na cabeça ser humano é o meio ambiente. Ele não é só o meio ambiente físico, quer dizer, o ar, a terra, a água, o solo. É também o ambiente que a gente vive – a escola, a casa, o bairro, a cidade. É o planeta de modo geral. (...) não adianta nada a gente explicar o que é efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos, as pessoas perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo e que faz parte deles. A conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. (...) conhecimento em termos de consciência (...) A gente só pode primeiro conhecer para depois aprender amar, principalmente, de respeitar o ambiente

A educação ambiental envolve o cuidar, o zelar pelos recursos existentes no meio ambiente, possibilitando uma melhor qualidade de vida, em que todos possam desfrutar dos recursos existentes. A escola deve realizar esta prática de conscientização, assim como a família, em prol da formação de sujeitos ativos e reflexivos.

A educação ambiental apresenta seus princípios em seu processo de execução:

São princípios básicos da educação ambiental: I- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a

interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999)

Com base nos princípios apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs percebe-se a quão ampla é a educação ambiental, em que esta busca contemplar os mais variados aspectos que estejam interligados ao homem em suas relações em seu meio, para que seja possível o alcance de mudanças positivas, minimizando as problemáticas e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

1.2 A Educação ambiental como obrigatoriedade

Por meio da Conferência realizada em 1992, a educação ambiental passou a ser trabalhada no ambiente escolar como obrigatoriedade, em que esta deve ser apresentada aos educandos na infância até o final de sua escolarização, para que estes possam desenvolver saberes significativos acerca dos cuidados necessário com o meio ambiente.

Conforme o artigo 10 da Política Nacional de Educação Brasileira (PNEA), da Lei 9.795/99 (Da Educação Ambiental no Ensino Formal), ressalta sobre a prática e inserção da educação ambiental no currículo de ensino como disciplina específica, enfatizando a necessidade de trabalhar de forma interdisciplinar, para que seja possível o alcance de resultados positivos diante de suas propostas.

A partir de 1997, a educação ambiental foi incorporada nas atividades escolares, estando presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, sendo esta temática abordada de forma transversal (BRASIL 1998).

A educação ambiental quando trabalhada adequadamente possibilita o alcance de resultados positivos, permitindo ao educando a apropriação de informações relevantes a serem aplicadas em seu cotidiano. A conscientização ambiental é de suma no ambiente escolar, necessitando ser trabalhada de forma sistematizada, para que se possa alcançar o êxito.

A educação tem papel central na efetivação de comportamentos compatíveis com a preservação ambiental, neste sentido, a incorporação da dimensão ambiental nos programas do ensino formal deve incluir uma revisão dos conteúdos programáticos e o tratamento de temas de forma transversal, reunindo diferentes disciplinas com o objetivo de dar início a práticas interdisciplinares (DIAS, 2004, p. 113).

Nos últimos anos os impactos sobre o meio ambiente têm surgido de forma desenfreada, influenciando no surgimento de diferentes normativas, sendo estas voltadas para minimizar as problemáticas cometidas pelo homem sobre o meio ambiente. No entanto a criação das normas punitivas e reguladoras ainda não é o suficiente, sendo necessária uma maior ênfase sobre a conscientização nos diferentes âmbitos, associando este processo as normativas.

1.3 Conscientização e sustentabilidade

A conscientização ambiental envolve o repasse de informações acerca das necessidades existentes no meio ambiente, em especial dos seus cuidados. Quando o homem passa a ser consciente de suas ações sobre o meio ambiente, este passa a realizar uma conduta diferenciada, por meio de ações simples que

vem a contribuir no meio ambiente (deixa de jogar lixo na rua, em áreas de preservação, ou em lagos, deixa de poluir sonoramente, como também com a emissão de gases, entre outros).

A realização de medidas simples pode gerar diferentes benefícios para o homem e meio ambiente, em que estará aumentando a presença dos recursos fornecidos pela natureza, como também preservando os que se encontram.

De acordo com Forattini (1991), é relevante refletir sobre qualidade de vida, em que está se caracteriza como uma condição de satisfação, ou insatisfação, estando relacionado ao deseja melhores condições de vida. Como também envolve o ajustamento a estas condições, permitindo analisar esta presença.

A conscientização ambiental é indispensável para os indivíduos compreenderem o seu papel na sociedade, como também as suas necessidades futuras, buscando amenizar o sofrimento perante os danos causados pela geração do passado e presente.

A sustentabilidade envolve a realização de medidas que possibilitem assegurar a presença dos recursos naturais, como também fazer com que o homem passe a refletir e atuar de forma positiva no meio em que vive, zelando os recursos naturais, reutilizando e concedendo um destino final adequado aos bens de consumo produzidos (DIAS, 1992).

Quando o homem passa a desenvolver uma conduta sustentável, este também passa a praticar o processo de conscientização com o seu próximo, sensibilizando para que este possa realizar também o seu papel, cuidando do meio em que se encontra.

1.4 Atuação docente o processo de conscientização ambiental

O docente desenvolve papel importante no processo de conscientização ambiental no ambiente escolar, sendo responsável

pelo repasse das informações, como também na realização de vivências na prática.

De acordo com Loureiro (2009, s/p), é relevante que o docente ao trabalhar a educação ambiental levando em consideração que,

A Educação Ambiental deve promover o desenvolvimento de hábitos e atitudes sadios de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano de vida da escola e da sociedade. Atualmente o papel da escola remota à construção de uma sociedade democrática e, para isso, deve capacitar os indivíduos, por meio de postura crítica, dialética e de conteúdo relacionado diretamente à realidade, para a formação de processos que promova a conscientização.

A realização da vivencia de projetos na comunidade escolar é crucial para o alcance de resultados no processo de sensibilização, permitindo a formação de sujeitos ativos, levando as informações trabalhadas em sala de aula para a prática, buscando minimizar as problemáticas.

A inovação em sala de aula acontece por meio da realização de medidas que incentivem o educando a ter contato direto com as informações repassadas. O trabalho com a educação ambiental é indispensável uma conduta ativa e reflexiva por parte do docente, desenvolvendo nos educandos desde a compreensão dos sabres como também a sua apropriação e prática no cotidiano (LEAL, 2004).

O fazer pedagógico deve ser refletido, para que seja possível alcançar os princípios da educação ambiental, e estes não sejam distanciados, mas que realmente sejam construídos saberes sustentáveis.

Conclusões

A educação ambiental contribui de forma direta na formação de indivíduos conscientes, apresentando seus deveres no meio em que vivem, passando a ser realizada suas atividades de forma sustentável, respeitando as necessidades e limitações do meio ambiente.

É relevante que a escola desenvolva momentos de interação, para os educandos terem contato com a prática, interagindo na realização de medidas mitigadoras, buscando juntos amenizar as problemáticas existentes em seu meio. Assim, a realização de ações dentro da própria comunidade é indispensável, podendo ser desenvolvidas por meio da realização da arborização, distribuição de coletores dentro e próximo do ambiente escolar (coletores produzidos pelos próprios alunos), entre outras ações.

A partir do momento em que o educando passa a vivenciar, a estar em contato direto com as problemáticas, este passa a compreender melhor a necessidade de cuidados, e sobre o quão importante é o seu papel na sociedade, como este também buscará conscientizar o seu próximo acerca do respeito ao meio ambiente, e a necessidade de se ter uma conduta sustentável.

O homem é o único sujeito capaz de reverter o cenário em que se encontra o meio ambiente, já que este foi o principal responsável por agredir, e que ainda agride o meio ambiente. Para que se possa ter uma melhor qualidade de vida os indivíduos devem respeitar o seu meio, sendo a prática da sustentabilidade indispensável para o alcance de uma melhor qualidade de vida.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº. 9795 de 27 de abril de 1999: Política Nacional de Educação Ambiental.** Publicado no D.O.U. Em 28/04/1999. Disponível em. Acesso em 10 nov. 2009.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo, Gaia, 1992.

_____. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FORATTINI, O.P. **Qualidade de vida e meio urbano:** a cidade de São Paulo, Brasil. Rev. Saúde Pública, 25:75-86,1991.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso.** Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

LEAL, Maria Gloria. **Currículo “baseado em competências: uma proposta para os cursos de graduação em Engenharia”.** In: WORLD CONGRESS ON ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION, 1, 2004, Guarujá, SP. Anais eletrônicos. Guarujá, SP: [s. n.], 2004.

LOUREIRO C. F. B. et al. **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico.** Ed. Cortez – São Paulo, 2009.

SEGURA, D. S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. 214p.

Capítulo 05

Educação ambiental no ensino médio para construção de uma sociedade sustentável

Vaneria Maria Pinheiro¹

Introdução

Nos últimos anos por conta dos danos a saúde, economia e recursos primários, foram intensificados os debates a respeito do Meio Ambiente, proporcionando um maior esclarecimento que não se trata apenas da preservação das matas, e sim, de tudo que está ao nosso redor e relacionado às possíveis ações que nos permitam utilizar os recursos naturais, sem escassear e sem prejudicar a economia dos países.

Em meio a esses debates, vêm em mente os efeitos benéficos se a postura econômica e social priorizasse o desenvolvimento sustentável. Porém, muitos não possuem uma concepção bem elaborada do que seja e o mais grave, não estariam dispostos a mudar certos hábitos de vida, levando as populações a situações extremas de escassez como a falta de água vivenciada em pequenas e grandes cidades.

Em busca de solucionar essa problemática, certamente uma estratégia louvável e ainda pouco aplicada é a Educação Ambiental

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas Pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Especialista em Saúde Pública e da Família pela Faculdade Kurios – FAK; Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. Professora de Biologia.

(EA), a qual segundo Sorrentino et al, 2005, trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política.

Anterior a essas colocações e colaborando com a explicação do que seja EA, a Lei brasileira nº 9.795, de 27 de abril de 1999, informa.

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Mas para tal, devemos lembrar-nos da importância de investir em ações de curto, médio e longo prazo. Uma estratégia importante é a conquista dos jovens para essa batalha, sabendo que esses tornariam as ações mais eficazes, pois se conscientizados da necessidade mundial em recuperar e preservar o meio ambiente. Os mesmos dispõem de potencial para desenvolver tecnologias para tal finalidade em especial na área de práticas sustentáveis que realmente gerem renda respeitando a natureza.

Este estudo tem o objetivo de revisar a literatura científica brasileira a respeito da importância da Educação Ambiental voltada para os jovens e a construção de uma sociedade mais sustentável.

Para tal finalidade foi realizada uma pesquisa bibliográfica da literatura brasileira em livros, artigos publicados em revistas Universitárias, em revistas armazenadas nas bibliotecas virtuais SCIELO, LILACS e BIREME e em sites governamentais.

1. Políticas públicas em educação ambiental

Ao longo do desenvolvimento da nossa sociedade estamos denegrindo e utilizando os recursos naturais sem limite. Poluindo o meio aquático, terrestre e a atmosfera, fazendo queimadas e

derrubadas de matas, ocasionando a extinção de várias espécies de vegetais e animais. O nosso meio urbano está sujo, violento e com graves problemas sociais.

Mas a natureza vem dando seus avisos de colapso através de grandes catástrofes naturais em todo mundo, com muitas mortes, destruição, doenças, miséria e o que podemos perceber é que só nos interessamos em aumentar nossa produção industrial e o consumismo, sem darmos a devida importância para as questões ambientais.

A EA integra propostas educativas oriundas de concepções teóricas e matrizes ideológicas distintas, sendo reconhecida publicamente, no Brasil, como de inegável relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de mundo e de sociedade (LOUREIRO, 2005). Por isso se deve dar legalidade para a garantia de acesso a todos do conceito de EA, através de profissionais capacitados e nos ambientes educacionais em todas as esferas de ensino.

No Brasil para tentar amenizar a degradação, logo após a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foi criada no Ministério da Educação a Coordenação Geral de Educação Ambiental e no Ministério do Meio Ambiente, a Diretoria de Educação Ambiental como instâncias de execução da PNEA. De acordo com Sorrentino et al, 2005, assim, a educação ambiental insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), deixando de ser apenas incremento de uma educação pública.

Se confirmando na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, em especial Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Ou seja, garantindo a EA para todos os estudantes, sendo uma iniciativa louvável, já que, grande parte dos nossos jovens serão nossos futuros

representantes políticos com novos paradigmas e prioridades. E esses, se bem conscientizados poderão desenvolver projetos mais consistentes voltados para a sustentabilidade.

Mas, trabalhar a conscientização para essa questão na atual realidade de nossos adolescentes, na era das contradições e alienações é muito difícil, se na escola estudam e discutem as questões ambientais, os políticos na prática, pregam que esse assunto não é relevante. Um exemplo claro foi o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável mais conhecida como Rio+20, realizada no período de 13 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, onde em seu relatório podemos identificar a falta de impacto e concretude das ações, deixando evidente que nenhum governante está disposto a reduzir atividades que geram renda em prol do meio ambiente.

2. Metodologia de ensino que discutem os caminhos da sustentabilidade

Existem diversos meios para abordar essa temática em sala de aula. Porém, uma merece destaque, que é a tecnologia da informática, mas não basta apenas o domínio da tecnologia, necessita envolver os alunos, chamando atenção, principalmente na importância de envolver as suas vivências na comunidade de inserção.

Mesmo com o enfoque na aplicabilidade do conteúdo é necessário se apoderar, dos conceitos para poder ter melhor compreensão do que está sendo trabalhado. Sustentabilidade em muitos casos pode ser compreendida de forma errônea e com diminuição de nossas responsabilidades enquanto indivíduo.

Sustentabilidade da forma defendida por Gadotti (2008), refere-se ao próprio sentido do que somos de onde viemos e para onde vamos como seres humanos. Podendo ser trabalhado no ambiente escolar de forma interdisciplinar, pois segundo o mesmo autor, sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia, a

economia e a ecologia. Esta tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.

Mas para internalizar essas concepções se faz necessário o estudo do que é meio ambiente, como fazemos parte e como podemos nos tornar seres sustentáveis em essência e ação.

Na busca da construção de uma sociedade sustentável, o meio escolar pode ser um importante aliado e tendo em vista essa importância, o documento, vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola de 2007 informa que:

Atribui-se ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, §1º, inciso VI), surgindo, assim, o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem acesso à educação ambiental.

Quando se fala de jovens na escola em especial nas escolas públicas, tem em mente que grande parte é de baixa renda em condições sociais precárias e para chamar atenção em determinado assunto e despertar o interesse para interferir é algo mais complexo. Sabendo que um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro (DAYRELL, 2007).

Porém, estudos realizados e publicados como os de Lima e Vasconcelos (2006) apontam que os professores enfrentam muitos desafios para construção de práticas metodológicas melhoradas, e estes se iniciam na formação acadêmica que ainda está distanciada da realidade enfrentada nas escolas. Em suas pesquisas também foi identificado que Meio Ambiente não está entre os assuntos que despertam maior interesse dos alunos, esse fato certamente está relacionado à forma como é tratado nas escolas.

Para tanto se adotada uma metodologia que envolva conscientização, pois segundo Paulo Freire (1987) ...por meio de

uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa forma crítica de pensarem seu mundo. Em conjunto com práticas iniciadas no meio escolar, através de ações de economia de água e luz, reutilização de papel, água e outros materiais que possam ser reaproveitados, plantação de uma horta orgânica e outros, certamente mudará hábitos e formas de pensar de muitos estudantes e até mesmo poderão se estender a comunidade em torno da escola.

Utilizando práticas pedagógicas associadas aos processos de ambientalização das esferas sociais, parecem ser importantes operadores de legitimidade social, de crença e de identidade cultural (CARVALHO, FARIAS E PEREIRA, 2011), pois sabemos que para se estender ações sustentáveis no cotidiano das pessoas se faz necessário voltar a práticas culturais que tinham se perdido em favor do conforto e da falta de consciência ambiental.

O trabalho na escola pode se estender a comunidade através dos estudantes com propostas bem planejadas e estruturadas para estender essa conscientização. Segundo Pinheiro et al (2011), a percepção ambiental pode se caracterizar como relevante instrumento de estímulo à participação popular.

Para o resgate de boas práticas podem implantar ações na escola, incentivando grupos que se organizam para desenvolver projetos a serem apresentados nas feiras de ciências, destinando espaços para tais práticas e dando abertura nos planejamentos para inserção de temas que discutam meio ambiente e sustentabilidade nas diversas disciplinas, com abordagens diferenciadas e dando autonomia de construção e apresentação para os alunos.

Outra forma de integração dos estudantes observadas é quando envolvem teatro, esporte, desenho e produções áudio visuais. Esses meios podem ser explorados para que sustentabilidade se transforme um tema atraente e prazeroso. Porém, não como momentos pontuais sem conexão, sempre no

sentido de crescimento individual e coletivo, pois segundo Lucatto e Talamoni (2007) e suas pesquisas visualizaram que a práxis ação/reflexão, também permitiu que cada um de nós se afirmasse como sujeito, dispondo-nos a modificar a realidade de modo reflexivo e, sobretudo, pelo autoquestionamento.

3. A importância de uma educação ambiental voltada para os jovens

As práticas educativas ambientalmente sustentáveis nos apontam para propostas pedagógicas centradas na criticidade e na emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e atitudes. (JACOBI; TRISTÃO E FRANCO, 2009), se aplicadas nas escolas de forma efetiva implicarão em mudanças significativas em nossos jovens, os quais serão responsáveis pela construção das futuras gerações.

Fala-se em escola e educação porque segundo Carvalho (2001) é valorizado o papel da educação como agente difusor dos conhecimentos sobre o meio ambiente e indutor da mudança dos hábitos e comportamentos considerados predatórios, em hábitos e comportamentos tidos como compatíveis com a preservação dos recursos naturais e no ambiente escolar. Portanto as metodologias devem estar voltadas para ganhar a atenção dos jovens de forma construtiva.

Os adolescentes vivem um período de busca de liberdade em uma transformação de valores inclusive familiar, e a educação ambiental deve se apresentar de acordo com Vargas (2005) com caráter humanista, participativo, democrático, plural que permitirá entender a complexidade do meio ambiente, que supera os limites da natureza e envolve a interação dos diversos aspectos sociais.

Os jovens precisam ter uma formação crítica a respeito do meio em que vive e aceitar seu papel para construção de uma sociedade mais consciente de suas ações em relação à sustentabilidade ambiental, pois a questão ambiental está presente

no cotidiano da sociedade contemporânea e tem representado um novo desafio para preservação da qualidade de vida da humanidade (ABREU, et al., 2008) e se não houver essa mudança de estilo de vida em favor ao meio ambiente chegaremos a escassez severa dos nossos bens naturais.

Porém, falar em jovens não se pode deixar de lado os fatores das influências, pois segundo Poletto e Koller (2008) a interação de uma pessoa em determinado lugar, por exemplo, na escola, é influenciada pelo ambiente e também pelas influências trazidas de outros contextos, como a família. Nesse contexto podemos ressaltar a influência que a internet exerce. A mesma possibilita um enorme potencial de comunicação e entretenimento, a todo o momento são vinculadas informações com os mais diversificados temas, mas por sobrecarregar, acaba que nenhuma informação é aprofundada e lembrada por muito tempo. O mais preocupante são os modismos de temas que passam a serem comentados por muitas pessoas e não são de real importância para o aprendizado e para a sociedade.

E essa superficialidade, conhecimentos distorcidos e contraditórios das informações refletem-se nas mais diversas temáticas na construção do conhecimento nos ambientes escolares. E com a Educação Ambiental não é diferente de acordo com as discussões e conclusões feitas por Malafaia e Rodrigues (2009), para os autores, parece não haver aprofundamento suficiente dos conceitos sobre meio ambiente independente do aumento da escolaridade, o que pode explicar a concepção reducionista da maioria dos alunos investigados.

Contribuindo com essas colocações Marques et al. (2007) fala que a fragmentação do entendimento das causas e das possíveis soluções aos problemas ambientais, pode refletir uma compreensão superficial e reducionista de meio ambiente, interferindo na construção do conhecimento e nas percepções dos jovens.

Um dos problemas que afetam a sustentabilidade ambiental é a questão do consumismo. Para tanto, Cardoso (2010) lembra que a cultura de consumo se transformou em uma das principais referências de legitimidade de comportamentos e valores, constituindo-se em um dos eixos centrais do mundo globalizado. Nessa temática os jovens são constantemente influenciados pela mídia e por seus pares, para aderirem o que dita à moda, sendo levados ao consumo exagerado e sem consciência econômica e ambiental, como colocado por Portilho (2005). Atividades simples e cotidianas como “ir às compras” – de bens considerados básicos ou de itens considerados luxuosos – começaram a ser vistas como comportamentos e escolhas que afetam a qualidade do meio ambiente.

Para mudarmos o quadro de degradação do meio ambiente e as consequências que essa, causa para as populações como alertam Souza e Andrade (2014), quando discutem que o perfil epidemiológico do Brasil está mudando em especial nas grandes cidades, em que as condições de vida vêm se deteriorando, seja pelo resultado direto da poluição e/ou ocupação pela industrialização, ou pela pressão demográfica sobre o Meio Ambiente. Devemos sensibilizar as pessoas desde a infância que somos parte integrante deste meio.

Para isso existem leis que legitimam o ensino em Educação Ambiental que podem proporcionar grandes contribuições.

A LEI Nº 9.795/99 que institui a Educação Ambiental no Brasil - que é à base da resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - para que docentes possam aprimorar suas práticas tornando a Educação Ambiental interdisciplinar, em todas as séries e em todas as disciplinas, bem como em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.

Como justificativa para a importância dessa lei, temos a certeza que os jovens possuem muita energia e poder de mobilização, certamente se as instituições de ensino se interessassem pelo tema e preparassem seus professores e os estimulassem para

fazer valer as leis, poderiam despertar os jovens no tocante da necessidade de cuidar e recuperar o meio ambiente para que possamos ter maior qualidade de vida.

Neste sentido a juventude pode ser estimulada a desenvolver tecnologias sustentáveis, pois segundo Souza *et al* (2012) não se consegue conceber a possibilidade de privação dos benefícios que o desenvolvimento tecnológico capitalista tem oferecido. Então devemos focar em uma preservação ambiental tecnológica para as novas gerações ajudando a tornar esse assunto atraente e de reais possibilidades de conquistas.

4. O papel do professor na educação ambiental

O papel da escola, dentro de uma perspectiva política não ingênua, é o de criar espaços através de seus atores e autores sociais no sentido da desalienação dos indivíduos, diante do conhecimento fragmentado e destituído de significado para suas ações sociais (MORADILLO E OKI, 2004). Desarticulando o que a mídia e a internet querem fazer com a sociedade, alienando e tirando o foco das reais necessidades.

Se o jovem é um importante agente transformador e estes por lei estão nas escolas, podemos visualizar outro agente também muito importante os educadores e professores que tem o papel essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de uma visão crítica, de valores e de uma ética para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável (JACOBI, 2005).

Nesse sentido, o papel dos professores(as) é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo (JACOBI, 2003). Desempenhando esse papel, certamente irá existir a formação de adolescentes mais críticos, conscientes e protagonistas em suas comunidades. Pois a

construção tanto da educação como da cidadania ultrapassam o muro e a própria vida escolar (GOUVÊA, 2006).

A escola pode ser um importante meio de formação cidadã, desde que seus gestores e componentes tenham visão clara e disponibilizem condições metodológicas para a discursão e práticas sociais, em especial no que se trata no campo da educação ambiental. Tozoni-Reis e Campos (2014) falam que dentre os muitos e diversos condicionantes da organização desta escola no Brasil, que auxiliam ou dificultam a inserção da educação ambiental de forma mais consistente, estão aqueles relacionados ao papel dos professores.

Porém não adianta querer conscientizar os nossos jovens para as questões ambientais e colocar essa responsabilidade nas instituições de ensino por conta das leis que legitimam essa temática se não houver investimentos na capacitação dos professores para tal finalidade, pois segundo o estudo de Lorenzetti (2008) apud Gaudiano e Lorenzetti (2009), mostrou que os conhecimentos e práticas que estão sendo compartilhados pelo estilo de pensamento ambiental crítico-transformador, não estão sendo incorporados pelos professores que desenvolvem práticas educativas no contexto escolar.

O governo, as instituições e o próprio profissional da educação tem que garantir que os professores(as) estejam cada vez mais preparados, a fim de poderem transmitir e decodificar para os alunos a expressão dos significados sobre o meio ambiente e a ecologia nas suas múltiplas determinações e intersecções (JACOBI, 2003). E assim poderem contribuir significativamente na formação de jovens autônomos e ativos nas mudanças de paradigmas e construir uma sociedade mais consciente de suas ações e sustentável.

Conclusões

Como observado, os representantes políticos mundiais não estão preocupados com as questões ambientais, se estas estiverem contrapostas com os ganhos e atividades econômicas. Mas a degradação e o desrespeito com o Meio Ambiente nos acarretam graves consequências, ocasionando muitas mortes e sofrimento com a escassez dos recursos naturais essenciais para se manter a qualidade de vida em especial a saúde das populações.

Uma das alternativas para mudar o curso da devastação que estamos seguindo, seria a conscientização dos jovens e adolescentes que serão nossos próximos representantes nas mais diversas áreas das divisões sociais. Para isso ocorrer, temos que lutar para desfazer a alienação que os meios de comunicação exercem.

Buscando este objetivo, uma das alternativas é a capacitação e investimentos em educadores e professores com foco na ajuda aos jovens a serem mais críticos e protagonistas em suas comunidades, adquirindo conhecimentos mais holístico para tornar as novas gerações mais sustentáveis.

Portanto, analisando os achados na bibliografia científica a Educação Ambiental visa proporcionar a criticidade e o protagonismo, mas para isso, tem que ser garantida a todos e de forma continuada.

Vale a pena ressaltar uma inquietação em relação ao meio científico, a quantidade de trabalhos realizados e publicados sobre a temática, bastante reduzido, tendo em vista a importância da problemática levantada e o potencial dos jovens, na transformação da sociedade.

Referências

ABREU, D. G. **Educação ambiental nas escolas da região de ribeirão preto (sp): concepções orientadoras da prática docente e reflexões sobre a**

formação inicial de professores de química. Revista Quim. Nova, v. 31, n. 3, p. 688- 693. Ribeirão Preto, SP, 2008.

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental: UNESCO. Brasília, 2007.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** DOU nº 116, Seção 1, págs. 70-71 de 18/06/2012.

CARDOSO, J. **Arte e sustentabilidade: uma reflexão sobre os problemas ambientais e sociais por meio da arte.** Revista Espaço Acadêmico, n. 112. Uberlândia, 2010.

CARVALHO, I. C. M. **Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural.** Revista Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent., v.2, n.2, abr./jun. Porto Alegre, 2001.

CARVALHO, I. C. M.; FARIAS, C. R. e PEREIRA, M. V. **A missão “ecocivilizatória” e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade.** Revista Ambiente & Sociedade. v. 14, n. 2, p. 35 – 49. Campinas, 2011.

DAYRELL, J. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Revista Educ. Soc., v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128. Campinas, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17^a ed. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Série Unifreire; 2. São Paulo, 2008.

GAUDIANO, E. G. e LORENZETTI, L. **Investigação em educação ambiental na América latina: mapeando tendências.** Revista Educação em Revista, v. 25, n. 3, p. 191 – 211. Belo Horizonte, 2009.

- GOUVÊA, G. R. R. **Rumos da formação de professores para a educação ambiental.** Revista Educar, n. 27, p. 163 – 179. Curitiba, 2006.
- JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189 – 205, março, 2003.
- JACOBI, P. R. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo.** Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. São Paulo, 2005.
- JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M. E FRANCO, M. I. G. C. **A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento.** Cad. Cedes, v. 29, n. 77, p. 63-79, jan./abr. Campinas, 2009.
- LIMA E VASCONCELOS. **Análise da metodologia de ensino de ciências nas escolas da rede municipal de Recife.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ. v.14, n.52, p. 397-412, jul./set. Rio de Janeiro, 2006.
- LOUREIRO, C. F. B. **Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental.** Revista Educ. Soc., v.26, n. 93, p. 1473-1494, Campinas, 2005.
- LUCATTO, L. G.; TALAMONI, J. L. B. **A construção coletiva interdisciplinar em educação ambiental no ensino médio: a microbacia hidrográfica do ribeirão dos peixes como tema gerador.** Revista *Ciência & Educação*, v. 13, n. 3, p. 389-398, São Paulo, 2007.
- MALAFAIA, G. E RODRIGUES, A. S. L. **Percepção ambiental de jovens e adultos de uma escola municipal de ensino fundamental.** Revista bras. Bioci. v. 7, n. 3, p. 266-274, jul. /set. Porto Alegre, 2009.
- MARQUES, *et al.* **Visões de meio ambiente e suas implicações pedagógicas no ensino de química na escola média.** Revista Quím. Nova, v.30, n. 8, p. 2043-2052. Florianópolis-SC, 2007.
- MORADILLO, E. F. E OKI, M. C. M. **Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades.** Revista Quim. Nova, Vol. 27, No. 2, 332-336. Salvador BA, 2004.
- PINHEIRO, I. F. S. **A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo: visões e perspectivas para o planejamento turístico**

- com vistas a sustentabilidade.** Revista Soc. & Nat. n. 3, p. 467 - 482. Uberlândia, 2011.
- POLETTI, M. e KOLLER, S. H. **Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção.** Revista Estudos de Psicologia, v. 3, n. 25, p. 405 - 416. Campinas, 2008.
- PORTILHO, F. **Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo.** Cadernos EBAPE.BR. 2005.
- SORRENTINO, M. *et all.* **Educação ambiental como política pública.** Revista Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. São Paulo, 2005.
- SOUZA, C. L. E ANDRADE, C. S. **Saúde, meio ambiente e território: uma discussão necessária na formação em saúde.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n.10, p.4113-4122, 2014.
- SOUZA, S. P. L. **Desenvolvimento sustentável e pensamento complexo - estudo de caso: o uso de argilas como catalisadores.** Revista Quim. Nova, v.35, n.9, p. 1891-1894. Rio de Janeiro, 2012.
- TOZONI-REIS, M. F. C. E CAMPOS, L. M. L. **Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias.** Revista Educar em Revista, n. 3, p. 145-162. Curitiba, 2014.
- VARGAS, L. A. **Educação ambiental: a base para uma ação político/transformadora na sociedade.** Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. v.15,. Rio de Janeiro, 2005.

Capítulo 06

Avaliação da educação ambiental: um processo diário e contínuo

Antônia Derlângia Correia do Nascimento Nobre¹

Edna Maria Rodrigues da Silva²

Introdução

O desenvolvimento das competências da escola, a inclusão da educação ambiental no currículo escolar e sua avaliação são desafios propostos para a educação no último século. Sabe-se que além de propiciar um olhar diferenciado para o ambiente como um todo, a educação ambiental resgata valores culturais que podem favorecer a discussão e a adoção de uma nova postura, ou novas soluções e o desenvolvimento de um pensamento mais produtivo e criativo. No entanto a educação ambiental da forma como é proposta pelos Parâmetros curriculares Nacionais como um dos temas transversais não está alcançando o objetivo desejado, ficando pendente na maioria das escolas. O que fazer para intensificar a eficiência desses projetos? Que metodologias e instrumentos devem ser aplicados para avaliar sua eficácia?

A metodologia aplicada pelos profissionais de educação, a carência de avaliação desses projetos contribui para um trabalho

¹Autora, mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: der.langia@hotmail.com

² Co-autora, mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: ednazinha.encantado@yahoo.com.br

menos eficiente e conseqüentemente pouco eficaz na produção mais elaborada e também a abrangência dos mesmos. As dificuldades de avaliação e análise desses projetos se tornam evidentes quando é aplicado um método de avaliação quantitativo, sem conexão com as outras disciplinas e sem o acompanhamento diário, ou mesmo quando não é fruto de um planejamento coletivo. Através desse trabalho tenta-se mostrar a importância da avaliação na educação ambiental como uma das ferramentas para a criação de novas metodologias que possam ser aplicadas no desenvolvimento da educação ambiental como um dos recursos de aprendizagem.

Não restam dúvidas de que a educação ambiental pode constituir um ótimo campo para promover o desenvolvimento de competências dos educandos, já que colaboram para a produção do conhecimento, porém é necessário repensar o tipo de metodologia aplicado para a garantia de uma aprendizagem que capacite o aluno a ter uma nova visão da realidade para a tomada de decisões conscientes permitindo-lhe alcançar os objetivos propostos na execução das tarefas que lhes forem confiadas.

Nesse sentido são necessárias atividades que exclua a repetição mecânica e as provas tradicionais, dando oportunidade para que os alunos se apropriem da experimentação, da reflexão. Devem ser atribuídas aos alunos tarefas que lhes possibilitem descobrir aptidões e elaborar soluções para os problemas presentes e futuros.

1. A educação ambiental e o sistema de avaliação

1.1 Situando a avaliação da educação ambiental

Atualmente a educação ambiental representa um dos aspectos mais importantes com grande relevância no processo educativo. Inúmeras iniciativas voltadas para o meio ambiente são

elaboradas, acerca do assunto, apresentando uma teoria ampla de caráter técnico e científico.

A partir da Carta de Belgrado, documento produzido por especialistas em educação e áreas das ciências pertencentes à ecologia, e divulgado pela UNESCO, a partir de 1975, surgiu o termo educação ambiental. O referido documento apresenta fundamentos básicos de uma proposta pedagógica que de acordo com Reigota (1999), está relacionada à conscientização, a capacidade de avaliação e participação dos educandos.

A reorientação curricular proposta pelo MEC, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que inclui o meio ambiente como um dos temas transversais, e a Promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental, pela Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, dispendo sobre a educação ambiental no sistema educacional (MEC, 2001), introduzem a educação ambiental no ensino formal como uma ação reflexiva.

Dessa forma a educação ambiental não se configura a uma disciplina exclusiva, e sim como algo mais abrangente e mais envolvente. Assim a dimensão ambiental articula-se como uma questão que requer um amplo espaço no processo educativo, que engloba diversos atores e instituições numa perspectiva interdisciplinar.

“Atuar localmente e agir globalmente”, é o lema da educação do ambiente. Nessa óptica, é necessário rever as ações individuais e coletivas dentro do contexto social a qual se insere cada membro componente das instituições educacionais e a atuação dentro e fora da comunidade escolar.

Reigota enfatiza na necessidade de se verificar se as metodologias de ensino estão proporcionando múltiplas estratégias de conhecimento e conscientização. O estudioso lembra ainda que muitas vezes essas estratégias focam unicamente ambientes preservados, deixando de lado ambientes que circundam a escola e que seriam ricos em análise de possibilidades de ação.

Pensando assim os recursos estratégicos de ensino deveriam promover discussões e debates, estimulando o envolvimento dos alunos na busca de soluções para os problemas conflitantes que surgem na comunidade. As atividades da educação ambiental devem ser expressas em apresentações de peças teatrais, palestras, jogos e outras atividades que explicitem atitudes e valores, conduzindo a percepção e o significado dos problemas que atingem o meio ambiente. Na visão de Gadotti (2008):

“Educar para a sustentabilidade é educar para viver no cosmos – educação planetária, cósmica e cosmológica– ampliando nossa compreensão da Terra e do universo. É educar para ter uma **perspectiva cósmica**. Só assim poderemos entender mais amplamente os problemas da desertificação, do desflorestamento, do aquecimento da Terra e dos problemas que atingem humanos e não-humanos.” (Gadotti, 2008. p. 77.).

Estamos às vésperas de sair de uma visão de mundo mecanicista para uma visão holística e ecológica o que fará uma mudança de paradigmas e valores na busca do desenvolvimento sustentável.

O propósito da educação ambiental é formar agentes que contribuam para a aquisição de saberes numa perspectiva que priorize novas atitudes e desmistifique o equívoco existente sobre sustentabilidade, compreendido como cuidado relativo somente ao ambiente natural, mas de entendê-lo como o desenvolvimento baseado nos fatores econômicos, sociais e ambientais.

É de vital importância, preciso que se estabeleça um processo educacional voltado para a sustentabilidade numa avaliação dos procedimentos elaborados na vivência dos projetos que colaboram para as mudanças de comportamento.

1.2 Como avaliar

Na educação, vários aspectos têm mudado, em relação à avaliação. No entanto, uma indagação ainda continua desafiando professores, gestores e aqueles que formulam as políticas públicas: como avaliar a aprendizagem dos educandos? As diversas cobranças impostas pelas avaliações externas tornam-se cada vez maiores. Novas metodologias surgem, ao passo que se busca atingir os objetivos propostos pela escola.

No transcorrer do ano letivo, são realizados os trabalhos individuais e em grupos, as provas parciais e bimestrais, tendo como mensagem final a nota. Esta servirá como sinalização para o fracasso ou para o sucesso escolar. O papel da avaliação deve estar integrado à ação pedagógica cotidiana, não tão somente como uma metodologia de avaliação burocrática, prosseguindo para um modelo menos seletivo, menos prematuro na perspectiva de uma democratização do ensino.

Saul (1985) reflete sobre a avaliação, em sentido amplo, como a atividade associada à experiência cotidiana do ser humano. Considerando que:

“Frequentemente nos deparamos, analisando e julgando a nossa atuação e a dos nossos semelhantes, os fatos de nosso ambiente e as situações da quais participamos. Esta avaliação que fazemos de forma assistemática, por vezes inclui uma apreciação sobre adequação, eficácia e eficiência de ações e experiências, envolvendo sentimentos e podendo ser verbalizadas ou não.”
(SAUL, p.25)

De acordo com Jussara Hoffman (2001), se a avaliação é reconhecida como julgamento de maneira burocrática e com tempo determinado se torna um problema, alertando que:

Exercendo-se a avaliação como uma função classificatória e burocrática, persegue-se um princípio claro de descontinuidade,

de segmentação, de parcelarização do conhecimento. (HOFFMAN, p. 37)

No livro, avaliar para promover: as setas do caminho, Hoffman (2001), preocupa-se com o desenvolvimento do aluno, considerando o tempo, o caminho trilhado e as estratégias que devem ser ofertadas para que a aprendizagem seja significativa, ressaltando que:

A preocupação da escola e dos professores em controlar para que todos os alunos aprendam ao mesmo tempo e da mesma forma resulta, também, numa sequência padronizada e rígida das tarefas avaliativas. (HOFFMAN, p. 44)

Sendo assim a avaliação é vista em sentido amplo necessitando de uma interpretação mais minuciosa por parte dos professores em relação ao conhecimento de seus alunos.

Luckesi (2008), considera que “a aferição da aprendizagem escolar é utilizada, na quase totalidade das vezes, para classificar os alunos em aprovados ou reprovados, “frisando que” a escola opera com verificação e não com a avaliação da aprendizagem. ”

O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. (LUCKESI, p. 93).

A avaliação deve ser “um mecanismo” que conduz o aluno a produção da aprendizagem levando em conta “seus avanços, suas dificuldades e seus limites na condução da ação. ” A proposta de Luckesi é que:

“a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e como

objetivo final uma tomada de decisão que direcione a aprendizagem, e consequentemente o desenvolvimento do educando.” (LUCKESI, p. 95).

A avaliação deve ser pensada como um exercício de aprendizagem em que o aluno enxerga as possibilidades que lhe são dadas na perspectiva do futuro, tendo a oportunidade de intervir, de confrontar e de socializar seus saberes, descobrindo as alternativas para a construção do conhecimento.

A educação ambiental, não pode fugir dos moldes avaliativos, visto que conduz os autores a uma atitude esclarecedora, que lhes propõe mais responsabilidades numa concepção ampla de valores. Na perspectiva de transversalidade, a educação ambiental não pode ser avaliada de maneira tradicional, nem tampouco ser julgada a partir de um só ponto de vista.

Compreende-se que a avaliação da educação ambiental, deve obedecer a um processo amplo, não considerando, somente, os aspectos ambientais, mas também os aspectos políticos, históricos, sociais, econômicos e culturais, tomando como base o ser humano e suas relações.

Alguns autores discorrem sobre o papel e sobre a necessidade da avaliação dos projetos de educação ambiental, e da importância de se utilizar de instrumentos adequados para a aplicação da mesma. Pedrini (1997), afirma que:

“A constatação da ausência de qualquer tipo de avaliação é demais preocupante, pois desconhecendo a eficácia ou a eficiência de nossas ações a curto, médio ou longo prazo, não podemos proceder a eventuais correções ou ajustes do nosso processo de construção e difusão do conhecimento gerado e da aquisição de novos hábitos por parte dos capacitandos.” (PEDRINI, p. 100)

A partir dessa afirmativa entende-se que a avaliação, dependendo dos métodos utilizados para sua aplicação, ou seja, em

consonância com os objetivos descritos, ajuda de forma positiva para o aperfeiçoamento da aprendizagem.

A avaliação de projetos que contemplem a Educação Ambiental de acordo com Spazziani e Fernandes-da-Silva (2006), deve ir além da assimilação de conhecimento, de modelos tradicionais. Para esses autores:

A avaliação deve ser qualitativa e tem por objetivo melhorar os programas através de uma compreensão do conhecimento, de sua natureza e resultados. Ela deve ser democrática, deve ser posta a serviço de usuários e da comunidade. Deve ser processual, isto é realizar-se durante todo o processo, assim pode modificar e melhorar. É essencial que seja participativa, der voz aos participantes para que emitam suas opiniões. (Spazziani e Silva, p. 213)

Compreende-se que a avaliação nesse sentido ajuda na produção do conhecimento quando busca intervir de forma significativa na produção do mesmo, conduzindo os participantes do processo, a uma reflexão mais profunda sobre as consequências de suas ações no meio ambiente e sua convivência com os outros seres, tanto os de sua espécie, como os de espécies diferentes buscando um equilíbrio sustentável entre homem e natureza.

1.3 O que avaliar

A tarefa de avaliar não é tão fácil para o educador, principalmente quando trata de um processo tão amplo, como a educação ambiental. A complexidade e as limitações do processo avaliativo requerem mudanças de atitudes e procedimentos, hábitos e comportamentos. Várias questões surgem ao lado desse processo, entre elas os instrumentos são mais adequados.

Tomazello e Ferreira (2001) citam Mayer (1989) em seu artigo: educação ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? Que: três grupos de

indicadores são considerados para avaliar projetos de Educação Ambiental. O primeiro grupo está ligado às mudanças de valores, atitudes, hábitos e crenças dos alunos; a trajetória educacional do projeto do ponto de vista cognitivo estabelece elo com o segundo grupo; já o terceiro grupo descreve a estratégia educacional do projeto, do ponto de vista afetivo. Este se configura nas interações entre a comunidade escolar, os alunos e autoridades em geral.

A avaliação ambiental envolve a construção de saberes e a reconstrução do pensamento, o estímulo à reflexão é um fator que ajuda no processo avaliativo, pois quando o educando é instigado a refletir sobre seus atos, sua aprendizagem e seu comportamento diante dos desafios que lhe são lançados ganham um novo sentido. Assim o conteúdo ensinado será significativa para sua vida. O ajuste de procedimentos utilizados para fundamentação do processo avaliativo é enriquecedor no sentido de uma compreensão crítica da educação ambiental. As condições para a auto avaliação, devem ser asseguradas para que seja dada a possibilidade de adoção de uma nova postura frente ao que foi explorado, visando também às ações e relações que estabelece em seu meio.

Não se trata de um sistema de avaliação tradicional. A integração do conhecimento na prática diária, a contribuição dada por cada um, para a melhoria de sua comunidade, as ações desenvolvidas nas diferentes escalas da sociedade e as atitudes individuais e coletivas podem colaborar para o procedimento do processo avaliativo.

Tomazello e Ferreira fazem referência a Diaz (1995), quando descreve as estratégias pedagógicas, para avaliação do processo de educação ambiental, que foram estabelecidas em um encontro sobre educação ambiental, em Toulouse França, ocorrido em setembro de 1994. De acordo com essas estratégias deve ser avaliado o desenvolvimento do espírito crítico do aluno, suas capacidades como responsabilidade, iniciativa e autonomia, além do desenvolvimento de uma nova ética de valores, melhor

adaptados à gestão dos recursos e a responsabilidade ante as gerações futuras.

Consideram ainda os três níveis de avaliação propostos por Diaz (1995) ao quais são: alunos, professores e projeto educativo. Para avaliar os alunos, o que se deve considerar é a capacidade de analisar problemas, as mudanças de atitudes, as tomadas de decisões e a intervenção no meio ambiente. Quanto aos professores devem ser reconhecidas e avaliadas algumas novas competências como a capacidade de elaborar, concluir e participar de um projeto interdisciplinar e/ ou transdisciplinar, integrar os objetivos de educação ambiental nas demais disciplinas, determinando um marco conceitual comum. Além disso, devem ter a capacidade de apreciar e responder às necessidades da comunidade local visando um desenvolvimento sustentável, introduzindo a educação ambiental numa dimensão global. Cada elemento do projeto deve ser avaliado em todos os aspectos, partindo dos objetivos ao próprio sistema de avaliação, levando em conta as relações aluno/aluno, aluno/professor e a metodologia utilizada.

É notório que a avaliação da educação ambiental é vista pelos autores como um processo integrado, dinâmico, processual, contínuo, qualitativo e que busca identificar além dos conceitos, o desenvolvimento da criatividade, as mudanças de atitudes, valores e a capacidade de um bom relacionamento consigo mesmo, com o outro e com o ambiente, a expressão de ideias e o desenvolvimento pessoal.

A avaliação deve ser vista não como um fim, mas como um recurso para a aprendizagem. A capacidade de observação e da intervenção estimula para construção de novos conceitos, com a interação entre o professor e o aluno, em que se reconhecem os diferentes papéis que cada um desempenha para chegar ao objetivo comum que é a produção do conhecimento. Se vista dessa forma a avaliação pode ser um caminho em que, cada dificuldade possa ser vista como um novo desafio.

1.4 Instrumentos avaliativos

A verificação da aprendizagem no decorrer e no final de cada etapa de um projeto é sempre um processo engrandecedor para cada ser humano, tanto individualmente, como coletivamente. Toda e qualquer vivência educativa concreta demonstra uma abundância de análise, que vai além de um imediatismo, por isso é de vital importância uma observação mais profunda dos fatos de maneira sutil e, só depois, se emaranhar nela mais profundamente.

Algumas precauções devem ser levadas em conta ao se estabelecer as metodologias de avaliação da educação ambiental, para não correr o risco de buscar critérios rígidos que contribuam para a exclusão. O conhecimento não pode ter valia se não estabelecer um elo entre este e as ações. Esses critérios devem se basear nas práticas do cotidiano como forma de demonstração da aprendizagem e construção de conceitos elaborados a partir de experiências e hipóteses elaboradas.

As estratégias de ensino da educação ambiental devem favorecer a discussão na sala de aula provocando a argumentação dos problemas conflitantes em vez de deixar passar despercebidos. Os professores devem desenvolver atitudes críticas diante dos desafios que a sociedade nos coloca, partindo do princípio de que nossas ações sobre o meio ambiente, a forma como vivemos, nosso modo de pensar, não atende mais as nossas exigências, precisando criar uma nova direção no processo avaliativo da educação ambiental.

Muitas são as técnicas e estratégias seguidas de instrumentos utilizados para se avaliar a educação ambiental, citados por Depresbiteris (1989), entre eles, a observação, os projetos, histórias de vida, portfólios, jogo de funções, análise de casos, provas operatórias e mapas conceituais.

A observação considerada como a estratégia mais importante, apresenta como objetivo central, colher dados do desempenho dos alunos e pode ser feita durante todo o

desenvolvimento do projeto, tendo como instrumentos além da coleta de dados as técnicas de documentação.

Os projetos permitem verificar as capacidades de representar objetivos a alcançar, caracterizar propriedades do que será trabalhado, antecipar resultados, escolher estratégias adequadas para resolver problemas, executar ações para alcançar resultados específicos e avaliar condições para a resolução de problemas, seguindo critérios preestabelecidos.

Metodologicamente, pode-se verificar o desenvolvimento das pessoas durante o seu processo de formação através de suas histórias e sua atuação no ambiente, colaborando para a tomada de consciência do que se tem realizado em prol de si próprio e do ambiente que o permeia.

Os portfólios permitem ao educando uma avaliação de sua própria aprendizagem. De posse de todos os trabalhos organizados pode verificar quais foram suas dificuldades e avanços no processo de aprendizagem, verificando o que ainda pode-se melhorar.

A participação em um júri simulado é uma das formas de se trabalhar o jogo de funções, contribuindo para que o educando se veja, como parte integrante de um processo que pode trazer consequências para o seu meio, além de desenvolver no aluno a criticidade e a responsabilidade frente aos problemas, manifestando sua opinião e fundamentando suas ideias.

Os casos, em suas análises, configuram-se como uma das formas de resolver problemas. Sendo assim, a avaliação partindo de problemas torna-se mais significativa, o que conduz a uma melhor reflexão e organização do pensamento para a busca de soluções viáveis.

Com as provas operatórias o aluno passa a ser orientado e tem um norte do que estabelecendo relações com base em fatos, fenômenos e ideias como contribuintes para a compreensão dos significados.

Os mapas de conceitos podem ser fontes de coleta de dados para a avaliação no momento em que são utilizados de forma

criativa para que através dos mesmos os educandos possam criar possibilidades e argumentos para sua aprendizagem.

Além dos instrumentos citados, propõe-se também a produção de relatórios, os debates, a auto avaliação e a observação das ações diárias.

Os relatórios esclarecem até que ponto pode se extrair a essência da capacidade de analisar determinadas situações e detectar problemas observados, em uma aula de campo, ou aulas práticas, por exemplo.

Os debates exprimem de maneira clara a opinião de cada um, em determinada situação, onde o aluno tem a chance de opinar, colaborando com ideias inovadoras em busca da preservação e da sustentabilidade.

A auto avaliação realizada por alunos e professores, transforma o comodismo em ação, no momento em que os membros integrantes do processo educacional são convidados a fazerem uma revisão sobre suas práticas e a repensarem sobre o significado do conceito de meio ambiente.

As ações diárias são a peça chave para verificação da assimilação e da produção da aprendizagem, ao passo que as atitudes revelam a consolidação de valores e hábitos que serão modificados, ou não, no decorrer da trajetória educacional.

As estratégias, métodos e instrumentos propostos permitem aos alunos situar-se em um contexto conhecido, no qual podem exprimir e socializar informações. Além disso, possibilitam a execução de tarefas que contribuam para a construção da própria aprendizagem, desenvolvendo o poder de argumentação, adotando posições mais claras e significativas com as quais possam planejar e executar ações que contribuam para um futuro sustentável.

Nessa visão é preciso elaborar metodologias que favoreçam a criação de vínculos entre os autores que participam desse processo e o ambiente. Na condição de colaboradores, os educandos tornam-se mais responsáveis do que na condição de meros expectadores, o que favorece uma aprendizagem mais significativa.

Conclusões

A escola, como instituição que tem o papel de colaborar para a construção do conhecimento deve desenvolver práticas de educação ambiental que envolva todos os membros integrantes do ambiente escolar, não somente professores e alunos, mas todos os funcionários para que assim a educação ambiental aconteça de fato, contribuindo para a tão almejada educação de qualidade.

A prática na educação e na avaliação de projetos educativos voltados para o meio ambiente demonstra a responsabilidade do aluno conduzindo para o desenvolvimento pessoal, intelectual e humano. Os professores devem observar as experiências vivenciadas com os alunos como um recurso a fim de propiciar um processo de aprendizagem eficaz.

Propõe-se que a avaliação da educação ambiental deva fazer parte do cotidiano escolar em que todos se vejam como partícipes de educação mais politizada, que priorize além das questões ambientais, as questões sociais, culturais e políticas.

Falar do papel da avaliação da educação ambiental significa compartilhar de um saber que vai além da sala de aula e muros da escola, é falar de um saber que vai da escola para a vida em sociedade, que saia da teoria para a prática e que busque descobrir o verdadeiro sentido da vida sustentável.

Elaborar um plano de avaliação não é uma tarefa fácil. No entanto, torna-se necessário que se criem metodologias para executá-lo. A influência da educação ambiental, precisa sair de um pequeno grupo para que se torne, pública e notoriamente, mais eficiente, contribuindo para a tomada de decisões pessoais e coletivas de fator globalmente sustentável.

Referências

- ALBA, A., GAUDIANO, E.G. *Evaluación de programas de Educación Ambiental*. México: Universidade Nacional Autónoma do México, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- DEPRESBITERIS, Léa. Avaliação da aprendizagem na Educação Ambiental: uma relação muito delicada. In SATO, Michèle; SANTOS, José Eduardo dos (Org.) *A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora*. São Carlos: RIMA 2001. P.531-557.
- DIAZ, A. P. La educación ambiental como proyecto. *Cuadernos de Educación*, Barcelona, I.C.E. Universitat Barcelona- Editorial Horsori, n. 18, 1995.
- GADOTTI, M. (2008), *Educar para a Sustentabilidade*. Inclusão Social, v.3. Brasília.
- GUIMARÃES, M.A. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas: Papirus, 1995.
- HOFFMANN, J. (1992). *Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre, Educação e Realidade.
- _____. *Avaliar para promover as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação 2001.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo, Cortez, 2008.
- PEDRINI, A.G. (Org.). *Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- REIGOTA, M. (1999). *A floreta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo, Cortez.
- REIGOTA, M. (1994). *Educação Ambiental*. São Paulo. Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).

RONCA, P.A.C; Terzi, C.A. (1991), A prova Operatória: contribuições da psicologia do desenvolvimento. 10. Ed. São Paulo, Editora do Instituto Esplanada.

SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez, 1995.

SPAZZIANI, Maria de Lourdes; FERNANDES-DA-SILVA, Pedro G. Planejamento e avaliação em projetos de educação ambiental. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

TOMAZELLO, Maria G. C.; FERREIRA, Tereza R. C. Educação ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? Ciência e Educação, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 199-207, 2001.

Capítulo 07

A educação ambiental como conteúdo no currículo da Escola Moises Bom de Oliveira, Distrito de Moraes, município de Araripina-PE

Maria Diva da Silva Rodrigues¹

Estanislau Ferreira Bié²

Introdução

A obra Como fazer educação ambiental busca despertar nos leitores uma reflexão sobre as diferentes práticas, que contribuem para melhoria da nossa qualidade de vida. A educação ambiental é vista numa perspectiva interdisciplinar, que favorece a superação das dificuldades entre a teoria e a prática, despertando nos educadores e leitores a ideia de que: são as pequenas ações individuais que dão forma ao coletivo.

Nas últimas décadas tem ocorrido um processo acelerado de mudanças nas esferas socioeconômicas e ambientais, essas

¹ Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: mariadivact@hotmail.com

² Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL-Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC-Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela UNIPACE-Universidade do Parlamento Cearense; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO-Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE-Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo INTA-Instituto Superior de Teologia Aplicada; Licenciado em Ciências da Religião pelo INTA; Licenciado em História pelo INTA; Licenciado em Pedagogia pela FAK-Faculdade Kurios. Militar (Oficial da Reserva).

mudanças contribuíram para extinção de muitas espécies de seres vivos, o que resultou no desequilíbrio de diversos ecossistemas da Terra. O número de pessoas pobres no mundo aumentou consideravelmente, assim como a exclusão social. O mundo, hoje, vive uma crise ambiental, resultante do processo acelerado de desenvolvimento da sociedade contemporânea, centrada no acúmulo de dinheiro e no consumismo desmedido.

Partindo dessa realidade é que consideramos importante a associação entre Educação Ambiental e educação escolar desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, para a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, da qualidade de vida de todos aqueles que participam da escola, isso porque numa concepção de Educação Ambiental Transformadora, a educação escolar é tida como ambiente de mudança social, onde ocorre uma transformação associada aos valores, aos padrões cognitivos, à ação política democrática e às relações econômicas. Essas mudanças fortalecem a identidade das pessoas através do exercício da cidadania, da percepção da totalidade das relações sociais no mundo e da superação das formas de dominação (LEUREIRO, 2004).

Diante disso, percebe-se que crianças e jovens devem ter acesso a uma educação voltada para o Meio, para que possam se sentir parte tanto do meio natural quanto do meio social, enxergando sua importância e sua dependência na relação natureza/sociedade.

O objetivo deste trabalho é analisar os conceitos e fundamentos da Educação Ambiental de professores e alunos da Escola Moises Bom de Oliveira, localizada no distrito de Morais município de Araripina-PE, e suas relações, abordando o modo de interação dos alunos com a natureza, por meio de suas relações sociais, do trabalho, da ciência e da tecnologia. Visando assim uma conscientização ambiental que contemple as questões da vida cotidiana das pessoas como cidadãos e discuta algumas visões polêmicas sobre essa temática.

1. Institucionalização da educação ambiental no Brasil

A Educação Ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. Temos a existência de um persistente movimento conservacionista até o início dos anos 70, quando ocorre a emergência de um ambientalismo que se unem às lutas pelas liberdades democráticas, manifestada através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais e governos estaduais, com atividades educacionais voltadas a ações para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental. (PÁDUA, 2000)

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República. Outro passo na institucionalização da Educação Ambiental foi dado em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (JACOBI, 1998, p. 201)

Conforme Leff (2001), em 1991, a Comissão Interministerial para a preparação do Rio 92 considerou a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira. Foram, então, criadas duas instâncias no Poder Executivo, destinadas a lidar exclusivamente com esse aspecto: o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, que em 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC), e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA), cujas competências institucionais foram definidas no sentido de representar um marco para a institucionalização da política de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Em 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução. Este foi um passo decisivo para a realização das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (projeto que será relatado neste documento. Merece destaque o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que, em 2004, teve a sua terceira versão submetida a um processo de Consulta Pública, realizada em parceria com as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs) e as Redes de Educação Ambiental, envolvendo cerca de 800 educadores ambientais de 22 unidades federativas do país (MEADOWS, 1999).

Em 2004, a mudança ministerial, a conseqüente criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e a transferência da CGEA para esta secretaria, permitiu um maior enraizamento da EA no MEC e junto às redes estaduais e municipais de ensino, passando a atuar de forma integrada à áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo, conferindo assim maior visibilidade à Educação Ambiental e destacando sua vocação de transversalidade. A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como parte de uma visão sistêmica de Educação Ambiental. A Educação Ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (CRESPO, 1998).

1.1. Educação ambiental: atores, práticas e alternativas

Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, ciberespaço, multimídia, internet, as educações para a cidadania representam a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas for, mas de participação na defesa da qualidade de vida. Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável.

Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio (2000), se converte em “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”. O educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza.

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. (TAMAIO, 2000)

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que pelo menos duas correntes alimentaram o processo. Uma primeira, centrada no trabalho do Clube de Roma, reúne suas ideias, publicadas sob o título de Limites do crescimento em 1972, segundo as quais, para alcançar a estabilidade econômica e ecológica propõe-se o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, mostrando a

realidade dos recursos limitados e indicando um forte viés para o controle demográfico (MEADOWS 1972).

De acordo com Jacob (1997, p. 209):

Uma segunda está relacionada com a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo, e se difundiu a partir da Conferência de Estocolmo em 1972. Tem como pressuposto a existência de sustentabilidade social, econômica e ecológica. Estas dimensões explicitam a necessidade de tornar compatível a melhoria nos níveis e qualidade de vida com a preservação ambiental. Surge para dar uma resposta à necessidade de harmonizar os processos ambientais com os socioeconômicos, maximizando a produção dos ecossistemas para favorecer as necessidades humanas presentes e futuras. A maior virtude dessa abordagem é que, além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no plano teórico, ela enfatiza a necessidade de inverter a tendência autodestrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza.

A partir de 1987, a divulgação do Relatório Brundtlandt, também conhecido como “Nosso futuro comum”, defende a ideia do “desenvolvimento sustentável” indicando um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento.

Não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política como chamam a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos. Na Rio 92, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global coloca princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade. Enfatizam-se os processos participativos na promoção do meio ambiente, voltados para a sua recuperação, conservação e melhoria, bem como para a melhoria da qualidade de vida. (JACOBI, 1997)

É importante ressaltar que, apesar das críticas a que tem sido sujeito, o conceito de desenvolvimento sustentável representa um importante avanço, na medida em que a Agenda 21 global, como plano abrangente de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI, considera a complexa relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente numa variedade de áreas, destacando a sua pluralidade, diversidade, multiplicidade e heterogeneidade. As dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam cálculo econômico, aspecto biofísico e componente sociopolítico, como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalente. O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. (TRISTÃO, 2002)

Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para a ação. Pode-se afirmar que ainda prevalece a transcendência do enfoque sobre o desenvolvimento sustentável radical mais na sua capacidade de ideia força, nas suas repercussões intelectuais e no seu papel articulador de discursos e de práticas atomizadas que, apesar desse caráter, tem matriz única, originada na existência de uma crise ambiental, econômica e também social (JACOBI, 1997).

2. Material e método

A Escola Moises Bom de oliveira (campo da pesquisa) fica localizada no Distrito de Morais, Município de Araripina – PE, que funciona nos turnos manhã, tarde e noite. A pesquisa foi realizada

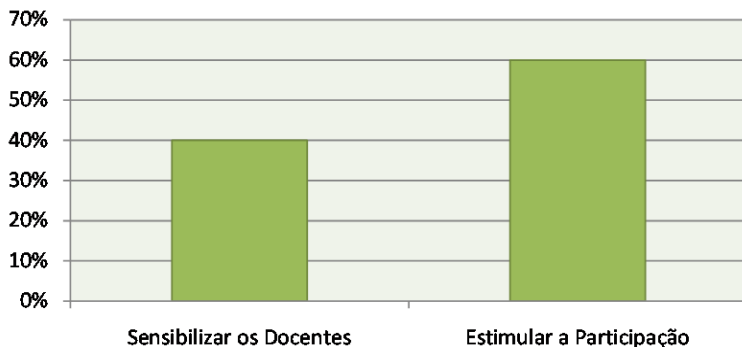
com professores e alunos da escola através de questionários com perguntas abertas.

A escola em estudo realizou projetos de conscientização com a comunidade escolar em relação a demonstrar a responsabilidade do ser humano com a preservação do meio ambiente, dando um destino adequado ao lixo produzido, tanto na escola quanto na comunidade em que vivem.

Para a realização deste estudo foram coletadas informações com professores e alunos da escola. A partir dessas informações, formaliza-se o principal instrumento de coleta de dados para o trabalho de campo.

Partindo desse pressuposto pergunta-se aos professores qual é a importância da educação ambiental na escola. 40% responderam que o mais importante é sensibilizar os docentes em relação aos possíveis problemas e soluções sofridos pelo planeta, assim, buscar a melhoria e conscientização e 60% indagou em relação a estimular a participação dos pais, alunos, funcionários e professores resgatando e fortalecendo a responsabilidade pelas questões ambientais.

Tabela 01: A importância da Educação Ambiental

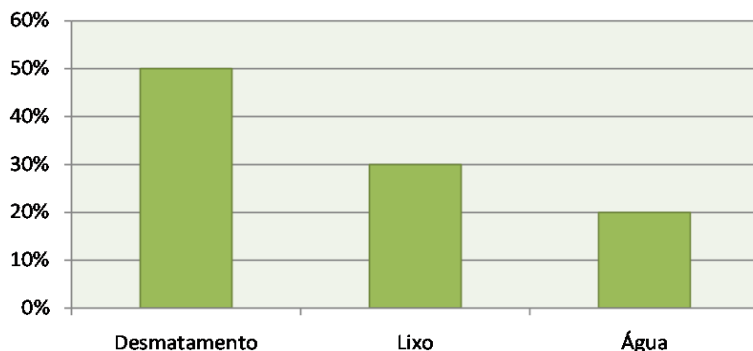


Fonte: pesquisa direta, 2015

Utilizando esta mesma linha, perguntou-se aos professores quais os temas que a Educação Ambiental deve tratar, e 50%

responderam que deve ser tratada a questão do desmatamento, 30% indagaram a questão do lixo como reciclagem e reutilização e 20% indagaram a questão da água como deve ser usada.

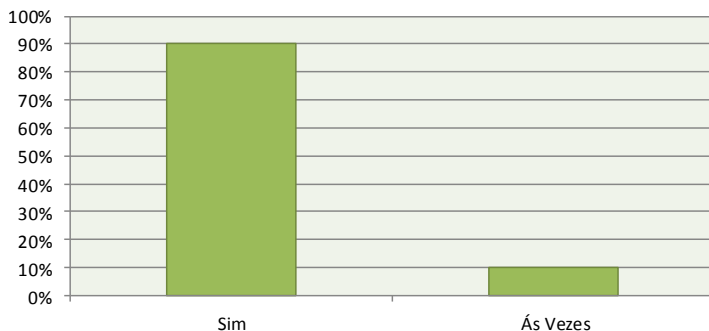
Tabela 02: Os temas que a Educação Ambiental deve tratar.



Fonte: pesquisa direta, 2015

Para concluir as perguntas questionadas aos professores da escola, perguntou-se se eles orientam os alunos em relação aos cuidados com a escola como: papel no chão, cuidados com as árvores e plantas e sujeiras. E 90% responderam que sim, pois a escola tem uma disciplina rigorosa e não aceita que os alunos sujem a escola e 10% responderam que às vezes chama a atenção dos alunos com conversa informal em relação a não sujar a escola.

Tabela 03 Os professores orientam os alunos em relação aos cuidados com a escola



Fonte: pesquisa direta, 2015.

Dando início a entrevista dos alunos indagou-se sobre o meio ambiente; 60% falaram que é meio de sobrevivência, pois sem a natureza não tem vida; 40% falaram em relação à preservação do mesmo, pois o meio ambiente é tudo que existe no mundo.

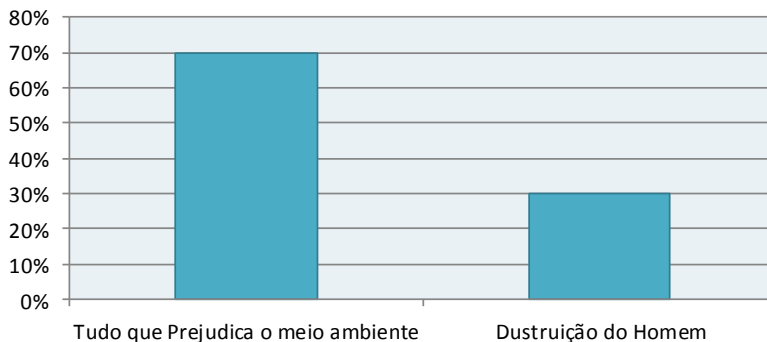
Tabela 04: O que os alunos entendem sobre meio ambiente



Fonte: pesquisa direta, 2015.

Perguntou-se aos alunos o que são problemas ambientais; 70% responderam que é tudo que prejudica o meio ambiente e 30% falaram em relação à poluição causada pelo homem, como as fábricas de gesso e o desmatamento

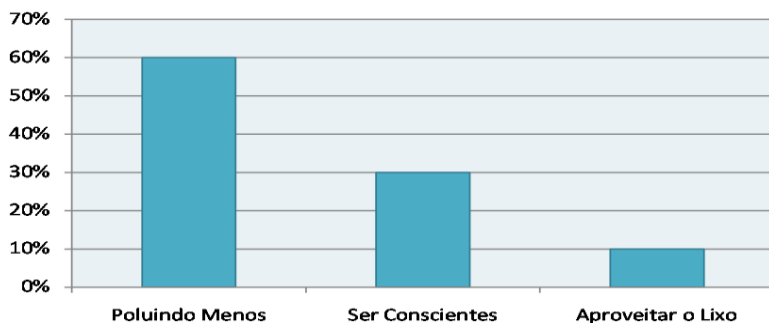
Tabela 05: O que são problemas ambientais.



Fonte: pesquisa direta, 2015.

De acordo com o gráfico abaixo, indagou-se aos alunos o que eles têm feito para melhorar e\ou conservar o meio em que vive. 60% responderam que poluindo menos vai solucionar os problemas; 30% disseram que precisar ser mais conscientes em relação ao meio ambiente e 10% falaram em relação ao lixo, como saber aproveitar.

Tabela o6: O que os alunos têm feito para melhorar e\ou conservar o meio em que vive



Fonte: pesquisa direta, 2015.

Conclusões

O tema é complexo e envolve problemas políticos, econômicos, sociais e até mesmo culturais entre todas as nações e, a resolução do problema não é tão simples. No Brasil as preocupações ecológicas estão aumentadas, mas ainda não há uma ação política efetivamente evidente em termos de atitude.

A orientação sobre educação ambiental é fundamental na resolução dos problemas de impactos ambientais, pois através dos conhecimentos adquiridos o homem torna-se mais consciente. Existem recursos técnicos para melhorar o Meio Ambiente, inclusive a questão do lixo, pois se cada um fizer a sua parte o mundo poderá ser melhor.

É preciso despertar nas crianças, nos jovens e nos adultos uma nova consciência e novas atitudes quanto à sobrevivência do Planeta Terra. E a Escola é um espaço fundamental para orientações com alunos e comunidade sobre as questões ambientais.

As questões do Meio Ambiente constituem um tema transversal que, embora estejam presentes de modo mais evidente nas disciplinas de Ciências, História e Geografia, também precisam do apoio das áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Artes para serem compreendidas.

Porém concluiu-se que os professores devem mostrar que para adquirir consciência sobre as questões ambientais, os alunos terão de se envolver em um aprendizado constante, pois as transformações naturais também ocorrem de maneira continuada.

No entanto a maior preocupação do professor deve ser a de desenvolver valores, atitudes e posturas éticas, pois os conceitos necessários para tratar de assuntos ambientais são aprendidos em outras disciplinas. É necessário mostrar aos alunos as diferenças entre ambientes equilibrados e saudáveis e locais poluídos ou degradados. É importante que o aluno perceba que constatar algum mal não é motivo de desânimo, mas de mobilização da escola e da comunidade para sua solução, e que entendam que as transformações da natureza são constantes e permitem a recomposição dos elementos necessários a vida.

Referências

- CRESPO, S. (coord). **O que o Brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: MAST/CNPQ e ISER, 1998.
- JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 1999.

Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA, 1998.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil.** São Paulo: Ipê, 2000.

MEADOWS, D. et al. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

SMAM. De Tbilisi a Tessaloniki, **a educação ambiental no Brasil.** In: JACOBI, P. ET al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: 1998.

TAMAIO, I. **A Mediação do professor na construção do conceito de natureza.** Campinas, 2000. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp.

TRISTÃO, M. **As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento.** In: RUSHEINSKY, A. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-173.

Rede de relações: os sentidos da educação ambiental na formação de professores. São Paulo, 2000. Tese (Dout.) Feusp.

Capítulo 08

Os desafios da educação ambiental além dos muros das escolas públicas brasileiras

Antonia Karla de Oliveira¹

Introdução

Sendo a devastação do meio ambiente reconhecida nas últimas décadas como uma das maiores crises mundiais, a Educação Ambiental mostra-se como uma possível solução desta problemática, por favorecer um olhar crítico das atitudes do homem sobre a natureza. Em meio a muitas tormentas e catástrofes ambientais, os habitantes do planeta Terra estão sofrendo com a realidade das mudanças climáticas e escassez de recursos naturais essenciais para a sobrevivência de todos os seres vivos, e assim o meio ambiente pede socorro e alguma atitude tem que ser feita.

A Educação Ambiental surge como uma estratégia de ação e para tanto, tem que ser transformadora de opiniões e percussora de políticas públicas que possibilitem a busca de soluções eficazes para a crise ambiental mundial.

Este artigo tem o propósito de discutir quão relevante é o papel da escola pública na atuação de uma Educação Ambiental

¹ Historiadora, Especialista em História do Brasil e Gestão Escolar. Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: antoniakarlad@gmail.com

participativa e emancipatória, porém, faz menção aos desafios que as unidades de ensino encontram ao se depararem com poucos resultados alcançados fora da escola. Tendo em vista que a escola prepara o aluno para sua formação cidadã, quando este sai do seu interior, vivência na maioria das vezes, atitudes e exemplos tanto no seio familiar quanto na comunidade, que contrariam todo um trabalho desenvolvido na escola, trabalho este, voltado para a conscientização acerca da conservação do meio ambiente.

Questiona-se aqui, quais as dificuldades que a escola encontra ao trabalhar o tema Educação Ambiental? Os objetivos de conscientização para uma educação voltada para a sustentabilidade têm sido alcançados? Que sugestões podem ser abordadas para que as ações educativas relacionadas ao meio ambiente consigam ultrapassar os muros da escola e obter resultados na sociedade?

Os estudos aqui pautados foram embasados em pesquisas e discussões teóricas das legislações relacionadas ao tema, pesquisas bibliográficas com leituras de livros, periódicos e artigos. De início, será realizada uma retrospectiva histórica da Educação Ambiental e a contextualização das legislações que a amparam. Após serão discutidos os trabalhos realizados nas escolas brasileiras e o que eles têm refletido na população.

A relevância deste trabalho contribuirá para possíveis sugestões de ampliações de ações voltadas para a sustentabilidade e formação de cidadãos conscientes acerca da problemática ambiental, dentro e fora do espaço escolar, como forma de se unir forças transformadoras e críticas no combate à crise ambiental.

1. Concepções históricas sobre a educação ambiental

Até a primeira metade do século XX não havia questionamentos relacionados à devastação ambiental, foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que países desenvolvidos incentivaram

autoridades mundiais a refletirem sobre a degradação da natureza, por já estar sendo afetada a qualidade de vida da humanidade.

O desenvolvimento científico e tecnológico, crescimento populacional, aumento do consumismo, descarte imprudente de resíduos e o mau uso dos recursos naturais, passaram a compor os fatores que afetavam diretamente o meio ambiente, embora que a princípio, esses fatores não fossem refletidos diretamente no primeiro movimento de origem da Educação Ambiental, acontecido em Estocolmo em 1972, a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano.

Nesta conferência foi reivindicada a necessidade de ações educativas para se tratar especificadamente a questão ambiental, que se interagissem com o contexto social, político e econômico, com a definição de finalidades que mostrassem a todos os povos, através de princípios comuns, que o melhor é preservar o meio ambiente humano.

Muitos fatores dificultaram o alcance de objetivos positivos da Conferência de Estocolmo em 1972, dentre os quais se podem destacar o distanciamento que se efetuou entre os problemas ambientais e a economia, sendo que esta agravava ainda mais a devastação à natureza. Os países desenvolvidos acreditavam que a problemática estava relacionada à miséria, mencionando que os países pobres estavam na ignorância e era necessário o incentivo de ações educacionais ambientais para que esse quadro se revertesse. Pode-se perceber ainda, que a visão de meio ambiente humano estava voltada mais para o bem-estar do homem do que mesmo da natureza.

E foi assim, que aconteceu o Seminário Internacional de Educação Ambiental, no ano de 1975 em Belgrado, onde foi consolidado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e redigido o primeiro documento oficial *A Carta de Belgrado*, considerado o fator essencial de combate rápido a crise ambiental, que segundo Ramos (1996):

A Carta de Belgrado mantém-se teoricamente como um documento norteador de uma concepção de educação ambiental de âmbito interdisciplinar, onde se procura articular as dimensões antropologias e ecológicas, e se firma a necessidade de uma “ética universal individualizada” de forma que as pessoas assumam o compromisso de melhorar a qualidade do meio ambiente e a vida dos povos do mundo inteiro (RAMOS, 1996. p. 15).

Na Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental acontecida em Tbilisi no ano de 1977, aconteceu a institucionalização internacional da Educação Ambiental, que representou uma evolução e utilizou as mesmas diretrizes da *Carta de Belgrado*, com finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento educacional ambiental.

Nesta conferência todo o mundo é despertado para o combate a devastação ambiental, mas como sempre, os interesses econômicos e políticos sobressaíram-se sobre os da educação e das classes dominadas, o senso comum que atendesse o ideal de todos foi recuado em detrimento daqueles que detinham o poder. Foi nesta proporção que os ideais não surtiram efeitos na mesma proporção em todos os países, no Brasil a exemplo, a institucionalização da Educação Ambiental só veio acontecer em 1987 e depois amadurecida em 1992.

A devastação ecológica só aumentou e com estes entraves a UNESCO (União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), organizou em 1987, o Congresso Internacional de Educação e Formação, ocorrido em Moscou no ano de 1987, para discutir políticas públicas de Educação Ambiental e definir um plano de ação para ser executado na década de 1990. Esse congresso veio reafirmar os princípios expostos em Tbilisi, segundo RAMOS (1996) “os objetivos da Educação Ambiental não podem ser definidos sem ter em conta a realidade social, econômica e ecológica da sociedade, assim como os objetivos de desenvolvimento econômico previsto”.

O documento oficial concluído no congresso foi *Estratégias Internacionais de Educação e Formação Ambiental*, nele foi sustentada a necessidade de se inserir a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, com a preparação de educadores e especialistas ambientais, através de um modelo de desenvolvimento sustentável, passou-se a acreditar que os problemas ambientais eram originados de fatores políticos e econômicos.

Em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente – RIO-92, onde foram estabelecidos acordos, estratégias globais e internacionais. Após muitos conflitos de interesses entre países ricos e pobres, foi observado certo descaso dos países desenvolvidos em assumir recursos financeiros diferenciados, por serem os maiores agressores ecológicos.

O documento *Agenda 21* elaborado nesta conferência é um programa de ação com uma abrangente tentativa de promover a nível global uma nova relação entre países ricos e pobres, propõe o compromisso da humanidade do século XXI em cuidar do planeta. Foi estabelecido que cada país criasse a sua Agenda 21 e incentivaria níveis de interesses locais, para que também os municípios e as comunidades construíssem suas Agendas 21 locais.

A *Agenda 21 Brasileira* foi concluída em 2002 através da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, somente após 10 anos do RIO-92, considerada o fator principal para a promoção do desenvolvimento sustentável, envolveu pessoas de todo o país.

Todos os compromissos e tratados internacionais aqui relatados alertaram sobre a importância da preservação do meio ambiente, embora que a princípio a ideia de devastação ambiental estivesse ligada a pobreza demorou muito para se perceber que o maior inimigo ecológico é o interesse socioeconômico das classes dominantes que sempre utilizaram os recursos naturais de forma inesgotável.

A Educação Ambiental tem que ser trabalhada não só como uma preparação do ser humano quanto aos conhecimentos, como por exemplo, sobre ecologia, sustentabilidade e escassez de recursos naturais, mas através de uma visão crítica do ser humano sobre a natureza, impulsionando a humanidade a fortalecer sua relação com o meio de forma sustentável e induzindo a mudanças transformadoras de mentalidade e comportamento.

2. A educação ambiental no contexto das escolas

Entender a Educação Ambiental nos dias atuais é idealizar de forma crítica o combate a crise ecológica que passa o planeta, estar numa constante aprendizagem que assume compromissos, mudanças de valores e respeito a diversidades, sejam elas biológicas, culturais ou étnicas. Assim, todo cidadão terá oportunidade de tornar-se um educador ambiental de si mesmo, com novas atitudes de comportamento sustentável com o meio em que vive.

Neste sentido, a Educação Ambiental Crítica segundo Silva (2009) surge para “contribuir com a transformação social e com a construção de práxis pedagógicas inovadoras” e ainda ressalta:

Para a Educação Ambiental Crítica, não é possível tratar de mudanças comportamentais de um indivíduo entendido como isolado. Para ela, é preciso redefinir a sociedade que tenta aniquilar e que o explora como ser produtivo e usurpador do poder político. A transformação social para tanto se daria sempre no emaranhado entre indivíduo e sociedade, suas instituições e organizações (SILVA, 2009. p. 11).

Trabalhar nos moldes de uma educação socioambiental nos estabelecimentos de ensino é deparar-se com discursos que fogem muito a prática, e no princípio de todos os debates e legislações vigentes ao tema, o que foi colocado em prática na maioria das

vezes chegou a passos lentos, ou até mesmo nem foi vivenciado no cotidiano das escolas.

Na primeira legislação brasileira voltada para as questões ambientais foi criada a Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a partir de então, foi inserido a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino da educação brasileira. Mas a inserção do tema só veio a ser reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 20 de dezembro de 1996 no seu Artigo 7º que estabelece “Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir princípios de proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada nos conteúdos obrigatórios”.

A Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e, através do Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, esta lei é regulamentada e no seu Artigo 6º “estabelece a criação de programas de educação ambiental integrados a todos os níveis e modalidades de ensino, com obrigação legal no ensino formal e não formal”.

O Ministério da Educação elaborou os Parâmetros e os Referenciais Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Educação Indígena, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e também Formação de Professores, não introduzindo a Educação Ambiental como disciplina, mas como uma perspectiva transversal.

Estes parâmetros vêm reforçar o tema Educação Ambiental nas escolas brasileiras, embora não fosse alheio, foi incentivada a interação do tema aos currículos escolares através da interdisciplinaridade. As práticas pedagógicas eram incentivadas não apenas com a aquisição de conhecimentos relacionados à temática, mas também a despertar uma consciência ecológica para formação cidadã da comunidade escolar, através da percepção da utilização irregular dos recursos naturais que o homem faz sobre a natureza.

Como forma de reforçar ainda mais as propostas dos parâmetros e referências curriculares, está a formação necessária para os professores de 5^a a 8^a séries em todas as áreas de conhecimento, colocando entre os objetivos da Educação Fundamental a necessidade de colocar os alunos capazes de:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia a dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posiciona-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e tomar decisões coletivas. (PROGRAMA PARÂMETROS EM AÇÃO. p. 23)

Mesmo com tantas iniciativas legais, as escolas ainda hoje se limitam a trabalhar a Educação Ambiental de maneira vaga, através de projetos temáticos e atividades isoladas de datas comemorativas, desarticulados dos currículos e que pouco interage as áreas do conhecimento em relação à temática. Os esforços das atividades escolares sobre a crise ambiental não podem ficar restritos apenas aos professores da área das Ciências Naturais ou Geografia, o envolvimento compete a toda a comunidade escolar e, mais importante ainda é que seja levada em consideração a realidade local através dos fatores culturais, políticos, econômicos e sociais.

A verdade é que a Educação Ambiental ainda não está institucionalizada, as formações de professores aconteceram nos moldes tradicionais e descontextualizadas da realidade, isto quando aconteceram, sendo que, o bom mesmo seria que toda a comunidade escolar fosse inserida neste processo de aquisição de conhecimentos, de forma construtiva e com um olhar crítico a cerca do que podemos melhorar em questão ambiental no cotidiano escolar, do seio familiar e na comunidade que vivemos.

Mas não se deve deixar de mencionar os frutos de trabalhos que renderam no campo da Educação Ambiental, e que tem melhorado o espaço escolar, como exemplos tem-se a redução do lixo, sensibilização com a conservação do patrimônio físico, melhoria da merenda escolar com o cultivo de hortas, habilidades de reciclagem, redução dos desperdícios, participação de campanhas, incorporação de novas práticas pedagógicas, articulação de projetos com a necessidade da comunidade e conscientização para a cidadania e convívio com a natureza e, criação do COM-VIDA (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida).

O COM-VIDA surgiu através de propostas deliberadas da I Conferência Nacional Infanto-juvenil do Meio Ambiente, realizada em 2003. As ações são articuladas com a Agenda 21 na Escola, de forma articulada e dinâmica. Os participantes desta comissão além dos alunos que são os principais articuladores são também professores, funcionários, pais e representantes da comunidade. São somados trabalhos em parcerias com os outros colegiados que compõe a escola, a Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil, com o intuito é realizar ações educativas ambientais em todas as disciplinas e projetos da escola, como também, fazer parcerias com outras organizações da comunidade.

Os trabalhos realizados pelo COM-VIDA dentro da comunidade escolar devem abranger campanhas permanentes de Educação Ambiental, ter participação ativa na elaboração do Projeto Político Pedagógico e desenvolver as Conferências de Meio Ambiente da Escola. O que infelizmente é deparado em algumas escolas é uma comissão que não sai do papel, sem atitudes ou voz ativa, que se limita apenas a cumprir algum trabalho nas comemorações alusivas à semana do meio ambiente.

Mesmo com muitos avanços, muito ainda se tem que fazer pela natureza, isto já é uma questão de necessidade. O espaço escolar ainda deixa muito a desejar e como os problemas ambientais estão cada vez mais se alastrando, a Educação

Ambiental deveria ser mais abrangida nos trabalhos escolares, inserida como disciplina obrigatória nas grades curriculares de todos os níveis e modalidades de ensino, pois independente da fase da vida ou do nível escolar, pensar a conservação ambiental é estar num constante aprendizado e perceber-se como agentes transformadores que contribuem positivamente com o meio ambiente.

3. A educação ambiental além dos muros da escola

A aquisição de conhecimentos e o despertar crítico que se obtém acerca da realidade, não se adquire apenas com o acesso a informação ou de maneira isolada. O aprendizado de atitudes e valores requer a cima de tudo o exemplo, o contexto em que se vive e a observação que se tem ao redor, propicia bons conhecimentos para a formação cidadã. Esta formação é constante e ensina a solidariedade, o respeito ao outro, não incentiva desperdícios e estimula a conservação da natureza.

A própria escola pode gerar um aprendizado confuso para o aluno quando não consolida atitudes sustentáveis. A prevenção do desperdício, a dinâmica da reciclagem, a forma como lidar com o lixo, o respeito às diferenças, são ações que devem fazer parte do funcionamento geral da escola e representam situações de aprendizagem. Planejar atividades curriculares de conservação e respeito à biodiversidade é ter um olhar ativo do contexto em que se insere o espaço escolar e os sujeitos que nele estão envolvidos. As estratégias pedagógicas precisam ser elaboradas e bem planejadas, mas são os atos e atitudes que promovem melhor as competências e habilidades da classe estudantil.

O cotidiano tem que oferecer um espaço de aprendizagem necessária a convivência social, o apoio das instâncias governamentais é importante, mas não o suficiente, e o essencial para os preceitos da Educação Ambiental Crítica segundo Silva (2009) é a Gestão Escolar e o Projeto Político Pedagógico, trata-se

acima de tudo, da iniciativa e articulação da comunidade escolar, para a transformação social e educacional.

A educação brasileira ainda precisa investir muito na preservação do meio, mesmo assim, muitas escolas e muitos educadores têm feito a diferença, muitos exemplos de atividades voltadas para a sustentabilidade tem causado efeitos na concepção de vários educandos. Mas existe a problemática de unir a teoria à prática, o que na maioria das vezes é debatido dentro do espaço escolar através do ensino formal e aprendizado em sala de aula, é corrompido com o que o aluno depara fora da escola através do relacionamento com a família e a sociedade.

A escola procura fortalecer a formação cidadã em relação ao meio ambiente, dando acesso à informação e procurando aprofundar estudos sobre o tema, mas é preciso considerar o ponto de partida da clientela, e envolvido a esse ponto, está a sua convivência em sociedade. Neste sentido, são feitos questionamentos quanto às práticas tradicionais de relacionamento com a natureza que se vivencia fora da escola, como exemplo maior a família, está adaptada a uma cultura mais de consumo do que mesmo de conservação assume um papel norteador de educação ambiental na maioria das vezes errôneo, após vem o convívio comunitário que também apresenta uma imagem distorcida de que no meio as fontes naturais são inesgotáveis.

Neste sentido o PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, instrumento de participação social que congrega todos os segmentos sociais e esferas do governo, afirma que:

Tem o objetivo de informar e motivar a sociedade brasileira para este ideário presente na construção democrática de sociedades sustentáveis, fundadas nos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, justiça social e corresponsabilidade, conforme disposto nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental (PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2004).

Mas deve-se ressaltar que muitas vezes essa família e a sociedade em que está inserida, são vítimas de um sistema em que as proporções de desigualdades sociais são extremas e a falta de justiça social, é um forte agravante na devastação ambiental, como afirma Lindner (2012):

A vivência de uma nova relação entre os seres humanos e a natureza deve passar pelos movimentos sociais organizados, principalmente nas classes menos favorecidas, vítimas indefesas do poderio econômico dos grandes conglomerados e que vivem em condições adversas de clima, sujeitas a formas diretas de poluição e doenças daí decorrentes (LINDNER, 2012. p. 16).

Um dos grandes desafios da Educação Ambiental para que se consigam bons resultados está associado como já foi dito a fatores socioeconômicos, cabendo então, o despertar de movimentos sociais, formações de grupos comunitários, associações e outros, para a causa ambiental. É muito difícil desenvolver um trabalho abrangente a todos, neste sentido o acesso a informação e a conscientização envolvendo direitos e deveres ainda nas palavras de Lindner (2012) dentro do âmbito escolar pode causar:

A aprendizagem voltada para o reconhecimento dos direitos e deveres de cada um, recompondo os erros cometidos no passado e ressaltando os valores da cidadania, deve ser a principal estratégia da escola ao resgatar seu real compromisso com a sociedade, ou seja, formando cidadãos e intelectuais comprometidos com o bem comum e a coletividade. Não há espaço, nessa nova visão da escola, para interesses individuais ou de determinados grupos dominantes, apropriar-se de seu ambiente, internalizando suas ações e formando com ele um sistema orgânico e equilibrado, é tarefa mais do que urgente para o ser humano neste século. Para concretizar essas ideias e torná-las factíveis, o diálogo é o fundamento maior. Debater e repensar valores para que sociedades sejam sustentáveis, social e economicamente, são missões inadiáveis que os professores e formadores de opinião precisam assumir (LINDNER, 2012. p. 16).

É assim que a educação sente dificuldades de obter resultados positivos no campo da Educação Ambiental, por mais que se tente fazer um trabalho extraescolar, a cultura conservadora da má utilização dos recursos naturais está enraizada de uma forma que não atende às necessidades da contemporaneidade.

Todos esses desafios que as escolas brasileiras se deparam diariamente poderiam ser amenizados se as autoridades competentes procurassem ampliar com eficácia o processo educativo ambiental também nas comunidades, todas as gerações precisam ser preparadas para uma visão consciente de que não tem mais o que esperar. O momento exige a construção coletiva da capacidade de responder aos desafios oriundos de práticas imprudentes do ser humano em relação ao meio em que vive, através do conhecimento adquirido por todos, sem exceção, haverá condições de se buscar meios que amenizem a situação.

Os novos pensamentos investidos na Educação Ambiental procuram interagir o ser humano ao meio, procurando conscientizá-lo que ele pode agir na natureza de forma diferenciada, não assumir mais o papel de devastador, mas de transformador de uma sociedade que pode sim, contribuir para a conservação da natureza. As Diretrizes Nacionais da Educação Ambiental ainda propõem a criação de espaços educadores sustentáveis, para que as instituições de ensino passem a educar de forma integral e sustentável. Resta a sociedade se mobilizar com a reivindicação de políticas públicas para que realmente estes espaços passem a contribuir não só no interior das escolas, mas fora delas e em outras organizações comunitárias e, que esta ação seja rápida, pois o planeta Terra não pode mais esperar que os interesses socioeconômicos se sobressaiam sobre uma cultura socioambiental.

Conclusões

Trabalhar Educação Ambiental nos dias atuais de forma crítica é antes de tudo desafiar a substituição arcaica do antropocentrismo a favor do ecocentrismo, onde o homem passa a ser um elemento no meio ambiente e não o seu detentor.

O cenário escolar perpassa por muitas dificuldades ao desenvolver ações educativas ambientais, que vão desde a falta de apoio humano e material, até a visão conservadora de uma sociedade vítima de desigualdades sociais, este fator tem provocado a inserção de poucos resultados a favor de práticas sustentáveis, propostas a uma população que vive em condições mínimas de Cultura de Paz e justiça socioambiental.

Muito já se tem discutido e planejado, foram muitos acordos, tratados internacionais, legislações nacionais voltadas para a crise ambiental. Resta agilidade e pôr em prática o que já está escrito, as autoridades governamentais têm que perceber que a Educação Ambiental é um componente essencial a educação como um todo, incentivar estudos e pesquisas, dar acesso a informações, promover o ecocentrismo, em fim, trabalhar a ética ambiental, não só nas instituições de ensino, mas nos mais variados setores da sociedade.

O planeta está chegando ao seu limite devido ao modelo econômico capitalista vigente, que só consome, explora e devasta. Os anseios para a construção de uma comunidade global sustentável têm que partir do interesse coletivo, a Educação Ambiental tem que envolver todos os segmentos populacionais, através de uma responsabilidade global que pratique o exercício de novas formas de políticas públicas que partam das comunidades, para que seja exigido do poder estatal, garantias de qualidade de vida da natureza e dos povos.

Educar hoje exige muito mais que a apropriação de conhecimentos para o mercado de trabalho, mas uma formação cidadã que desenvolva atitudes, habilidades e valores sociais que

tenham resultados dentro e fora das instituições de ensino. É uma questão de necessidade urgente, promover a conservação ambiental, fundamentada em valores sustentáveis com os quais a economia e a política devam passar a respeitá-los.

Referências

BRASIL, **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Brasília: 1972.

BRASIL, **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: 1981.

BRASIL, **LEI 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa Parâmetros em Ação. Meio Ambiente na Escola**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL, **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

BRASIL, **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Formando Com-vida – Comissão**

de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo a Agenda 21 na Escola. Brasília: MEC/SECAD, 2012.

LINDER, Edson Luiz et al. **Educação Ambiental: da teoria à prática.** Porto Alegre: Mediação, 2012. 144 p.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação Ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais. Uma avaliação crítica.** 1996. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Educação, Curitiba.

SILVA, Luciana Ferreira. **Educação Ambiental Crítica e Gestão Escolar.** Revista pesquisa em Debate. Ed. 10. Vol. 6. Nº 1, 2009.

Capítulo 09

Geopark Araripe: estratégia de desenvolvimento regional sustentável e práticas de educação ambiental

Cicera Reuva da Silva Carvalho¹

Introdução

A região do Cariri está localizada ao sul do estado do Ceará, situado há 560 km da capital Fortaleza, sendo assim a região apresenta riquezas naturais com uma grande diversidade de fauna e flora, no entanto predomina o clima seco como característica. Na região podemos localizar a Chapada do Araripe sendo a primeira floresta nacional, onde no mesmo lugar encontram-se diversas fontes de águas cristalinas.

A mesma é composta por riquezas singulares contendo características geológicas, paleontológicas, arqueogeológicas e naturais, apresentando pontos que registram traços da evolução do planeta Terra que estão presentes há milhões de anos. A riqueza predominante na região do Cariri tem sua diversidade apresentada através de traços culturais, que se iniciam com os primeiros habitantes, os índios Kariris, povos que até hoje tem sua cultura representada através das comidas típicas, danças e outras manifestações e costumes até hoje fixados em nosso povo que aqui

¹Mestranda em educação pela UNISULLIVAN Inc., graduada em pedagogia pela Universidade Regional do Cariri - URCA, reuvasilva@gmail.com

habitam.

E é nesse lugar culturalmente rico que encontramos o Geopark Araripe, um projeto desenvolvido pela Universidade Regional do Cariri – URCA, com intuito de promover o desenvolvimento econômico das regiões que estão dentro da área do Geopark Araripe, ao mesmo tempo trabalhando para a conservação de suas características acima mencionadas, através de atividades que favoreçam uma conscientização ambiental, através de diálogos e apresentações realizadas pelo projeto Geopark.

Conhecer a região e suas riquezas é primordial para que possa ser feito um trabalho de conscientização ambiental, vendo as possibilidades de projetos que viabilizem a conservação e uso devidos dos recursos, para que as comunidades participem ativamente e conheçam seus potenciais de crescimento regional local. Inserir o projeto Geopark Araripe nas escolas públicas como forma de educação ambiental de maneira que conscientize a comunidade estudantil, se faz importante, tanto para o trabalho de conscientização como também de conservação dos geossítios.

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise da importância do Geopark Araripe para o desenvolvimento econômico e sustentável da região, através de seu tripé: Geoconservação, Geoeducação e Geoturismo, contemplado por suas características singulares. As atividades de educação ambiental propostas pelo Geopark Araripe viabilizam um olhar diferenciado para a conservação do patrimônio local. A metodologia utilizada se deu através da pesquisa em documentos (cartilhas de informações), livros, revistas e sites sobre o assunto. Uma grande contribuição importante foi a experiência de estágio com duração de doze meses que assim possibilitou a participação nas atividades realizadas na secretaria da instituição, seu setor de comunicação e economia, que são responsáveis pelos convênios com os parceiros. Foi primordial acompanhar e participar das atividades de educação ambiental, isso possibilitou o contato direto com as comunidades dos geossítios que fazem parte do Geopark Araripe, assim facilitando a

construção desse significativo trabalho artigo.

1. Geoparque: conceito e importância

Os primeiros Geoparques foram criados no ano 2000, na Europa, logo depois foi se multiplicando cada vez mais. Com a criação da Rede Global de Geoparques em 2004, logo foram implantados no mundo 67 Geoparques, todos sendo reconhecidos e avaliados minuciosamente.

Falar sobre um Geoparque, não é somente apresentar suas riquezas, geológicas ou naturais, mas sim, requerer a participação das comunidades que a ele pertence, possibilitando aos moradores melhores condições de renda, através da amostragem e venda de materiais confeccionados pelos mesmos, transmitindo assim os costumes atrelados a conservação local. A importância de um Geoparque em determinada região, nos remete a um contexto histórico evolutivo, que precisa da conscientização da população que ali vive, para que continuem preservando seus registros, promovendo o respeito ao meio ambiente.

Para que haja certo trabalho no intuito de conscientizar a conservar essas riquezas é preciso que eventualmente sejam priorizadas nas instituições de ensino, os conhecimentos científicos e culturais de práticas que mostrem aos alunos a importância da educação ambiental em seus muros e fora deles. Mas como definimos o que é um geoparque?

E um território com limites definidos que possui sítios de grande valor científico, cujo patrimônio Socioeconômico, Cultural, Histórico, Ambiental, Geológico, Paleontológico, Arqueológicos e outros elementos da biodiversidade, apresentam importância, raridade e riquezas que contam a história da terra. [...] Um Geoparque tem inclusive, papel ativo no desenvolvimento econômico de seu território, que passa a ser, também, mais reconhecido em função de suas riquezas naturais, possibilitando

o desenvolvimento do Geoturismo como estratégia na dinâmica econômica local. (EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2010/2011).

Para a criação de um Geoparque é importante que o lugar apresente de maneira singular e expressiva, fenômenos geológicos que venham a ser entendidos dentro do contexto de compreensão sobre a natureza e origem do fenômeno, sendo assim, seguem critérios rigorosos quanto a sua inclusão como um patrimônio natural, citados alguns desses como:

(1) estético: paisagens notáveis e de excepcional beleza e condição de paisagem de exceção; (2) ecológico: sítios correspondendo a habitat de espécies em risco ou que detenham processos ecológicos e biológicos importantes; (3) científico: áreas que contenham formações ou fenômenos relevantes para o conhecimento científico da história natural do planeta; (4) Integridade dos bens. (RUCHKY, 2007 apud SCIFONI, 2003).

2. Geopark Araripe: criação, cultura e seus potenciais para o desenvolvimento regional sustentável e educação ambiental.

Criado em 2005, pela Universidade Regional do Cariri – URCA, o Geopark Araripe é contemplado com 3.441 km² em território cearense, também reconhecido pela UNESCO em setembro de 2006, sendo o primeiro Geoparque das Américas e reconhecido pela Rede Global de Geoparques (GGN) ou em inglês (*Global Geoparks Network*). Aliado a ideia de desenvolvimento regional e sustentável, o território do Geopark Araripe alcança os municípios de: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Santana do Cariri, e Nova Olinda. Nessas áreas foram inventariados vários Geossítios, porém somente nove deles foram selecionados para há utilizados para visitas turísticas e práticas de educação ambiental. Sendo assim a função do Geopark Araripe é proteger e conservar os vestígios e registros geológicos,

paleontológicos, antropológicos, ambientais paisagísticos e culturais.

Os Geossítios são locais de visitas que possuem suas riquezas geológicas e naturais onde são desenvolvidas com a ajuda de guias as visitas e com elas a transmissão de conhecimentos sobre cada área a visitada, potencializando ainda mais o desenvolvimento econômico e conhecimentos culturais atrelados aos conhecimentos científicos.

O Geopark Araripe desenvolve suas atividades com base em um tripé, nomeados por: Geoconservação, Geoturismo e Geoeducação, de forma interdisciplinar.

3. O tripé do Geopark Araripe

Geoconservação: são desenvolvidas atividades que valorizem a conservação do patrimônio cultural, científico e geológico, pois sua preservação nos remete a voltar no tempo e conhecer mais sobre o processo de evolução do planeta terra, através de seus registros que hoje permanecem intactos, daí se torna primordial o trabalho com as comunidades sobre a importância dos registros presentes, mostrando para os mesmos, as riquezas que estão presentes ao seu redor, valorizando assim a fauna e a flora que servem como atrativos de visitação, que mostra também uma floresta de mata úmida e fontes de águas cristalinas e a presença de aves endêmicas como característica singular de alguns dos geossítios. Assim a geoconservação não deve ser encarada somente sob a ótica geológica, mas também sob o ponto de vista de propósitos educativos e turísticos, na gestão desse patrimônio. (RUCHKYS, 2003, p.2)

Geoturismo: apresentando uma diversidade de roteiros, o Geopark Araripe valoriza seus recursos naturais como formas de manifestações culturais que se apresentam através da religiosidade, comidas típicas, músicas regionais, artesanato e exposições que acontecem com frequência, sendo assim esses

atrativos se transformam no berço da cultura, com suas expressões através das manifestações folclóricas, procissões, romarias, que acontecem com frequência na cidade de Juazeiro do Norte e apresentações de shows culturais em geral. Para o turismo essas visitas são a chave para o desenvolvimento econômico, principalmente na área de hotelaria e dos restaurantes que apresentam seus pratos regionais e recebem com muita atenção seus visitantes. Ruchky complementa dizendo:

Acredita-se que a atividade turística, se bem planejada e direcionada, possa contribuir para a proteção do patrimônio, uma vez que esta atividade depende de atrativos bem conservados. A contribuição do turismo para a proteção do patrimônio pode acontecer por meio da sensibilização do turista em relação à importância dos atrativos que visita. (RUCHKY, 2007, p.22)

Geoeducação: As atividades de educação ambiental realizadas pelo Geopark Araripe são de finalidades educativas e conscientizadoras, as mesmas são ações pedagógicas que visam em primeiro lugar à interação das comunidades que moram no entorno dos geossítios, beneficiando-os com: oficinas de réplicas de fosséis, oficinas com materiais recicláveis e blitz ambientais, pois com a estiagem das chuvas acontecem vários incêndios de forma intencional e não intencional.

O Geopark Araripe desenvolve trabalhos nas instituições escolares através das divulgações sobre a importância da presença de um Geoparque na região, e suas potencialidades de desenvolvimento regional sustentável, com a apresentação do projeto intitulado, Geopark no Recreio, através da construção e apresentação de teatro de bonecos fantoches, confeccionados pelos próprios alunos. Há também capacitações para os docentes da rede pública, onde são abordados a importância da educação ambiental, temas essas apresentadas pela equipe do Geopark para a região do Cariri, não esquecendo das palestras com o intuito de divulgar o que é o Geopark Araripe, mostrando isso como forma de um criar

um roteiro de aulas de campo para a classe estudantil.

As oficinas de materiais recicláveis são ministradas nas instituições escolares ao mais variados públicos, pois assim materiais que poderiam ser jogados fora, se tornam objetos reutilizados como objeto de decoração, brinquedos, artesanatos e até vasos para jardim, havendo também a reutilização do óleo de cozinha para a confecção de produtos de limpeza, que é uma das oficinas ensinadas nas comunidades.

4. Educação ambiental: conceitos

Mesmo sendo mencionada as atividades de educação ambiental realizadas pelo Geopark Araripe, não podemos esquecer de citar como começou a preocupação com o meio ambiente, pois tudo está interligado em um contexto histórico.

As primeiras preocupações em relação às questões ambientais surgiram na década de noventa, considerando que o movimento ambientalista foi um dos mais influentes fenômenos da história da atualidade, pois mudou totalmente a forma de pensar sobre o meio ambiente (SEABRA, et.al 2011).

A tomada de consciência dos problemas ambientais, denominada a questão ambiental e o movimento ambientalista dela decorrente é um fenômeno recente na história, típico do pós-Segunda Guerra Mundial. Uma das primeiras publicações a denunciar os problemas ambientais atuais foi o livro Primavera silenciosa de Raquel Carson, publicado nos Estados Unidos no ano de 1962. (SEABRA et. al, 2011 pg.87)

Ai então surgiram os primeiros encontros em todo o mundo sobre as questões ambientais e movimentos ambientalistas, se transformando assim num grande negócio no século XXI. O advento da educação ambiental (EA) pode ser visto como um coadjuvante importante do processo de legitimação pela maneira como os principais temas ambientais são relacionados e tratados

no sistema educacional. (SEABRA et. al. (2011).

Com tantas transformações e ao longo dos acontecimentos e movimentos ambientalistas deu-se espaço para que acontecessem vários diálogos oficiais sobre as questões que envolvem o meio ambiente, sendo mencionados alguns que foram bastante importantes nesta última década.

De acordo com os acontecimentos, citaremos abaixo os principais eventos acontecidos sobre a problemática ambiental, que fizeram com o que a temática começasse a ganhar outros rumos importantes, os mesmos foram:

Conferência da ONU sobre o ambiente humano, sobre o impacto da publicação do primeiro informe ao Clube de Roma em 1972 realizada em Estocolmo.

O encontro de Belgrado promovido pela UNESCO, que estabeleceu bases para um programa internacional de educação ambiental, realizado em 1975.

A conferência intergovernamental sobre educação ambiental, promovida pela UNESCO, que detalhou as estratégias a serem seguidas para a implementação da educação ambiental pelos países membros. Realizada em Tbilissi, Geórgia, no ano de 1977.

A Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o desenvolvimento no Rio de Janeiro a RIO 92 ou ECO 92, evento que criou uma conjuntura favorável à expansão da educação ambiental naquele momento. O mesmo realizou-se no ano de 1992.

Percebemos que as discussões sobre educação ambiental já ultrapassam mais de uma década e observamos o quanto engatinham as práticas diante da situação em que nos encontramos, pois os movimentos e conferências realizadas pelas comunidades e pelos grandes empresários não estão sendo suficientes para que haja uma transformação mais acelerada. As práticas de educação ambiental são um grande suporte para que possamos começar a sermos pessoas conscientes quanto a preservação ecológica do meio em que vivemos, podendo ter como uma ponte as instituições escolares.

Com isso, para não cairmos em uma visão homogeneizadora ou simplificada, acabamos por sentir a necessidade de explicitar as diferentes abordagens configuradas no modo de se fazer tal refutação e construir outros caminhos. Bem ou mal, por vezes complicando mais do que facilitando, falar simplesmente “educação ambiental” pode não ser suficiente para se entender o que se pretende com a prática educativa ambiental. (Ministério da educação pg. 66)

5. Práticas de educação ambiental e os PCN`s

As práticas de educação ambiental nas escolas vem sendo um eixo temático trabalhado com bastante seriedade, com o intuito de conscientizar docentes e discentes para práticas de cunho educativo, salientando a importância de trabalho individual e coletivo dentro e fora dos muros da escola, mas essa prática não é recente pois segundo os PCN`S, desde a década de sessenta já se trabalhava a relação meio ambiente / aluno, uma prática do respeito ao meio ambiente atrelada a um modelo estruturado permitindo a participação da comunidade, ou seja, os espaços que transbordam as escolas, garantindo assim um movimento ativo onde todos podem ser responsáveis pela conservação do ambiente. Afirmando isso o PCN de meio ambiente cita:

A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno, seu meio, sua comunidade, não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. Exemplo disso são atividades como os “estudos do meio”. Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não-governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. (PCN, 1998, pg.181)

Partindo desse pressuposto o Brasil é um dos países com

maior variedade de práticas em educação ambiental, com iniciativas próprias apresentadas às comunidades, e quando bem apresentada a educação ambiental pode trazer ótimos resultados e mudanças de comportamento dentro e fora das instituições escolares.

6. Manifestações culturais que estão inseridas no Geopark Araripe

Festa de Santo Antônio: Na cidade de Barbalha, todo o ano acontece a tradicional festa de Santo Antônio representada pelo hasteamento do pau da bandeira. A cidade durante esse período fica repleta de turistas e pessoas que moram nas cidades próximas que apreciam a festa, e a caminhada dos devotos carregando o pau da bandeira de quase duas toneladas é interessante ressaltar o quanto a fé é visível entre as pessoas que acompanham a festa. Nesse evento há várias apresentações folclóricas como: maneiro pau, boi bumar, reisado, e caminhada dos penitentes.

Romarias: A cidade de Juazeiro do Norte hoje, com cerca de 266.022 habitantes (IBGE 2015) é marcada como o berço da religiosidade, por apresentar uma grande presença de romeiros vindos de vários lugares do Brasil. A imagem do padre Cícero Romão Batista, um santo no coração do povo nordestino e agora reconciliado com a igreja católica, tem uma presença ilustre na vida do romeiro, é graças a ele que a cidade se tornou, uma das que mais recebem turistas e visitantes durante o ano todo. As romarias em Juazeiro do Norte acontecem sempre nos meses de fevereiro, março, setembro e novembro, sendo que em fevereiro acontece a festa de Nossa Senhora das Candeias, em março, comemoração do nascimento do padre Cícero, em setembro a festa de Nossa Senhora das Dores, em novembro a Festa de Finados, a maior romaria do ano.

7. Os nove geossítios e suas riquezas

Geossítio Colina do Horto: O geossítio Colina do Horto, situada na cidade de Juazeiro do Norte é representado por suas características geológicas e culturais. No alto da colina, podemos encontrar a presença da rocha granito, presente no embasamento cristalino da Chapada do Araripe, a mesma possui idade geológica de 650 milhões de anos. A cultura é expressa de forma abrangente com a presença dos romeiros de todos os lugares do Brasil, que vem adorar a figura do padre Cícero. O Santo Sepulcro além de um lugar de orações serve também como trilha ecológica onde o percurso da estátua do padre Cícero ao lugar citado é uma distância de 2 km percorridos a pé. Da colina do Horto podemos ter uma vista exuberante das três principais cidades da região, o chamado triângulo crajubar compostas pelas cidades de: Crato, Juazeiro e Barbalha. O padre Cícero também já pensava em meio ambiente e na época já orientava os romeiros através de seus preceitos ecológicos.

Geossítio Cachoeira de Missão Velha: Localizado na Cidade de Missão Velha é um dos pontos de visitação do Geopark Araripe. A cachoeira de Missão Velha apresenta uma beleza exuberante de queda d'água, seu processo de formação se deu através da erosão provocada pelo rio Salgado, que escavou mais de 12 metros de uma rocha formada há 450 milhões de anos, está cachoeira já foi utilizada pelos índios Kariris, sua beleza natural é destacada por sua forte queda d'água e abertura de um Canyon, que podemos traduzir como:

Cânion ou Canyon, que significa “canhão”, é um termo usado em geologia para designar um vale profundo com paredes abruptas em forma de penhascos, geralmente escavado por um rio. São também chamados de “garganta”. A maior parte dos canyons originam-se por um longo e lento processo de erosão fluvial e eólica. Diferentes camadas rochosas pouco consolidadas a partir de um planalto, são erodidas lentamente por um curso de água,

criando um vale. As paredes se formam quando camadas de rochas resistentes à erosão são encontradas, de modo que a água continua escavando um vale para baixo, não afetando a rocha dura. (Fonte: Wikipédia).

Geossítio Floresta Petrificada do Cariri: O Geossítio Floresta Petrificada está localizado também na cidade de Missão Velha, nessa região havia uma floresta semelhante a Floresta Nacional do Araripe (FLONA), com uma vegetação bastante atrativa. Devido ao processo de mudança climática, esta vegetação foi morrendo e posteriormente coberta por sedimentos e os troncos foram silicificados. Isso nos permite ver a presença de pedaços de troncos com aspecto de rochas que antes eram grandes pinheiros datados com mais de 150 milhões de anos atrás.

Geossítio Batateiras: Na cidade do Crato podemos encontrar a presença de uma bela cachoeira de aproximadamente 12 metros de altura, conhecida como Cascata do Lameiro. Apresenta como característica geológica a presença de rochas claras e escuras formadas há 113 milhões de anos. Por volta do século XIX havia naquele espaço uma casa de força que servia como hidrelétrica, a mesma fornecia energia elétrica para as comunidades vizinhas.

Geossítio Pedra Cariri: Na cidade de Nova Olinda, encontra-se a Pedra Cariri ou calcário laminado, nesta rocha podemos encontrar fósseis do período Cretáceo, depositados há aproximadamente 112 milhões de anos, esse geossítio contém riquezas paleontológica e geológica, contendo também registros de intervenções marítimas, com presença de fósseis de peixes de água salgada. No mesmo geossítio são encontrados fósseis de plantas (angiospermas), primeiras plantas com flores, que na época estava se formando. O geossítio ponte de pedra apresenta não só valor científico, mas é um lugar que serve como fonte renda, pela presença do calcário laminado, o mesmo é usado para revestimento de pisos e paredes.

Geossítio Parque dos Pterossauros: Na cidade de Santana do

Cariri destaca-se o Museu de paleontologia, que em 1986 foi cedido pelo ex-prefeito e ex-reitor da URCA, Plácido Cidades Nuvens. No museu de paleontologia de Santana do Cariri está armazenado um grande acervo de fósseis, esses fósseis possuem um dos melhores estados de conservação do mundo e são encontrados na cidade aqui citada, mais precisamente em uma escavação permanente. Foram encontrados nas escavações, fósseis de peixes marinhos, de água doce, tartarugas, folhas, insetos, inclusive fósseis de libélula, hoje considerado um fóssil vivo por sua resistência a diversas mudanças climáticas, ela também se destaca como sendo o símbolo do museu de paleontologia.

O Parque dos Pterossauros recebe visitas de vários cientistas, que vem conferir de perto as escavações, o lugar também é considerado objeto de estudos acadêmicos e ponto de visitação de turistas de vários lugares do mundo.

Geossítio Riacho do Meio: Na cidade de Barbalha, temos a presença de uma unidade de conservação estadual chamada Riacho do Meio, o lugar se destaca por suas belezas paisagísticas com a presença da fauna e flora. É uma floresta de mata úmida que apresenta uma bela biodiversidade e a presença de aves endêmicas. O Riacho do Meio tem uma riquíssima abundância de fontes de águas cristalinas que jorram do solo, em sua flora temos as plantas nativas, uma delas a Samambaia Açú (*Dicksonia Sellowiana*), considerada um fóssil vivo, por conta de sua adaptação com as variações climáticas.

No Riacho do Meio podemos encontra uma ave considerada em risco de extinção, que é o Soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*), uma espécie rara que pode ser encontrada em seu abrigo junto dos pés de Samambaia Açú. A fêmea diferencia-se do macho pela cor, sendo, a fêmea esverdeada e o macho composta pelas cores, branca, vermelha e preta. Tanto a planta nativa quanto a ave endêmica, completam a beleza do lugar. Além dessas características naturais, no parque encontra-se a “pedra do morcego” lugar onde Lampião e seu bando descansavam quando

estavam na região. Esse espaço tem como atrativo as trilhas ecológicas e é foco de trabalhos científicos.

Geossítio Pontal de Santa Cruz: Um dos lugares com uma vista exuberante da região é o pontal de Santa Cruz, chegando a 900 metros de altura, o visitante tem o privilégio de ver toda a Chapada do Araripe. Acima do pontal existe uma igreja que fora construída no século XIX a mesma é cheia de mistérios e lendas, e a presença de uma trilha que começa do pontal até a estrada que dá acesso ao lugar.

Os arenitos avermelhados são as rochas mais jovens do Araripe que representam a geologia do lugar, com cerca de 100 milhões de anos, elas absorvem toda a água da chuva e assim ficam acumuladas nas camadas mais baixas, dando origem as nascentes de águas naturais, que são uma das riquezas da chapada do Araripe. Ao lado do pontal há um restaurante que apresenta uma culinária local, tendo como privilégio almoçar de ante da vista exuberante da Chapada do Araripe.

Geossítio Ponte de Pedra: Próximo à Nova Olinda existe uma ponte de pedra que foi escavada pelo processo de erosão, ela mostra uma paisagem natural com 25 metros de comprimento e 80 cm de espessura. No lugar foram encontrados vestígios dos primeiros habitantes da região, os índios Kariris que viveram ali há muitos anos, o mesmo também apresenta lendas, antes contadas pelos índios, sendo assim, os mitos e lendas do povo Kariri, são heranças que devem ser preservadas interpretadas e registradas. Na Casa grande, lugar onde podemos encontrar vários vestígios sobre a história dos índios Kariris, encontramos objetos que comprovam a passagem de um povo que aqui deixou sua marca e que é contada e passada de geração a geração.

Conclusões

A região do Cariri mostra-se possuidora de uma grande riqueza tanto cultural como natural, e que através do Geopark

Araripe podemos ser apresentados a essas riquezas, dando oportunidade para que a população tome conhecimento do processo de evolução que se deu a milhões de anos.

Com a ideia inovadora da criação de um geoparque, se intensificou nessas belezas naturais o interesse por parte dos estudiosos que vem de vários lugares do mundo conferir de perto todas essas características singulares. Neste caso a educação ambiental não pode ficar de fora, pois é através das atividades pedagógicas promovidas pelo Geopark Araripe, que podemos ter um diálogo com as comunidades, para torna-los conscientes de que este patrimônio cultural e natural da humanidade precisa ser preservado.

A criação do Geopark Araripe estimula o desenvolvimento regional sustentável através da venda de artesanatos, confecção de biojóias sem falar no principal atrativo, o geoturismo, com variados roteiros, apresentações culturais e parcerias com diversos hotéis, restaurantes e pousadas.

A experiência de estágio favoreceu a oportunidade de conhecer como se deu o projeto e como o Geopark Araripe continua colaborando com as comunidades inseridas no projeto, proporcionando para os mesmos a chance de conhecer um pouco mais sobre a história da evolução da terra, quem foram os primeiros moradores desta riquíssima região e como viver em equilíbrio com o meio ambiente.

Referências

CEARÁ. Governo do estado do Ceará. **Educação ambiental**: edição para professores e gestores, Fortaleza. 2010/2011 146. P.

GEOPARK ARARIPE. Governo do estado do Ceará. **Geopark Araripe**: Cultura, História da Terra e Meio Ambiente. Fortaleza: 2009/2010.

SEABRA, Giovanni et. al. **Educação ambiental no mundo globalizado**: Uma ecologia de riscos, desafios e resistências. João Pessoa: Editora UFPB. 2011.

MELO, Soraia Silva, et. al. **Vamos cuidar do Brasil**: Conceitos e práticas em educação ambiental nas escolas. Ministérios da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Brasília. UNESCO, 2007. 248 p.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Terceiro e Quarto Ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, MEC/SEF, 1998 436.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo. **Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais**: Potencial para a Criação de um Geoparque da UNESCO – Tese de Doutorado, Instituto de Geociências da UFMG, 211p. 2007.

LOPES, Laryssa Sheydder de Oliveira. et. al. **Potencial Dos Geoparques Como Estratégia de Geoconservação no estado do Piauí**. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 3, set. 2010

Sites acessados:

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em março de 2016.

<http://culturanocariri.blogspot.com.br/2010/06/o-crato-e-uma-cidade-pacata-situada-na.html>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cânion>. Acessado em fevereiro de 2016

Capítulo 10

A construção do conhecimento em educação ambiental

Maria de Fátima Lima¹

Introdução

A educação ambiental deve se rum exercício para a cidadania, e nesse contexto, esse estudo apresenta como objetivo diagnosticar as principais dificuldades e desafios enfrentados pela educação ambiental no ensino das crianças nas escolas públicas, tendo em vista que nessa faixa os educandos são bastante curiosos e abertos ao conhecimento, e além de adquirirem o conhecimento com facilidade, ainda repassa para aqueles que estão ao seu redor, visto que uma criança ao chegar a casa é comum repassar e comentar aquilo que aprendeu na escola, o que acaba levando e contribuindo para a conscientização dos adultos, Ainda será identificada a visão dos docentes acerca da educação ambiental observando como esta vem sendo trabalhada nas escolas públicas. Dessa forma é necessária que haja incentivos para favorecer cada vez mais a sua disponibilidade de buscar informações acerca do que se está pretendendo alcançar que é de fato a conscientização do homem sobre o patrimônio, meio ambiente, natureza e proteção.

¹ Graduada em Educação Física, Esp. Educação Física escolar e Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: fatimamundinha@hotmail.com

Entende-se a educação ambiental como um processo de aprendizagem e um instrumento de formação de uma consciência ecológica através do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental. A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de esclarecer e evidenciar que se não houver um trabalho em conjunto por parte da população em geral, comunidade escolar e autoridades em relação ao meio ambiente, não se poderia garantir futuramente um ambiente com condições harmoniosas de sobrevivência.

É importante trabalhar com a realidade local uma vez que oferece um universo acessível e conhecido, e por isso, possível de ser campo de aplicação do conhecimento. Por isso grande parte do assunto que por sua vez são mais significativos para os alunos estão circunscritos a realidade mais próxima, ou seja, sua comunidade, sua região. Podemos assim trabalhar também com aulas de campo para que o aluno possa de fato interagir melhor com o seu meio local.

1. O que é educação ambiental

A questão ambiental, ou seja, o conjunto de temáticas relativas não só a proteção da vida no planeta, mas também a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das comunidades compões a lista dos temas de relevância nacional e internacional.

Como menciona Reigota, (2002, p.79-80)

A tendência da educação ambiental escolar é tornar-se não só uma prática educativa ou uma disciplina a mais no currículo, mas sim consolidar-se com uma filosofia de educação, presentes em todas as disciplinas existentes e possibilitar uma concepção mais ampla do papel da escola no contexto ecológico local e planetário contemporâneo. (REIGOTA, 2002, P. 79-80)

Dessa forma é importante considerarmos o uso do adjetivo ambiental ao lado de educação. Essa valorização do tema nos

proporciona vontade, garra para pôr em prática todas essas ações cabíveis e elevar o tema a um patamar considerável dentro do processo de educação ambiental e aprendizagem; visto que, para Guimarães (2000, P.19), essa palavra “ apenas adjetiva, qualifica um processo mais amplo que é o processo educacional”. Na verdade, a educação ambiental está presente em toda forma de educação de proposta emancipatória, que contribua para a formação de sujeitos críticos e que seja compatível com um projeto de sociedade não excludente e mais igualitária.

Segundo os, Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN’S (1997) afirma que recentemente, a educação ambiental tornou-se um assunto bastante abordado pelos sistemas de ensino em virtude da elaboração pelo Ministério da Educação (MEC) e da promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei N°. 9.795, de 27/04/1999), que entre outros pontos, dispõe sobre a sua inserção no ensino formal.

Os PCN’S apontaram propostas de conteúdos e estratégias para referenciar os currículos do sistema educacional de todo o Brasil, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N°. 9.394/1996). Para os anos iniciais do ensino fundamental, os PCN’S foram elaborados por área de atuação, ou seja, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira; e trouxeram como inovação os chamados temas transversais. Segundo o documento, são temas que tratam de questões sociais e perpassam todas as áreas de conhecimento, não devendo constituir uma nova disciplina. O conjunto de temas chamados transversais inclui ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual, que foram escolhidos por envolverem diferentes aspectos relacionados à construção da cidadania e da democracia, atingindo diferentes dimensões da vida social.

(Brasil, 1997, P. 30) afirma:

No entanto, o trabalho desenvolvido com educação ambiental nas escolas deve ser visto para além de um cumprimento de um dispositivo legal. Deve ser visto pelo seu valor como componente essencial para a formação de nossos alunos. Num processo de aprendizagem voltado para a comunidade escolar como um todo, indo além da sala de aula e dos alunos. (BRASIL, 1997)

Nessa perspectiva é importante dar ênfase a dinâmica da sala de aula visto que a educação ambiental se faz presente quando incorpora a preocupação com a qualidade de vida e investiga as relações interdependentes dos elementos que compõe o meio ambiente, fazendo um relacionamento do conhecimento com a complexidade das questões sociais e ambientais. É imprescindível um comprometedor e com amor para com essa questão ambiental nas diversas localidades e bairros periféricos que os saneamentos ali se tornam mais difícil de serem atendidos com saneamentos básicos.

Para Carvalho (2004, P. 82) discute uma noção de sociobiodiversidade, como uma tentativa de aprender essas complexas interações, associando as ideias de biodiversidade. A diversidade social é formada pelos diferentes grupos sociais e culturais que habitam o planeta. Com essa noção percebe-se que a sociedade e natureza não são independentes e se modificam mutuamente.

Para Bizzo (1998),

O debate sobre o conceito de sociobiodiversidade pode ser motivado nas diferentes atividades planejadas para o espaço escolar. O planejamento das aulas é o melhor momento para a previsão dos espaços de integração sobre as diferentes áreas, facilitando um trabalho interdisciplinar com os temas de educação ambiental. (BIZZO, 1998. P. 6)

Segundo Bizzo (1998), deve-se convidar a escola para a aventura de transitar entre os diversos saberes e áreas disciplinares, deslocando-a de seu território já consolidados rumo a

novos modos de compreender, ensinar e aprender. Na verdade, são técnicas de aulas que o autor acha possível de realizar nas diferentes comunidades e localidades, podendo ser utilizado aula de campo e facilitando assim a compreensão das diferentes localidades que estão sendo estudadas ou investigadas.

Pensando que o caráter interdisciplinar é a base para a inserção da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental. Assim ela será considerada como sendo essencial a todas as disciplinas, incorporada como valor para os professores e professoras.

2. A importância da educação ambiental

A expressão “educação ambiental” surgiu evidentemente nos anos 70, quando surgiu a preocupação a problemática ambiental. A partir de então surgiu vários acontecimentos que solidificaram tais questões, como a conferência de Estocolmo em 1972, a Conferência Rio 92 em 1992, realizada no Rio de Janeiro, que estabeleceu uma importante medida, agenda 21, que foi um plano de ação para o século XXI, visando à sustentabilidade da vida na terra (DIAS, 2004), dentre outros.

A sobrevivência humana sempre esteve ligada ao meio natural. Mas com o padrão desenvolvimentista de acumulação e concentração de capital, verifica-se uma apropriação da natureza de forma inadequada, onde se retira dela muito além do necessário ao sustento humano em nome do capitalismo que só visa o lucro, provocando desequilíbrio na relação do homem com o meio natural em que o processo de degradação tem aumentado cada vez mais, comprometendo a qualidade de vida da sociedade. Dessa forma se faz necessário medidas urgentes e em todo o mundo quanto a uma conscientização das pessoas que a levam a gerar novos conceitos sobre a importância da preservação do meio ambiente no dia-a-dia, e a educação ambiental é uma ferramenta

que contribuirá significativamente nesse processo de conscientização, pois a E. A. Segundo Dias (2004, p. 523) é:

Processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem novos conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuros, e conseqüentemente a garantia da preservação ambiental como um todo. (DIAS 2004, P.523)

Dessa forma a educação ambiental nesta perspectiva apresenta um caráter interdisciplinar, onde sua abordagem deve ser integrada e contínua, a não ser uma nova disciplina, ou seja, “ a Educação Ambiental não deve ser implantada como uma disciplina no currículo de ensino em conformidade com a lei 9. 795/99”.

Então a Educação Ambiental tem sido um componente e uma busca importante para se repensar as teorias e práticas, que fundamentam as ações educativas, quer nos contextos formais ou informais, deve ser interdisciplinar orientado para resolução de problemas voltados para a realidade local, se adequando ao público alvo e realidade dos mesmos, na verdade os problemas ambientais de acordo com Dias (2004), devem ser compreendidos primeiramente em seu contexto local, em seguida ser entendida em seu contexto global. Nesse caso é importante que ocorra um processo participativo permanente, de maneira que seja apenas e exclusivamente informativa, é imprescindível a prática, de modo a desenvolver praticamente a consciência crítica sobre a problemática ambiental.

De acordo com a lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, Art. 9º, a Educação Ambiental deve estar presente e ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de Ensino público e privada. Observamos, portanto que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os seguimentos e níveis da educação formal e de maneira que seja desenvolvida com uma prática educativa

integrada, contínua e permanente, assim como afirma o Art. 10º da mesma lei. Como perspectiva educativa, a Educação Ambiental deve estar presente permeando todas as relações e atividade escolares, desenvolvendo-se de maneira interdisciplinar, para refletir questões atuais e pensar qual mundo queremos, e, então pôr em prática um pensamento ecologista mundial. A educação ambiental não deve se destinar como uma nova disciplina do currículo escolar, precisa ser uma aliada do currículo, na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento.

Na educação fundamental menor de acordo com Dias (2004), a apresentação de temas ambientais na educação deve dar ênfase em uma perspectiva geral, sendo bastante importante que as atividades sejam desenvolvidas com os educandos, de forma a estimulá-los tendo em vista que nesta fase as crianças são bastante curiosas e é comum uma maior integração e participação das mesmas, onde a aprendizagem nesse sentido deve ser contínua. A partir disso, é importante que sejam apresentados temas pertinentes que levam a uma conscientização, de maneira que esta criança dissemine tal conhecimento, pois é comum uma criança ao adquirir um novo conhecimento repassam principalmente para seus familiares.

Dessa forma é importante que sejam apresentadas práticas ecologicamente corretas para incutir uma conscientização acerca do meio ambiente desde cedo, e a escola tem a responsabilidade de dar suporte para o desenvolvimento de uma educação ambiental de qualidade, estabelecendo o meio ambiente como patrimônio de todos, desenvolvendo atividades voltadas para o artístico, experiências práticas, atividades fora da sala de aula, projetos, etc. Conduzir os alunos a serem agentes ativos que possam contribuir e solucionar problemas relacionados ao meio ambiente podendo ser de forma local, regional, estadual e etc. Em fim que cheguem essas informações a toda população de como se

deve aproveitar e operacionalizar qualitativamente o meio ambiente para o bem do planeta e saúde de todos.

3. Desafios e dificuldades da educação ambiental nas escolas públicas

São muitos os desafios e dificuldades também, pois se encontra na E A ambiental na Educação Básica do Ensino Fundamental nas escolas públicas, que segundo a maioria dos professores são sabedores das responsabilidades socioeducativas a eles confiados, existindo consenso da importância do tema transversal E A, mas existe barreira quanto a aplicabilidade de atividades relacionada a este tema. Os professores são conhecedores do tema, mas não são oferecidas capacitações, cursos, oficinas possibilitando o ingresso da disciplina como temas transversais nos planos de aula. Dessa forma torna-se difícil a conscientização dessa problemática por parte das crianças que sem dúvida seriam bons articuladores na defesa do meio ambiente levando as informações necessárias de conscientização que se deve ter com relação as catástrofes que vem passando o mundo de forma geral.

Assim as dificuldades continuarão a existir, porque por mais que os professores, diretores, secretários de educação tenham a consciência da grave situação por que passa o sistema ambiental no mundo e especificamente no Brasil, não dão essa abertura para que eles anexe em seus planos de aula atividades voltado para a proteção do meio ambiente e que os alunos conseqüentemente possam construir esse conhecimento levando-os para as suas comunidades essa consciência da preservação do nosso meio, tornando-a uma prática pedagógica constante em sala de aula.

Essa educação ambiental busca valorizar e conduzir a uma convivência harmoniosa com o ambiente, conscientizando-os de tentar gerar novos conceitos e valores sobre a natureza, sobre o que se pode e deve ser feito para contribuir na preservação do

meio, tentando assim, estabelecer um equilíbrio entre o homem e a natureza. Dizemos então que a Educação Ambiental não é trabalhada como deveria. Segundo os PCN'S e com base na lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999,

Os professores não são estimulados nem capacitados , a escola não oferece condições adequadas para desenvolver esse tipo de trabalho e como sabemos o professor não é valorizado como deveria, recebendo baixos salários, não tem motivação para ir além do que sua disciplina deve propor aos alunos tendo em vista que E A deveria ser trabalhada de forma integrada por todas as disciplinas, mas essas condições levam ao total desânimo dos docentes sendo este a principal dificuldade encontrada nas escolas. (PCN, 1999)

De fato, o professor não é valorizado como deveria o salário ainda é muito precário para ir mais além do seu objetivo que é trabalhar as disciplinas que já são costumes no currículo. Visto que essa dificuldade enfrentada pela educação ambiental é um problema agravante, pois nas escolas públicas a situação ainda é mais grave, pois a comunidade escolar se reclama que a escola não oferece condições adequadas para que o desenvolvimento de uma educação de qualidade aconteça, visto que os investimentos não são suficientes para que essas aulas se realizem adequadamente como as outras.

É importante que haja uma articulação entre ações educativas voltada para preservação do meio ambiente e a escola é um espaço adequado e privilegiado para que essas atividades sejam desenvolvidas de forma consciente, que através da educação ambiental o aluno busque valores que conduza a uma convivência harmoniosa com o ambiente, alertando também sobre o que pode e deve ser feito para contribuir na preservação do meio e assim se possa ter um mundo melhor.

Conclusões

Conforme pesquisas e estudo realizado entende-se que há uma grande preocupação por parte das entidades dos conselhos criado com o objetivo de incentivar organizações existentes para tratar das questões da preservação do meio ambiente, mas nem um órgão desses funciona sem apoio, sem parceria sem que alguém olhe com bons olhos para a natureza, hora tão castigada pelo descaso do homem. É preciso que os órgãos competentes se deem as mãos, os corações sintam mais “amor” a natureza para juntos mobilizarem as instituições educacionais no sentido de quererem abraçar essa causa que é de todos e para todo o bom senso de dar o primeiro passo nada acontecerá, fruto nenhum vai se colher.

Observa-se que todas as idéias desenvolvidas argumentam a favor de que o tema meio ambiente se incorpore ao cotidiano das instituições de ensino e fora delas também. O objetivo é encontrar contribuições efetivas, que amplie e enriqueça a formação dos cidadãos. Interagir interdisciplinaridade com transversalidade, contemplando a educação ambiental como uma ferramenta na promoção da sustentabilidade. É sem dúvida um caminho para se chegar à concretização de uma realidade que se vem lutando nessa busca incansavelmente.

Referências

BIZZO, Nélío. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas Transversais e ética.** Brasília, 1997.

_____. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9^a Ed. São Paulo. Gaia, 2004.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 2002.

Capítulo 11

A inserção da educação ambiental na prática pedagógica

Maria Adeladia Lins de Albuquerque¹
Theóphilo Michel Álvares Cabral Beserra²

Introdução

A intervenção do ser humano no ciclo da natureza tem gerado sérias consequências para a conservação das mais variadas formas de vida no planeta.

Neste contexto, surgem movimentos ecológicos que visam sensibilizar a sociedade a respeito dos problemas ambientais.

A escola é uma ferramenta importante para conscientizar as pessoas sob as causas ambientais e a possibilidade de extinção da vida no planeta. Para isso, a implantação de projetos ambientais nas instituições escolares deve ser fundamentada na cooperação, participação e geração de autonomia dos autores envolvidos, propagando interação, conscientização e mudança de atitude. Entretanto, dificuldades e discussões surgem quanto à prática da educação nas escolas.

¹Licenciada em Pedagogia. Mestrando Ciências da Educação, pela UNISULLIVAN Inc. Contato: adeladialins1@hotmail.com

² Licenciado em Geografia pela URCA – 2006, Especialista em Geografia em Meio Ambiente pela URCA – 2009 e Mestre em Geografia: Área de Concentração Dinâmica Ambiental e Territorial pela UFC – 2001. Professor do CENTEC até o ano de 2017 e Coordenador Acadêmico Pedagógico da UNISULLIVAN Inc.

Nessa linha, entra em ênfase a preocupação com problemas ambientais, gerados de forma direta ou indireta pela prática antrópica, assim, a sensibilidade dos seres humanos nesse processo é necessária.

A evolução industrial e tecnológica dos últimos tempos levou o meio ambiente a um estado de depreciação nunca visto anteriormente. O homem acreditou em poder tirar o máximo proveito dos recursos naturais do planeta, sem sofrer as consequências de seus atos (NARCIZO, 2009).

O homem pensa que pode abusar da natureza sem depois sofrer as consequências. A natureza não cobra naquele momento a exploração sofrida, mas logo após, vem o castigo que pode colocar em risco a vida de toda a espécie vivente do planeta. A dívida é exorbitante. Infelizmente, já se ver o planeta sofrendo a insanidade do homem. Diante desse processo, a educação ambiental na escola é de extrema importância. Esse é o caminho mais próximo e frutífero da conscientização ambiental.

Um método eficiente e produtivo para trabalhar a educação ambiental nas escolas é de forma interdisciplinar, onde todos os professores contribuam para a sensibilização do educando.

A inserção da temática do meio ambiente como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's - Elaborados entre os anos de 1995 e 1998 por profissionais da educação e de outras áreas) é de extrema importância. A questão ambiental está sendo considerada cada vez mais urgente e fundamental para a sociedade; o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. Essa compreensão já chegou às escolas; muitas iniciativas têm sido desenvolvidas em torno desse processo, por educadores de todo o país.

Os PCN's têm como objetivo principal orientar a elaboração e a revisão dos currículos adotados nos ensinos fundamentais e médios no Brasil. Sobre meio ambiente, o que eles propõem é uma abordagem transversal do tema. Ou seja, a educação ambiental não

pertence a uma específica disciplina, mas sim, corresponde a um eixo a ser contemplado pelas diversas áreas do conhecimento, por ser um tema universalmente importante e de interesse de todo o mundo

É muito importante que as escolas tenham um projeto pedagógico bem estruturado, que incentive professores, funcionários e alunos a atuarem de forma integrada com a comunidade.

A EA, teoricamente, é tema transversal nos programas pedagógicos, porém, na prática, isso não ocorre. Falta incentivo, e muitas vezes, o conhecimento do próprio professor nessa área é deficiente (SARAIVA, 2008).

Porém, sob esse pensamento, Boutinet (2002) em sua pesquisa ao elaborar uma reflexão sobre os projetos, encontrou confusões de seu entendimento no campo educacional, provocadas talvez, por uma valorização excessiva, como estes fossem dotados de “virtudes mágicas” que pudessem de uma hora para outra, quebrar a rigidez dos programas escolares e seu caráter coercivo ou resolver os dilemas de aprendizagens dos alunos.

O sistema educacional deve centralizar-se na busca de conhecimento, criatividade e criticidade em relação ao mundo; os problemas ambientais são fundamentalmente decorrentes da ausência de formação e informação, com fortes implicações para políticas educacionais e ambientais. A formação do cidadão consciente certamente contribuirá para um mundo com menos desigualdade e com um desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade, sob todos os aspectos.

1. Educação Ambiental

A educação de modo geral é um mecanismo que tem como objetivo o ensino e a aprendizagem. É um fenômeno que engloba toda uma sociedade. É necessária à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

A educação no eixo ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1999, e desde então, tenta despertar em todos os indivíduos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. O início da civilização coincidiu com o uso do fogo e outros instrumentos para mudar o ambiente, porém, com os avanços tecnológicos, esquece-se da dependência da natureza contínua.

A EA nasceu como um método educativo, de formação da cidadania, com princípios que rompem com a ideia de que as causas dos impactos ambientais residem apenas, entre outros fatores, na explosão demográfica, na agricultura intensiva e na crescente urbanização e industrialização.

Os problemas causados pelo aquecimento global obrigaram o mundo a analisar sobre a necessidade de impulsionar a EA. O planeta que se vê hoje é demasiadamente preocupante e deve ser levado a sério. Medidas inteligentes precisam ser tomadas de imediato. As consequências irão atingir a todos, sem exceção.

1.1. Quem pode praticar a educação ambiental

O indivíduo que pratica a EA no sistema de ensino é visto como educador ambiental e não obrigatoriamente pode ser um “professor”. Qualquer indivíduo da sociedade pode se tornar um educador ambiental. Contudo, é atribuída de forma oficial ao biólogo a atuação na área; trata-se de uma atividade que condiz múltiplos conhecimentos, e assim, um profissional de abrangência e conhecimento ímpar, mesmo que outras áreas atuem neste campo, cabe aos biólogos desenvolver verdadeiramente essa área do saber.

A complexidade ambiental é assim, um mosaico de alternativas e diferenças. Uma construção coletiva que visa, acima de tudo, a noção holística do ambiente, sem reduzi-lo a processos ou pessoas, buscando sua visão ampla e profunda ao mesmo tempo, dinâmica e pulsante, numa incursão pelos conhecimentos e modos de vida humanos (TRISTÃO, 2005).

Quando há a coletividade, a interação, toda uma comunidade unida, visando o melhor, em prol de um ambiente saudável, produtivo e benéfico, acessível a todos, torna-se uma missão com alta probabilidade de êxito, mesmo que seja em pequena parcela. Como diz o ditado popular: “é com pequenas gotas de água que é formado o extenso oceano”.

O objetivo de uma pedagogia do ambiente é que o ser humano conheça o seu meio para que possa agir de forma ética e responsável, deixando de agir como se não houvesse consequências ou como se a natureza fosse infinita. É a educação para a vida, através do respeito, responsabilidade e solidariedade (CARNEIRO, 2006).

A implantação da EA nas escolas deve levar a efeito a ideia de não focar seu desenvolvimento em um indivíduo ou grupo deles dentro da escola, ou ser dependente de indivíduos de fora dela. Todavia, deve ter como horizonte a formação de valores e comprometimento em todos os profissionais que trabalham no ambiente escolar, independente do cargo que ocupam, assim, do jardineiro à diretoria. Desta forma, todos da instituição escolar ficarão inseridos no projeto.

O modelo mais inteligente e nobre de propor métodos para a solução de problemas é dar liberdade, é permitir aos envolvidos na questão a discussão e debate sobre as melhores formas. O ato de impor tornar-se inapropriado e com possibilidades de causar bloqueio nas ideias e habilidades dos indivíduos envolvidos. Quando todos trabalham em união, respeitando e valorizando cada um, o sucesso é imediato e produtivo. A autovalorização dar segurança e ativa a criatividade do ser humano.

Com isso, considera-se ser eficaz um projeto de EA em uma escola que seja implementada com uma metodologia tal que permita que ele seja continuado após o fim do processo de treinamento, ou seja, de se tornar sustentável ou ainda parte da cultura da escola (SANTOMÉ, 1998).

Como perspectiva educativa, a EA deve estar inserida em todos os segmentos e níveis da educação formal de maneira que seja desenvolvida como uma prática educativa integrada e permanente. Deve ser incrementada de forma interdisciplinar, refletindo questões atuais, pensando qual mundo é desejado. Colocando em prática um pensamento ecológico mundial. A EA não deve se destinar como uma nova disciplina do currículo escolar é necessário ser uma aliada do currículo, na busca de um saber integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento.

É fundamental a exposição de práticas ecologicamente corretas para incutir uma conscientização acerca do meio ambiente desde cedo. A instituição escolar tem a responsabilidade de dar suporte para o desenvolvimento de uma educação ambiental de qualidade; expondo e desenvolvendo atividades artísticas, experiências práticas, exercícios fora de sala de aula, projetos e uma série de atividades lúdicas, prazerosas e rica na qualidade da aprendizagem. Essas ações conduzem aos alunos a serem sujeitos ativos e autônomos, nunca meros sujeitos passivos ou expectadores no mundo.

2. Inserindo a EA nas ações pedagógicas

Com o avançar dos anos, percebe-se que uma boa parcela da população tem manifestado interesse e iniciado algum trabalho em benefício do meio ambiente, todavia, a maior parte das pessoas ainda não atinou para a relevância de alguns temas como degradação ambiental e desenvolvimento sustentável. A degradação do meio ambiente vem aumentando cada vez mais, ao mesmo tempo, seu ritmo acelerado em decorrência da apropriação cada vez maior pelo homem, em prol de suprir suas necessidades.

As ações do ser humano sobre o meio, ou natural, ou construído, estão prejudicando não só a qualidade de vida atual, mas como também a qualidade das gerações futuras. Com base na

análise de Dias (2004), estão produzindo um mundo que nenhum indivíduo anseia. A partir dos grandes avanços científicos e tecnológicos, o homem experimentou um imenso desafio à sua sustentabilidade, fruto de uma educação que “treina” as pessoas para serem consumidoras úteis, lucrativas, egocêntricas e ignorar as consequências das suas ações.

Na medida em que cada indivíduo toma consciência da importância da preservação do meio em que vive, já é o primeiro passo para a mudança de atitude, o que auxilia diretamente na preservação dos recursos naturais. Sob essa análise, a educação ambiental vem adquirindo mais espaço e é vista cada vez mais como tema transversal, fundamental para essa tomada de consciência.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento da EA, no contexto da escola, pode ser uma das possibilidades de provocar mudanças significativas tão precisas no pensar e agir dos indivíduos como relação ao ambiente. Nessa análise, Penteadó (2001) afirma que, diante da problemática da degradação e de conflito de interesses que envolvem o meio ambiente, é na escola que tais aspectos podem ser conjugados.

A respeito do educador ambiental (LOUREIRO, 2004), aborda o seguinte:

A educação ambiental não se refere exclusivamente às relações vistas como naturais ou ecológicas como se as sociais fossem a negação direta destas, recaindo no dualismo, mas sim, a todas as relações que nos situam no planeta e que se dá em sociedade-dimensão inerente à nossa condição como espécie. Assim, o educar “ambientalmente” se define pela unicidade dos processos que problematizam os atributos dos grupos sociais, com os que agem nas esferas política e econômica quanto propicia caminhos sustentáveis e sinaliza para novos padrões societários. (LOUREIRO, 2004. P.79).

Algumas situações vivenciadas nas salas de aula para a inserção da educação ambiental, que é vista de forma positiva,

porém minimizada ou temporária, como exemplo, as comemorações, tais como: Dia da Árvore, Dia do Meio Ambiente, Dia da Água; assim, nessas datas, várias manifestações de comportamento ecologicamente certo são expostas, até mesmo, debatidas. Mas, uma vez passadas as comemorações, esquecem-se os temas discutidos e logo, todos voltam à rotina normal. Infelizmente, não existe a continuidade dos trabalhos e, portanto, não há mudança de pensamento e muito menos, de atitude.

Segundo Carvalho (2004), é fundamental situar o educador como mediador das relações sócio educativas, coordenando ações, pesquisas e reflexões, não sendo apenas escolares, mas também administrativas, que oportunizem novos processos de aprendizagens.

Trabalhar na sala de aula sob o foco da educação ambiental é benéfica e evolutiva, além de prazerosa, conforme o método utilizado.

Segundo Loureiro (2004), o educar no sentido de transformar significa romper com as práticas sociais contrárias à desigualdade social, pautando-se em mudanças éticas.

A inserção da EA em todos os segmentos praticados nas salas de aula é uma poderosa ferramenta na formação de cidadãos de todas as idades, conscientes das suas responsabilidades com o mundo. A EA deve ser introduzida em todos os níveis da escolaridade, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental I, onde o educando ainda está iniciando o desenvolvimento da sua personalidade. A conscientização torna-se mais consistente e produtiva nessa fase da vida, não excluindo a importância dos anos posteriores. De forma geral, quando inserida eficazmente essa educação em todas as modalidades de ensino, o aluno, quando bem estimulado, pode englobá-la em casa, no bairro e em todos os setores da vida em sociedade, do tipo, compartilhar com os demais as atitudes e comportamentos sustentáveis. Doando o melhor de si, é semear o bem no intuito de preservar o planeta, possibilitando assim, à mãe natureza, o retorno dos bens que lhe

pertence por direito, à sua própria “essência”, ao menos, o pouco que ainda pode absorver. Ações como essas, proporcionam uma melhor qualidade de vida, desde as gerações atuais e as futuras. O ser sustentável de fato, pode abranger tudo e todos, de forma benéfica para toda a humanidade. É algo potente universalmente.

Nesse contexto, Loureiro (2004. P.73) diz:

{...} podemos nos educar para novos modos de consumo, mas isto tem que se ligar a um novo modo de produção e, no capitalismo, tais atividades adquiririam uma escala mundial impossível de ser alterada totalmente se não em termos globais. É preciso ter claro que a atuação educativa específica ocorre no conjunto das relações em que está se insere, pela qual se define, é condicionada e/ou visa alterar, necessitando estar combinada com outros locais, agentes, saberes e poderes.

Entende-se que a inserção da AE no contexto educacional deve ser bem trabalhada, levando em consideração os aspectos ambientais em que a escola está inserida, buscando um método de conscientização ambiental que produza ações para preservar um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A escola de fato, torna-se um espaço valioso para a conscientização de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos na preservação do meio ambiente de forma geral.

2.1. Desafios da escola

O grande desafio da escola de hoje é o “fazer pedagógico”; fazer que de verdade, a EA não seja apenas utopia, quando desenvolvida pelo professor, todavia, que acarrete conhecimento ao aluno, ao qual levará esses importantes saberes para a sua vida e a de todos que estejam ou não à sua volta, ou seja, que possa passar adiante os ensinamentos para a humanidade e de todo o planeta.

Além da inserção da EA na proposta pedagógica, é essencial que os educadores estejam aptos para incorporá-la às suas atividades, sabendo que as questões ambientais fazem parte da vida de toda a população e devem ser articuladas às diversas áreas do saber.

Analisando esse item, a formação contínua dos profissionais da educação é fundamental. É o primeiro passo para o avanço de um ensino de qualidade.

Quando bem executada a EA no plano pedagógico, envolvendo-o nas disciplinas estudadas, com base na metodologia aplicada em sala, as aulas tornam-se possivelmente lúdicas, interativas, dinâmicas e envolventes. O “trabalhar” o meio em que se vive pode ser prazeroso e frutífero. O cenário da sala talvez se transforme em um ambiente mágico. Tudo vai depender do conhecimento do professor e o seu compromisso com o “educar para a vida”, de uma forma globalizada; sem contar com o sentimento de amor pela sua profissão. Quando há seriedade, comprometimento e dedicação no que se faz, o resultado pode ser excelente. O mais difícil é o primeiro passo, que é o início, porém, após ultrapassar esse caminho, a inspiração e o prazer tomam conta do profissional, como se uma energia criadora, poderosa e hábil tomasse forma e envolvesse o espaço, auxiliando na produtividade e sucesso do projeto em execução.

A busca por uma educação de qualidade, com profissionais e alunos autônomos que tenham “capacidade de assumir uma presença consciente no mundo” FREIRE (1996), é uma procura contínua que transcende ao desenvolvimento de uma consciência ambiental; a EA articulada às ações de ensino só será possível com o desenvolvimento total do sujeito.

Conclusões

Anseia-se que este estudo enriqueça a discussão sobre a EA e a sua inserção na prática pedagógica, contribuindo, portanto, para

a ação de multiplicadores e elaboração de medidas que possam auxiliar na prática em sala de aula.

É visível a dimensão dos desafios da escola atual, assim, o exercer, o fazer pedagogicamente, faz-se necessários e urgentes métodos eficazes no combate as complexidades envolvidas.

O objetivo dessa pesquisa é proporcionar à classe dos profissionais da educação uma análise profunda, questionadora e talvez, produtiva e eficaz da inserção da EA na sua prática pedagógica, viabilizando ainda uma reflexão da sua própria metodologia utilizada, onde possa rever seus conceitos e melhorar o seu trabalho em sala de aula.

Aquele professor que aprende a aprender e executa essa aprendizagem no exercício da sua profissão, qualificando-a no mais elevado nível, fazendo a diferença na qualidade do ensino, é um profissional fascinante e um dos maiores contribuintes do bem viver do planeta.

É bom lembrar que a EA se inicia em casa, com a família, porém, é na escola que o conhecimento é multiplicado, provavelmente, com maior profundidade, isto, quando bem transmitido no espaço escolar.

Espera-se que o meio ambiente seja trabalhado com êxito como um todo com os alunos, na tentativa de provoca-lhes mudanças de atitudes e conseqüentemente, consciência ambiental para as gerações futuras.

Referências

- BOUTINET, J-P. **Antropologia do projeto**. Artmed, Porto Alegre, 5 eds. 218 p. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. 2002.
- CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Fundamentos epistemo - metodológicos da educação ambiental**. Educar, Curitiba: UFPR, n. 27, p. 17-35, 2006.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação.** In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidade da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004, p.13-24.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

EDUCAÇÃO Ambiental – Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/educação](http://pt.wikipedia.org/wiki/educa%C3%A7%C3%A3o). Acesso: 21.04.15, às 15 h.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental transformadora.** In: LAYRARGUES P. P. (Coord.). **Identidade da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004, p.65-84.

NARCISO, Kaliane Roberta dos Santos. **Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas.** Mestrado Educ. Ambiental. V. 22, 2009.

PENTEADO, H. D. **Meio ambiente e formação de professores.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOMÉ, Jurgo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1998. 274 p.

SARAIVA, NASCIMENTO E COSTA. **A prática pedagógica do ensino de educação ambiental nas escolas públicas de João Câmara – RN.** Holos, Ano 24, Vol. 2 81, 2008.

TRISTÃO, MARTHA. **Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido.** Educação Pesquisa. V. 31, n.2, p.251-264, 2005.

Capítulo 12

Pesquisa acadêmica: educação ambiental, conscientização e contribuição para a escola

Luciana Varela Rocha Matias¹

Estanislau Ferreira Bié²

Introdução

O termo educação é muito amplo, mas podemos dizer também que se refere a instruir, educar, desenvolver o indivíduo e formar o cidadão para viver em sociedade, sendo assim, a educação ambiental se apresenta como uma educação específica e diante disso, mobiliza-se a uma ação educativa, contribuindo para a conscientização do cidadão para conviver em sociedade e, assim preservar o meio ambiente.

¹ Luciana Varela Rocha Matias. Graduada em Pedagogia e Letras (URCA) Especialista em Língua Portuguesa e Arte Educação (URCA) Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. Analista em Gestão Educacional do Estado de Pernambuco. Endereço do Lattes:<http://lattes.cnpq.br/8678800106220354>.

² Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL-Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC-Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela UNIPACE-Universidade do Parlamento Cearense; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO-Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE-Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo INTA-Instituto Superior de Teologia Aplicada; Licenciado em Ciências da Religião pelo INTA-; Licenciado em História pelo INTA-; Licenciado em Pedagogia pela FAK-Faculdade Kurios. Militar (Oficial da Reserva).

A educação ambiental, não com este nome nem com a consciência adquirida no mundo contemporâneo, mas ela se faz presente desde o início do homem no mundo, havia uma relação de respeito e troca com o meio de sobrevivência dos seres vivos, que podemos afirmar que esta consciência se apresentava de forma inata. Gerações foram aprendendo e apreendendo os valores de usufruir e cuidar do bem natural que lhes davam o sustento, no entanto a população foi aumentando e surgindo a necessidade de retirar mais e mais recursos da natureza para sustentar sociedades que começavam a se formar e se organizar. Com isso, chegando o “progresso”, as indústrias e fábricas deram início à exploração desordenada da natureza, passando a não mais cuidar, somente usufruir.

Nas últimas décadas houve uma mudança significativa de conscientização e ação com relação à educação ambiental, devido às inúmeras agressões, descaso e explorações dos recursos naturais do nosso planeta. Saber relacionar-se com o meio ambiente e estar preocupado com o desenvolvimento sustentável virou necessário e urgente.

E agora, no mundo contemporâneo, depois de tantas formas de exploração e descaso, é cobrada a conta para todos os habitantes do planeta, com a degradação e os impactos ambientais, todos os olhos se voltam para as mudanças de atitudes e são criadas conferências, manifestos, tratados, acordos para preservar, cuidar e manter o que ainda se tem e preparar as gerações para um futuro bem escasso. Ações que o homem já conhecia e abandonou devido ao poder e ganho financeiro desordenado. Catástrofes naturais são sentidas em todo o planeta, devido a intervenção desenfreada do homem na natureza.

A escola é um ambiente que atende de forma primordial e muito positiva a propagação e apreensão das ações a serem desenvolvidas no cuidar da natureza, pois o cuidar e preservar precisa ser ensinado desde os primeiros anos escolares, aprender é diferente de reaprender valores e atitudes que respeite, preserve o

meio ambiente. Assim sendo a escola dá a possibilidade de aprender e repensar práticas sociais. Segundo a autora (BARROS, 2009):

“Uma educação para contribuir com a formação de homens e mulheres críticos, que compreendam a necessidade de estabelecer uma nova dinâmica de relação com o seu ambiente. Tendo clareza sobre essas questões, nossa prática cotidiana em sala de aula será conduzida com os valores apreendidos pela educação ambiental (...) é preciso muita atenção com o trabalho nos anos iniciais, fase em que as crianças estão repletas de curiosidades e trazem saberes diversos, articulados em momentos distintos de sua socialização”.

É sob esta perspectiva que se reafirma a importância de uma educação ambiental bem presente na escola, que conscientize os alunos para a preservação do meio ambiente, garantindo ações desenvolvidas no meio em que cada um vive e, fazê-los compreender que “em se tratando de planeta terra, somos todos vizinhos”.

Diante do exposto, formularam-se as seguintes questões norteadoras para a presente pesquisa: Qual a posição da educação formal diante desta realidade ambiental? Como os professores estão conscientizando e trabalhando a educação ambiental com seus alunos?

Objetivamos neste estudo, identificar e explorar a bibliografia, de forma sistemática e integrada a fim de conhecer a educação ambiental: da conscientização a contribuição das escolas com suas principais ações norteadoras do processo de transformação de atitudes que ela propõe ao alunado e toda comunidade escolar.

No tocante às contribuições do estudo para o campo da educação e sociedade, tem-se que pode atuar na garantia de uma melhor qualidade de vida e sobrevivência do planeta se cada um fizer a sua parte, se forem orientados a forma de agir e como se

agiu até os dias de hoje, podendo assim contribuir fornecendo dados e subsídios aos profissionais da educação sobre o que está sendo feito e como está ocorrendo às ações pedagógicas referentes à educação ambiental. Como também pode desencadear para um debate a ser travado no sentido de rever e aprimorar o processo de uma maior formação do profissional da educação para as lacunas que sejam identificadas neste estudo.

1. Educação ambiental e educação escolar

A temática educação ambiental é muito discutida nos dias de hoje, devido à degradação do meio ambiente e por conta disso, alterações no ecossistema. Catástrofes são noticiadas em todo o mundo e os recursos naturais antes utilizados como recursos inesgotáveis, depois esgotáveis e agora escassos leva-nos a criação de uma conscientização acompanhada de ações que desenvolvidas possam garantir um novo modo de viver, um olhar visionário para a melhoria de vida da população mundial. De acordo com a Lei 9.795/1999:

Art. 1º. “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Uma visão mais consciente dos problemas socioambientais que estão sendo enfrentadas é analisada pela educação ambiental crítica que tem um conhecimento que se contrapõe ao já adquirido do que seja a educação ambiental, ou seja, ela critica a educação ambiental que é inserida de forma conservadora, dominante e ideológica, que faz parte do sistema que domina, oprime e impede um olhar realista do que provêm os problemas sociais e ambientais.

A educação ambiental crítica também é aliada aos interesses das classes sociais mais afetadas pelos problemas ambientais, é nesse ponto que entra as reflexões de Freire com o processo educativo do sujeito no mundo, pois ensinar exige mais que apenas transmitir conhecimentos, para ele é criar meios e caminhos para a produção e construção. Segundo o autor (FREIRE,1996). “É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”.

A educação para Freire não se prende somente a uma educação formal, a sala de aula e do que é ensinado nela, seus ensinamentos contam também com uma conscientização de sujeito inserido no mundo e seu público alvo se concentra, nos jovens e adultos que estudam e trabalham. O professor possui um conhecimento prévio dos alunos e partindo desse princípio o conhecimento é construído, professor e alunos participando desta construção. Para ele a sala de aula serve também para desenvolver a criticidade dos alunos para estes terem a possibilidade de combater injustiças sociais. O ensino em que o professor absolutiza o conhecimento e somente repassa conteúdos já prontos para os alunos, é um ensino que aliena e limita os educandos, a esta educação ele denominou “bancária”. Como nos mostra (FREIRE, 1987):

“Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual está se encontra sempre no outro. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca”.

A preocupação de Freire com o ensino sempre foi aversão ao tradicional, ao que aliena e domina sem direito de reagir ao que é imposto pela sociedade capitalista e suas ideologias cultural, social e política de dominante e dominado e que a luta é pelo bem social, portanto esta luta é também ambiental, conscientizar a exploração imposta pelos dominantes, para ele significa melhorar a relação sujeito e ambiente.

Considerando que a educação ambiental é ampla, envolve sujeito e ambiente, podemos apresentar de forma efetiva e necessária sua abordagem teórica, metodológica e prática na escola de forma essencialmente a propagar uma conscientização ambiental e, assim atribuir às mudanças de posturas e hábitos de vida, resultando em uma melhoria do planeta. A lei ambiental diz que “todos têm direito à educação ambiental”:

Art. 3º - II - “às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Lei 9.795/1999.

Na educação formal a lei relata que a “educação ambiental na educação escolar, a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privada”, entende-se por educação básica com base na lei 9.795/1999:

Art. 9 - a) educação infantil; b) ensino fundamental e; c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos.

O desenvolvimento da educação ambiental será “como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. Garante a lei 9.795/1999:

Art. 10 - § 1º “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

Entre os cinco temas transversais que podem ser abordados na escola está o meio ambiente que deve ser trabalhado nas aulas de forma contextualizada e contínua, e dessa forma se faz necessária à organização dos docentes em buscar trabalhar de forma participativa e conjunta, proporcionando uma interdisciplinaridade no ensino para que os alunos possam aprender, visando à educação realmente como um meio de transformação social.

A lei ambiental 9.795/1999 diz ainda que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. No seu artigo:

Art. 11. Parágrafo único. “Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental”.

A unificação dos docentes no trabalho interdisciplinar em educação ambiental, ainda fica mal-entendida, os trabalhos são realizados, em grande parte, em forma de projetos e incluindo somente os professores das disciplinas de biologia no ensino médio e o de ciências no ensino fundamental.

Percebe-se que há ausência de capacitações e formações para os docentes que trate dessa temática, trazendo para si a responsabilidade de conscientizar os alunos e trabalhar o tema independente de sua área de atuação na escola, percebe-se também a abordagem sobre o tema do meio ambiente somente para a disciplina de biologia e\ou ciências, mas a responsabilidade deve ser de toda a comunidade escolar, contribuir para a conscientização e preservação do meio em que vivemos.

2. Procedimento metodológico

Realizou-se no período de maio e junho de 2015 um levantamento bibliográfico, do tipo revisão integrativa, em que se buscou identificar e analisar os artigos relacionados à educação ambiental na escola com sua conscientização e contribuição pedagógica, bem como as implicações desse processo.

A revisão integrativa proporciona ao pesquisador um método de aplicabilidade de um referido estudo. Esta técnica inclui a análise de pesquisas relevantes sobre determinado assunto que podem servir de sustentação para que ocorra uma melhoria da prática do profissional em alguma área de interesse de estudo, baseada na síntese de conhecimento e na verificação de lacunas identificadas nos estudos analisados.

Para a composição e seleção dos artigos que compuseram a amostra, adotaram-se os seguintes critérios de inclusão: o ano de publicação, em que foram consideradas as pesquisas publicadas entre os anos de 2009 a 2015, em periódicos da área de educação indexadas nas seguintes bases de dados: Capes, Scielo e Google Acadêmico.

Como também pesquisas realizadas no Brasil com textos em português, que estejam disponíveis em texto completo e, por fim, artigos relacionados diretamente ao tema. E como critérios de exclusão: artigos que traziam em seus resumos aspectos diferentes aos objetivos deste levantamento.

Os descritores utilizados para pesquisa dos artigos foram “Educação Ambiental. Conscientização. Escola”. A busca foi realizada pelo acesso on-line e, utilizando os critérios acima citados, a amostra final desta revisão integrativa foi constituída de 16 artigos.

A busca e seleção dos artigos restringiram-se ao período temporal definido para a investigação e na relação direta dos artigos com o tema proposto. E para tal realizou-se a análise do

título, dos resumos, dos descritores e palavras dos textos publicados.

A apresentação dos resultados e discussão dos dados obtidos foram feitas de forma descritiva, como também foram dispostos em tabelas e apresentados em termos de frequência absoluta e percentual, possibilitando ao leitor a avaliação da aplicabilidade da revisão integrativa elaborada, de forma a atingir o objetivo desse método, ou seja, impactar positivamente a prática ambiental nas escolas, a fim de fornecer subsídios para uma maior efetiva qualidade do trabalho pedagógico junto à educação ambiental.

3. Resultados e discussões

De acordo com a realização do levantamento dos artigos relacionados à temática pesquisada, encontrou-se 16 estudos, que para melhor compreensão, foram distribuídos conforme o ano de publicação, apresentados na tabela 1.

Tabela 1. Caracterização dos artigos de acordo com o ano de publicação.

Ano de Publicação	Nº Artigos	%
2015	1	6,25
2014	1	6,25
2013	1	6,25
2012	3	18,75
2011	3	18,75
2010	4	25,00
2009	3	18,75
TOTAL	16	100,00

Fonte: Autores

Em relação aos anos de publicação dos artigos, estes se encontram compreendidos dos anos de 2009 a 2015, sendo feita uma retrospectiva dos últimos seis anos. Demonstrando assim que a temática de abordagem de educação ambiental esteve presente

nas produções literárias e que autores se preocuparam em estudá-la.

Percebe-se que a educação ambiental vem sendo tema de debates em todo o mundo, mas que nas escolas esta temática precisa ser melhorada. O ano de 2010 foi o que mais se destacou na temática 25%, diante dos artigos selecionados para estudo e os três últimos anos um total somente de 6,25% ao ano.

O professor precisa entender que ele desenvolve um papel de fundamental importância na formação de opinião e do cidadão, uma função social e política dentro de uma sociedade. Os educadores devem contribuir nas escolas com uma conscientização para a mudança de postura diante das agressões ao meio ambiente, abrindo espaço nas escolas para esta prática, contando com o auxílio do tema transversal (meio ambiente) e os parâmetros curriculares nacionais viabilizando, assim um caminho essencial e necessário no planejamento e execução do ensino da educação ambiental. Relata (LISBOA, 2012):

“Sem dúvida, a escola é um espaço fecundo ao trabalho no campo da EA, e os PCN oferecem aos professores possibilidades concretas, pertinentes ao currículo escolar, pois estão atentos às contribuições de cada área do conhecimento. Esse trabalho pode iniciar-se na escola, ampliando-se para a comunidade local e, quiçá, ajudando na formação de cidadãos atuantes local e globalmente.

Certamente a transversalidade é uma aposta que vale a pena ser feita por sua potencial forma de corresponsabilizar a todos e a cada um pelo entendimento e pela consequente proteção do ambiente como patrimônio de qualquer ser vivo”.

Tabela 2. Distribuição dos artigos de acordo com o periódico.

Periódico	Nº Artigos	%
Revista Educação Cultura e Comunicação – FATEA	1	6,25
Ciência e Educação	2	12,50
Revista Brasileira de Educação Ambiental	1	6,25
Revista Contemporânea de Educação	1	6,25
Revista Sociedade e Natureza	1	6,25
Revista FACEVV	1	6,25
Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA	1	6,25
Cadernos CEDES	1	6,25
Revista em Educação	1	6,25
Revista Eletrônica da Faculdade de CERES – REFACER	1	6,25
Revista GeoAmbiental (online)	1	6,25
Revista Interdisciplinar da APUC Minas no Barreiro	1	6,25
Revista de Extensão do Instituto federal de Alagoas – EXTIFAL	1	6,25
Revista Âmbito Jurídico	2	12,50
TOTAL	16	100,00

Fonte: Autores

Podemos observar que a revista Ciência e Educação e Âmbito Jurídico constituiu o principal meio de divulgação dos trabalhos relacionados aos fatores associados a educação ambiental e escola, tendo 12,50% das publicações. Salientando que se trata de um periódico que publica artigos que contribuam ao estudo do meio ambiente em geral e disciplinas afins, demonstrando o quanto é necessário abordar o tema.

Outra variável analisada foi à área de pesquisa da publicação, cujos resultados estão apresentados na tabela 3.

Tabela 3. Caracterização dos artigos de acordo com a área de publicação.

Área de Publicação	Nº Artigos	%
Educação	10	62,50
Educação Ambiental	4	25,00
Jurídico	2	12,50
TOTAL	16	100,00

Fonte: Autores

De acordo com a tabela acima, vemos que a área da educação em que houve mais publicações sobre o assunto abordado, onde estas perfazem 62,50% das publicações no período de cerca de seis anos. O que nos leva a ver que os professores e alunos estão pesquisando sobre o assunto, em busca de novos conhecimentos.

Como também nos revela a problemática de que a educação ambiental pode não ser tão priorizada como deveria ser, como ainda nos leva a refletir a que passo está a real situação da conscientização e das mudanças necessárias. Como nos diz (LISBOA; KINDEL, 2012):

“A aprendizagem voltada para o reconhecimento dos direitos e deveres de cada um, recompondo os erros cometidos no passado e ressaltando os valores de cidadania, deve ser a principal estratégia da escola ao resgatar seu real compromisso com a sociedade, ou seja, formando cidadãos e intelectuais comprometidos com o bem comum e a coletividade. Não há espaço, nessa nova visão de escola, para interesses individuais ou de determinados grupos dominantes”.

Tabela 4. Caracterização dos artigos de acordo com a região do Brasil em que foi realizado o estudo.

Região de Realização do Estudo	Nº Artigos	%
Brasil	12	75,00
Nordeste	1	6,25
Sudeste	2	12,50
Sul	1	6,25
TOTAL	16	100,00

Fonte: Autores

No que se refere aos dados sobre a região do Brasil em que foram realizados os estudos, duas informações nos chamam a atenção. Primeiro que de uma forma geral o tema é abordado de forma ampla e geral, o Brasil ficou com um percentual de 75,00% dos estudos. Segundo é que de forma regional ainda merece um maior destaque nos estudos a serem realizados.

Sendo assim em nível de Brasil vem ultrapassando barreiras e adentrando o âmbito das pesquisas, buscando através da ciência conhecer seus problemas e assim promover a resolutividade de um modo mais amplo.

Tabela 5. Caracterização dos artigos de acordo com a abordagem dos itens considerados insuficientes e/ou inexistentes na prática da educação ambiental nas escolas.

Itens insuficientes na educação formal	Nº de vezes citado nos artigos	%
Livro didático	2	6,25
Interdisciplinaridade	4	12,50
Conscientização	8	25,00
Formação do professor	1	3,125
Capacitação do professor	2	6,25
Reciclagem	2	6,25
Formação de rede (comunicação)	3	9,375
Estrutura física e suporte pedagógico	1	3,125
Disciplina/Currículo/Conteúdo	5	15,625
Desequilíbrio econômico do capitalismo	2	6,25
Ausência de Projetos permanentes	1	3,125
Ausência de obrigatoriedade	1	3,125
TOTAL	32	100,00

Fonte: Autores

Na tabela 5 estão expostos os temas abordados pelos 16 artigos que foram apontados como ineficazes ainda. Percebe-se uma significativa variedade de itens que deveriam estar sendo repassados de forma efetiva e eficaz pela escola.

Todos os itens apontados são preocupantes, mas há de se destacar que a ausência de obrigatoriedade, formação do professor, estrutura física e suporte pedagógico, ausência de projetos permanentes, perfazendo 3,125%, foram apontados como os mais ineficazes na escola. Sendo que estes quesitos são de grande importância para assegurar um bom andamento dos trabalhos pedagógicos.

É interessante destacar também que dos artigos analisados os mais identificados pelos autores foram disciplina/currículo/conteúdo apontando 15,625% e conscientização perfazendo 25% da temática.

Estes achados podem inferir também na falta de capacitação permanente dos profissionais da educação, que devem estar em constante atualização para melhor atender o alunado.

Para (BARROS, 2009) “A educação ambiental crítica a que propõe a discussão sobre os papéis sociais de cada um e visa à atuação política. Constitui um desafio à escola, mas também uma oportunidade para rever concepções e ações pedagógicas”.

Tabela 6. Recomendações oferecidas pelos autores para a aplicação do conhecimento produzido.

Recomendações dos autores	Nº de vezes citado nos artigos	%
Trabalhar educação ambiental nas escolas ainda é um desafio.	2	6,25
Conscientizar os indivíduos para mudar atitudes ambientais	4	12,50
Trabalhar a educação ambiental em cima dos conhecimentos dos alunos.	2	6,25
Livro não é satisfatório a temática, mas também ele é somente um apoio pedagógico.	2	6,25
Estrutura escolar para ensino e pesquisa.	2	6,25
Capacitação dos professores	3	9,375
O problema da crise ambiental é político, a escola sozinha não consegue muita coisa.	3	9,375
Educação ambiental nas séries iniciais torna o sujeito parte integrante do meio.	1	3,125
Projetos com prazo determinado.	2	6,25
A comunidade escolar precisa se envolver nos trabalhos desenvolvidos na escola.	2	6,25
Escola como espaço educativo e ampliado com rede ambiental resultando em comunicação e cidadania.	1	3,125
Compromisso social para a mudança de atitudes ambientais.	3	9,375
Interdisciplinaridade	2	6,25
PPP da escola	1	3,125
Reciclagem	2	6,25
TOTAL	32	100,00

Fonte: Autores

Constatou-se a existência de recomendações dos autores com base nos resultados das pesquisas analisadas, pode-se

observar na tabela acima que as abordagens sobre o tema se encontram em índices semelhantes e muito próximos uns dos outros, constatado que deveria haver uma melhoria de uma forma geral nas escolas sobre o ensino e aprendizagem da educação ambiental.

Podemos verificar, além disso, que o destaque maior é realmente para a conscientização 12,50%, o que é primordial para as mudanças necessárias nas escolas. Segundo (BARROS, 2009):

“A lógica do homem como possuidor da natureza dominou o conhecimento científico moderno e influenciou os currículos escolares, inserindo a ideia de natureza por seu valor utilitário e reforçando uma postura antropocêntrica, pela qual o homem quer dispor de todas as coisas, dominá-las e transformá-las. Essa visão predominante na sociedade contribui para manter a crise ambiental que presenciamos.

Para superarmos concepções ambientais dualistas, do tipo homem/natureza, precisamos modificar nosso modo de encarar os acontecimentos, percebendo-os como problemas complexos e dinâmicos, inseridos numa teia de saberes e relações. Precisamos compreender que a resolução desses problemas envolve aspectos diversos e a participação de diferentes instâncias da sociedade. Portanto, não basta dominarmos a tecnologia, mas também estarmos atentos às questões éticas e políticas. É fundamental modificarmos a relação que temos com os outros elementos do ambiente e nos colocarmos como parte desse ambiente para avançarmos na luta pela melhoria ambiental e qualidade de vida”.

Neste sentido, é indiscutível que a atenção à conscientização precisa de melhorias, que irão afetar beneficentemente a população de forma geral.

Conclusões

Tendo em vista o que foi apresentado no presente estudo, nota-se, partindo da temática abordada, um material publicado, com concentração maior no ano de 2010, perfazendo um total de

25,00% e com prevalência na Insuficiência de conscientização sobre a educação ambiental e sobre tudo que envolve essa temática.

Verificou-se a maioria de pesquisas que foram desenvolvidas de uma forma geral, contemplando o Brasil, o que vem a constatar que as regiões precisam elaborar estudos ambientais próximo de suas realidades.

As recomendações dos autores somente vêm reforçar a necessidade maior de uma conscientização e mudança de atitude, o indivíduo precisa mudar hábitos adquiridos e aprender atitudes necessárias para a melhoria da vida, homem e meio ambiente.

A educação ambiental crítica leva a reflexão sobre o papel de cada um na sociedade e a escola tem a possibilidade de rever conceitos e ações pedagógicas e conscientizar também as gerações futuras, contribuindo como um instrumento que ajuda na consciência ambiental e permitindo o favorecimento de uma prática social para o bem comum de toda uma sociedade.

Diante do exposto, conclui-se que existe dificuldade e resistência ainda em realizar trabalho permanente de educação ambiental efetivamente satisfatório na escola, que mudar conceitos e ações já estabelecidas ao longo dos anos é bem mais difícil e, como tudo em educação é a médio e longo prazo, entende-se que o ensino de educação ambiental se faz urgente e necessário desde o início da criança na escola, pois o conhecimento leva a conscientização e este quanto mais cedo for ensinado mais se consegue internalizar esta prática no indivíduo.

Referências

BARROS. Maria de Lourdes Teixeira, **Educação Ambiental no Cotidiano da Sala de Aula**: Um percurso pelos anos iniciais, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

BRASIL, **Lei 9.795 de 1999. Educação Ambiental**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

LISBOA, Cassiano Pamplona; KINDEL, Eunice Aita Isaia. **Educação Ambiental: Da Teoria à Prática**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

Capítulo 13

Educação ambiental e cidadania

Marconisete Pereira Leite¹

Introdução

No decorrer da história da humanidade, a educação escolar tem sido apenas uma educação reprodutora dos fatos sociais, mas a realidade contemporânea permite-nos perceber que a escola como a instituição educacional mais importante da atualidade deveria contribuir na formação humana, porque a educação faz parte da vida e tem um papel importante na construção da cidadania.

Nas últimas décadas tem ocorrido um processo acelerado de mudanças nas esferas socioeconômicas e ambientais, essas mudanças contribuíram para extinção de muitas espécies de seres vivos, o que resultou no desequilíbrio de diversos ecossistemas da Terra. O número de pessoas pobres no mundo aumentou consideravelmente, assim como a exclusão social. O mundo, hoje, vive uma crise ambiental, resultante do processo acelerado de desenvolvimento da sociedade contemporânea, centrada no acúmulo de dinheiro e no consumismo demasiado.

Sendo assim a escolha do tema desta pesquisa partiu dessa realidade. Considero importante a associação entre Educação Ambiental e Educação Escolar, desde os anos iniciais do Ensino

¹ Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc.

Fundamental, para promover uma melhoria da qualidade do ensino, através de um projeto educativo que tendo por base a realidade dos problemas ambientais, desenvolva nos alunos uma mudança de atitudes face aos problemas atuais e futuros e, conseqüentemente, da qualidade de vida de todos.

Numa concepção de Educação Ambiental Transformadora, a educação escolar é tida como ambiente de mudança social, onde ocorre uma transformação associada aos valores, aos padrões cognitivos, à ação política democrática e às relações econômicas. Essas mudanças fortalecem a identidade das pessoas através do exercício da cidadania, da percepção da totalidade das relações sociais no mundo e da superação das formas de dominação.

1. Contexto histórico da educação ambiental

Os enfoques aqui relacionados buscam de forma estratégica apontar tais construções na história da Educação Ambiental, bem como suas várias definições; suas causas; conseqüências e pôr fim a sua importância no que se refere à ação educativa. A Educação Ambiental tem sido muito discutida atualmente em vários e diferentes contextos, mas para se chegar aos atuais questionamentos será preciso se fazer uma retrospectiva nos acontecimentos no que se refere à Educação Ambiental.

No entanto, a tarefa de educar para o meio ambiente ou com o meio ambiente não é nova, pois as duas histórias se confundem e se articulam a educação para o meio ambiente e a da Educação Ambiental.

Nos anos 60, em alguns países de primeiro mundo, essa preocupação ou sensibilização com o meio ambiente aparecia junto com uma crítica mais profunda que os movimentos sociais da época faziam, principalmente entre os jovens, quanto ao estilo de vida, valores e comportamentos de uma sociedade consumista e depredadora.

Nesta mesma época, surgiu o ambientalismo nos Estados Unidos, onde ocorreram várias reformas no ensino de ciências, para a produção de material de ensino voltado a investigação por parte do estudante, porém os objetivos e instrumentos tendiam configurar-se em meramente tubos de ensaio.

Em 1968, na Grã-Bretanha, surgiu o Conselho para a Educação Ambiental e nos países nórdicos, no mesmo ano, foram aprovadas variadas intervenções na política educacional, como normas, deliberações e recomendações, que introduziram a Educação Ambiental no currículo escolar. Iniciando a década de 80, no período de 10 à 14 de novembro de 1980, foi realizado o Seminário Internacional sobre o caráter interdisciplinar da Educação Ambiental no ensino de 1º e 2º grau, em Budapeste, Hungria, promovida pela UNESCO e pela Organização Nacional de Proteção Ambiental e Conservação da Natureza.

Em 1981, no dia 31 de agosto foi sancionada a Lei nº 6.938, que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Anos depois, em Versalhes, ocorreu a I Conferência sobre o Meio Ambiente da Câmara do Comércio Internacional com o objetivo de estabelecer formas de colocar em prática o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A Educação Ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. Temos a existência de um persistente movimento conservacionista até o início dos anos 70, quando ocorre a emergência de um ambientalismo que se unem às lutas pelas liberdades democráticas, manifestada através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais e governos estaduais, com atividades educacionais voltadas a ações para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental. (PÁDUA, 2000)

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República. Outro passo na institucionalização da Educação Ambiental foi dado em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (JACOBI, 1998, p. 201)

No ano seguinte em 1988, a Secretaria do Estado do Meio Ambiente de São Paulo e a CETESB lançam o guia do professor de 1º e 2º graus (edição piloto). Logo em seguida, em 05 de outubro foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo sobre o meio ambiente e vários outros artigos afins.

No ano de 1990 foi declarado pelas Nações Unidas o ano Internacional do Meio Ambiente. Contudo o Brasil, no ano seguinte em 1991, através da portaria 678 do MEC (14.05.91), resolveu que os sistemas de ensino em todas as instâncias, níveis e modalidades contemplassem, nos seus respectivos currículos, entre outros, os temas, conteúdos referentes à Educação Ambiental.

Também foi criada em junho de 1991, a Universidade Livre do Meio Ambiente (Curitiba), que em pouco tempo viria a se consolidar, através de seus programas e projetos, como um importante centro de divulgação de conhecimentos, treinamento e aperfeiçoamento profissional em meio ambiente.

A portaria, nº 2.421 de 21/11/1991 do MEC, instituiu, em caráter permanente, um grupo de trabalho para a Educação Ambiental, com o objetivo de definir com as secretarias de educação, as metas e estratégias para a implantação da respectiva

educação no país, tal como elaborar proposta de atuação do MEC na área de educação formal e não formal. Outros estudos seguiram, novos conceitos foram formulados, até se chegar à última conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a Rio (92). Momento importante dessa história foi à elaboração, discussão e aprovação em 1992, durante a UNCED (Rio 92), no encontro da sociedade civil (Fórum global), do tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Observa-se que esse tratado, foi discutido anteriormente à conferência em inúmeros fóruns ocorridos em muitos países, após longos debates, com parceiros diversos e até contraditórios. No entanto esse documento compõe-se de várias partes, dos seus quinze princípios todos relevantes, alguns podem ser destacados em questão à educação:

A Educação Ambiental deve buscar uma perspectiva holística, relacionando homem/natureza/universo e também, ser interdisciplinar.

A Educação Ambiental deve criar novos estilos de vida, desenvolver uma consciência ética trabalhar pela democratização dos meios de comunicação de massa.

Em 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução. Este foi um passo decisivo para a realização das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente (projeto que será relatado neste documento).

Merece destaque o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que, em 2004, teve a sua terceira versão submetida a um processo de Consulta Pública, realizada em parceria com as Comissões Interinstitucionais Estaduais de

Educação Ambiental (CIEAs) e as Redes de Educação Ambiental, envolvendo cerca de 800 educadores ambientais de 22 unidades federativas do país (MEADOWS, 1999).

1.1 Política nacional de educação ambiental

Atualmente a humanidade atravessa uma crise socioambiental, consubstanciada no sistema capitalista o qual alimenta-se do consumismo exacerbado de uma sociedade que usa ilimitadamente os recursos naturais. Tal fato é reflexo de uma falsa percepção do meio ambiente, onde capital natural é considerado infundável e que o ser humano não é parte integrante da natureza.

No Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente em todos os biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados. Na maioria dos centros urbanos, os resíduos sólidos ainda são depositados em lixões, a céu aberto.

Associa-se a isso um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população. Muitas pessoas vivem em áreas de risco, como encostas, margens parcela dos brasileiros tem uma percepção “naturalizada” do meio ambiente, excluindo homens, mulheres, cidades e favelas desse conceito.

A Educação Ambiental trabalhada numa perspectiva sócio-critica consubstanciada no paradigma sistêmico, na ética do cuidado, e nos princípios de corresponsabilidade, autonomia, emancipação e solidariedade constitui importante instrumento de transformação social (SILVA et al.,2012). Ainda de acordo com Silva et al. (2012), a Educação Ambiental reacende o fogo da esperança e dissipa o calor da mudança.

Em virtude da imensurável importância da sua implementação, a Educação Ambiental ganhou espaço na legislação ambiental brasileira. A temática é tratada com maior evidência pela

Constituição Federal de 1988, Política Nacional do Meio Ambiente-PNMA (Lei 6938/81), e Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA (Lei 9795/99).

A Constituição Federal de 1988 externa sobre a Educação Ambiental em seu art. 225, inciso VI, quando aludi ser dever do Poder Público na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, p. 43).

No mesmo sentido, a Lei 6938/81 traz como um dos seus princípios a implementação da Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Segundo a Lei 9795/99 entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Neste contexto, a Educação Ambiental aparece como uma ferramenta importantíssima para a mudança de percepção social. Abreu e Morais (2009) exteriorizam que a Educação Ambiental pode ser indicada como um dos possíveis instrumentos interdisciplinar capaz de capacitar e ao mesmo tempo sensibilizar a população em geral acerca dos problemas ambientais, nos quais se deparam a humanidade atualmente.

Nos moldes em que a sociedade está organizada é de suma importância que os princípios da educação ambiental adentrem às escolas, pois este é o ambiente onde os novos cidadãos são construídos. É de extrema necessidade que a Educação Ambiental chegue até as escolas e quebre paradigmas na busca de uma nova consciência ambiental.

Silva e Leite (2008) externam que não haverá sustentabilidade, na ausência de Educação Ambiental e sem mudanças nos contextos educacionais predominantes na sociedade atual.

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída no Brasil pela Lei 9795/99, corresponde importante norma no corpo legislativo ambiental brasileiro. Por meio desta norma a Educação Ambiental ganhou espaço nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, mostrando que o enfoque ambiental merece grande atenção nas rotinas pedagógicas. A Educação Ambiental trabalhada de forma transversal, foi a grande inovação da Lei 9795/99.

A transversalidade permite que professor trabalhe a temática ambiental paralela aos assuntos abordados em sala de aula. Isto faz com que os problemas ambientais sejam abordados por vários saberes mostrando o caráter multidisciplinar da Educação Ambiental.

1.2 Diretrizes curriculares para a educação ambiental

A Educação ambiental amplia cada vez mais seu espaço nos sistemas de ensino, mesmo que timidamente, em decorrência da importância dada a temática ambiental pela sociedade, ao destaque que os temas transversais adquiriram com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que incluem o meio ambiente como um dos temas transversais, e a promulgação da Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Na referida Lei, a promoção da Educação Ambiental é colocada como obrigação legal de responsabilidade de todos os setores da sociedade, do ensino formal e do informal. Conseqüentemente, determina que os sistemas de ensino têm obrigação legal de promover oficialmente a prática da Educação Ambiental.

O texto dos PCNs, reitera que o ensino de Educação Ambiental deve considerar as esferas local e global, favorecendo tanto a compreensão dos problemas ambientais em termos macros (político, econômico, social e cultural) como em termos regionais. Desse modo, os conteúdos de Educação Ambiental, a partir de uma relação de transversalidade, de modo a impregnar a prática educativa exigindo do educador uma pré-adaptação dos conteúdos abordados na sua disciplina, o que condiz com resoluções do Conselho Federal de Educação, de conferências nacionais e internacionais, que reconhecem a Educação ambiental como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, não se configurando como uma nova disciplina.

Os PCNs estabelecem a necessidade de reformulação do projeto pedagógico de cada escola, no sentido de superar a fragmentação do saber, passando a integrar nos temas transversais, visto que, o trabalho da escola e dos educandos, devem ser desenvolvidos para ajudá-los a construir uma consciência global das questões relativas ao meio, e neste sentido, as situações de ensino devem se organizar de forma a propiciar oportunidades para um conhecimento e compreensão de sua realidade e atuar sobre ela.

A opção pelo trabalho com o tema “Meio Ambiente”, traz a necessidade de aquisição de conhecimento e informação por parte da escola para que possa desenvolver um trabalho adequado junto aos alunos. Isso não significa dizer que os educadores deverão “saber tudo” para que possam desenvolver um trabalho junto dos alunos, mas que deverão se dispor a aprender sobre o assunto e, mais do que isso, transmitir aos seus alunos a noção de que o processo de construção e de produção do conhecimento é constante.

Para isso, é importante que os educandos atribuam significados, ou seja, aquilo que aprenderam sobre o meio ambiente. São esses os resultados da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, dando a

possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também utilizar o conhecimento em outras situações. Neste sentido, as instituições de ensino devem se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre o meio ambiente.

Para tanto o educador tem como tarefa importante, favorecer ao educando o reconhecimento de fatores que produzam real bem-estar e ajudá-lo a desenvolver um espírito de crítica às induções, ao consumismo e o senso de responsabilidade e solidariedade no uso dos bens comuns e recursos naturais, de modo a respeitar o ambiente e as pessoas de sua comunidade.

Observa-se, no entanto, que o convívio escolar será um fator determinante para a aprendizagem de valores e atitudes. Considerando a escola como um dos ambientes mais imediatos do educando, a compreensão das questões ambientais e as atitudes em relação a elas se darão a partir do próprio cotidiano da vida escolar do educando.

A aprendizagem de procedimentos adequados e acessíveis é indispensável para o desenvolvimento das capacidades ligadas à participação, à responsabilidade e à solidariedade. Além desses procedimentos, o educador poderá identificar outros procedimentos importantes de serem trabalhados com os educandos diante de seus interesses e necessidades, como afirma em Educação Ambiental é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela. É bem provável que esse trabalho, assim como diversos conceitos não sejam de domínio nem do próprio educador, já que esses assuntos são, de certa forma, novos na escola (GUIMARÃES, 1994, p. 30).

À priori fica a cargo do educador o seu interesse e o direito de procurar ajuda na comunidade, na direção da escola, nos livros, com colegas, etc., discutindo com os educandos as informações obtidas e mostrando-lhes, assim que o conhecimento é

permanente e contínuo, e que um dos atributos mais importantes da espécie humana é a curiosidade, a eterna condição de aprendiz.

O desenvolvimento do tema “Meio Ambiente” exige clareza sobre as prioridades a serem eleitas. Para tanto, é necessário levar em consideração o contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual se insere a escola. A realidade de uma escola em região metropolitana, por exemplo, implica exigências diferentes daquelas de uma escola da zona rural. Os elementos da cultura local, sua história e seus costumes irão determinar diferenças no trabalho em cada escola.

A convivência democrática, as promoções de atividades que vise o bem-estar da comunidade escolar com a participação dos educandos são fatores fundamentais na construção da identidade desses educandos como cidadãos.

Assim a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende, para que possa, de fato, contribuir para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente, e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele. Por outro lado, cabe à escola também garantir meios para que os alunos possam pôr em prática sua capacidade de contribuição. O fornecimento de informações, a explicação da regras e normas da escola, a promoção de atividades que possibilitem uma participação concreta dos educandos, são condições para a construção de um ambiente democrático.

A escola como uma instituição social com poder e possibilidade de intervenção na realidade, deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade, incorporando-as à sua prática.

Algumas questões bem palpáveis, no entanto, poderiam ser pensadas e analisadas no âmbito escolar, num belo exercício de cidadania, levando os educadores e educandos a uma participação maior na comunidade onde vivem e atuam de acordo com o

padrão referencial de currículo. Então caberá ao educador transformar cada uma das questões em trabalho.

As diferentes disciplinas do currículo escolar podem extrair de cada questão seus interesses particulares, a partir de um raciocínio que é comum a todas. Educadores de várias disciplinas poderão trabalhar juntos, cada qual explorando seu enfoque e sua potencialidade acadêmica.

Para que se tenha apenas uma ideia, sempre que se lida com problemas ambientais, os enfoques podem (e devem) ser múltiplos e cada educador, em sua disciplina pode ter uma abordagem diferente do mesmo problema, no que refere Reigota que:

A Educação ambiental está muito ligada ao método interdisciplinar. Esse método, no entanto, é compreendido e aplicado das mais diversas formas. Normalmente, ele é empregado quando professores de diferentes disciplinas realizam atividades comuns sobre um mesmo tema. (REIGOTA 1996, p. 39).

Tendo em vista a complexidade de compreensão do objeto que envolve a Educação Ambiental, busca-se encontrar o ponto de partida para o caminho mais indicado à compreensão de fatos e situações provocadas pela própria determinação antropocêntrica.

Conclusões

O tema da Educação Ambiental é complexo e envolve problemas políticos, econômicos, sociais e até mesmo culturais entre todas as nações. A resolução dos problemas ambientais não é simples. No Brasil as preocupações ecológicas estão aumentadas, mas ainda não há uma ação política efetivamente evidente em termos de atitude e de atuação.

A orientação sobre a Educação Ambiental nas políticas educativas é fundamental na conscientização dos problemas de impactos ambientais, pois através dos conhecimentos adquiridos

as crianças e os jovens tornam-se mais conscientes da realidade e dos problemas que afetam os seus modos de vida. Existem recursos técnicos para melhorar o Meio Ambiente, inclusive a questão do lixo, pois se cada um fizer a sua parte o mundo poderá ser melhor.

É preciso despertar nas crianças, nos jovens e nos adultos uma nova consciência e novas atitudes quanto à sobrevivência do Planeta Terra. E a Escola é um espaço fundamental para orientações com alunos e da comunidade sobre as questões ambientais.

As questões do Meio Ambiente constituem um tema transversal das disciplinas escolares que, embora estejam presentes de modo mais evidente nas disciplinas de Ciências, História e Geografia, também precisam do apoio das áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Artes para serem melhor compreendidas.

Desta forma, a construção do conhecimento se dá de maneira concreta, onde a realidade está presente nas observações e nas discussões das questões ambientais, mostrando que todos somos responsáveis pelo meio onde vivemos.

É importante buscarmos outras formas de vermos o mundo que nos cerca e tudo o que dele faz parte. Nesta perspectiva, a Educação Ambiental construída na escola pode contribuir muito para a construção de uma cidadania ativa, pois seu ensino torna-se uma prática diária de vida, como pode ser visto em todos os relatos obtidos dos professores que contribuíram para esta pesquisa.

Porém concluiu-se ainda da opinião dos professores que para adquirir consciência sobre as questões ambientais os alunos terão de se envolver em um aprendizado constante sobre a realidade, pois que as transformações naturais também ocorrem de maneira continuada. Por esta razão, os projetos de Educação Ambiental devem visar uma permanente adaptação à mudança no sentido da melhoria da qualidade de vida das populações.

Referências

- BRASIL. (1999). **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais; meio ambiente. Brasília.
- GUIMARÃES, M. (2001). **A Dimensão ambiental na Educação**, Editara Papirus São Paulo.
- MEADOWS, D. et al. (1999). **Limites do crescimento**: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade. Editora Perspectiva, São Paulo.
- PILETTI, C. (1990). **Filosofia da Educação**. Editora Ática. São Paulo
- REIGOTA, M. (1994). **O que é Educação Ambiental**. Editora Brasiliense, São Paulo.
- SILVA, M. M. P.; LEITE, V. D. (2008). Estratégias para realização de Educação Ambiental em escolas do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 20, jan/jun.

Capítulo 14

Trabalhando relações pacíficas no ambiente escolar

Cicero Ivanildo Regis do Nascimento¹

Introdução

As problemáticas existentes no ambiente escolar são variadas, em que requer atenção nos diferentes fenômenos que ocorrem neste espaço. A indisciplina, o preconceito, e a prática de condutas que venham a interferir no processo de desenvolvimento social e intelectual dos educandos, como na execução de atividades por parte de profissionais da escola, necessitam ser compreendidos, para que estes não venham a causar danos físicos e psicológicos ao envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

O preconceito, a violência em sala de aula, são acontecimentos negativos existentes no ambiente escolar, que prejudica tanto a vítima como o opressor, em que vem a ser necessária a realização de intervenção para minimizar estas problemáticas.

As relações entre docente e discente necessitam ocorrer de forma pacífica, para que o processo de ensino e aprendizagem possa ocorrer de forma positiva. Quando o educando possui uma boa relação com o docente, é possível que este tire suas dúvidas,

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela UNISSULIVAN Inc.

como também passe a motivar-se no processo de aprendizagem, adquirindo novos sabres.

Há muitas dificuldades existentes no ambiente familiar, em que vem a comprometer o processo de desenvolvimento dos filhos. Por sua vez, é de responsabilidade da família em formar o caráter dos filhos, apresentar valores éticos e morais, como também o de educar para os desafios que irão ocorrer ao longo de sua vida. É relevante que a família desenvolva o diálogo com os filhos, para que estes possam questionar, como também apresentar a estes sujeitos seus princípios éticos e morais, como também as normativas instituídas para viver em sociedade, respeitando o próximo diante suas características.

A realização de projetos na escola voltados para a paz é indispensável, por possibilitar os educandos compreenderem as injustiças que ocorrem a sua volta, como também refletir sobre sua conduta, se esta está sendo adequada o suficiente para o alcance dos princípios da educação.

Este trabalho tem como finalidade compreender a importância de trabalhar a paz no ambiente escolar. Sendo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica realizada em diferentes recortes científicos, embasado em autores como: Tiba (1996), Jesus (1998), Freire (2001), entre outros.

1. O respeito nas relações no cotidiano escolar

O respeito é fundamental para que os princípios da educação ocorram de forma significativa, possibilitando o docente a apresentar suas propostas, assim como o educando abordar suas dúvidas.

Quando em sala de aula há a ausência do respeito, desencadeia sérios problemas nas relações docente e discente, como baixa produtividade, conflitos, entre outros. É relevante a escola desenvolver projetos voltados para a cultura de paz na escola, para que se possa estabelecer relações pacíficas.

Para Freire: “O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico” (1996, p. 103).

A escola é um ambiente que possibilita o progresso do educando, em que este passa a desenvolver saberes primordiais para suas relações na sociedade. Quando as relações ocorrem de forma pacífica, encontra-se resultados positivos no desenvolvimento intelectual do educando, já que este tem condições de apresentar suas necessidades em sala de aula, como também valoriza o processo educativo.

Segundo Freire (2001, p. 102),

Uma das qualidades essenciais que a autoridade docente democrática deve revelar em suas relações com as liberdades dos alunos é a segurança em si mesma. É a segurança que se expressa na firmeza com que atua, com que decide, com que respeita as liberdades, com que discute suas próprias posições, com que aceita rever-se.

É relevante que o docente imponha, como também dê respeito aos sujeitos em formação, para que estes tenham consciência do seu processo de formação educacional, e valorizem a educação, para que esta venha a refletir positivamente em suas relações sociais e profissionais. “Os sentimentos em relação a ela têm sido de desilusão, desencanto e impotência diante dos inúmeros problemas cotidianos. Um deles refere-se às relações eu-outro, a não aceitação do outro como um legítimo outro na convivência” (MATURANA,1999, p.23).

1.1 As adversidades existentes na escola: situações de conflito

A indisciplina em sala de aula desencadeia problemas, como a violência, bullying, entre outros, em que requer atenção por parte da escola perante esta incidência. A escola deve nortear os

educandos para respeitar o próximo diante da diversidade, que o sujeito indiferente de cor, credo ou classe social, necessita ser respeitado, como também dar respeito.

Atualmente uma das situações que vem acontecendo com frequência na sociedade é a conduta homofóbica, em que sujeitos agridem das mais variadas formas as pessoas que sentem atração por indivíduo do mesmo sexo. É relevante que a escola trabalhe o respeito à diversidade, que cada sujeito é dono de si, como também reponde por suas ações.

No ambiente escolar ainda se faz presente a ausência de trabalhar o preconceito que o indivíduo tem sobre outrem, e acaba esquecendo que não se pode julgar o próximo por cor ou opção sexual, mas que deve respeitar, para que seja possível alcançar os princípios da educação.

É importante destacar que,

Pela diversidade nas crenças, nos valores e na cultura – diversidade esta que constitui a riqueza da natureza e dos agrupamentos humanos –, [que] o conflito é algo inerente em nossas vidas. (...) O desafio a ser encarado nos espaços públicos [portanto] é a aprendizagem de saber lidar com as diferenças e aproveitá-las como matéria-prima para o desenvolvimento pessoal e o coletivo (ARAÚJO, 2004).

A realização de momentos voltados para conscientização e respeito a todos os envolvidos no meio escolar é de suma importância, para que as atividades a serem desenvolvidas alcancem resultados satisfatórios, existindo a paz e eficiência nas relações no ambiente escolar.

Para Bonafé- Schmitt (2009):

“...A mediação não é simplesmente uma técnica de gestão de conflitos, mas uma nova forma de ação, que anuncia novas formas de coordenação das relações dos atores entre si (...) não nos devemos manter apenas, para analisar este fenômeno da

mediação, no que se refere às formas, mas no seu conteúdo, isto é, nas lógicas, nas racionalidades levadas a cabo pelos atores. ”

Assim, é importante o processo de conscientização no ambiente escolar, para que a aprendizagem possa ocorrer de forma significativa, e nenhum sujeito venha a ser prejudicado em seu processo de desenvolvimento.

1.2 Trabalhando a paz na escola

Trabalhar a paz na escola é de suma importância, já que primeiramente o ambiente escolar foi compreendido diante de suas limitações, e consecutivamente encontram a presença de medidas eficientes a serem aplicadas neste meio, através da orientação das boas relações na sociedade.

Para Jesus (1998, p. 83), ressalta que,

Quando os alunos falam mais alto ou se revelam mais agressivos na relação com o professor, este deve, ao contrário daquilo que frequentemente acontece, tentar falar de forma ainda mais calma, embora segura e autoconfiante, e num tom de voz ainda mais baixo do que o habitual, no sentido de modelar o comportamento dos alunos.

A realização de movimentos de paz na escola deve envolver principalmente os educandos, para que estes possam analisar a violência, o preconceito, entre outras problemáticas, como um caos no ambiente escolar. Assim, os educandos podem desenvolver habilidades, como também compreender movimentos voltados para minimização dos conflitos existentes na sociedade.

O docente junto com a gestão da escola deve organizar eventos, com a participação dos educandos, para que estes sintam-se valorizados, e possam estar por dentro da cultura de paz no ambiente escolar, e consecutivamente desencadear uma conduta adequada para viver em sociedade. “A agressividade, portanto, não se opõe à paz; ao contrário, é ela necessária, como expressão da

vontade da potência de operar a paz. Nesse sentido, o oposto da agressividade seria a passividade, a resignação, o conformismo” (GUIMARÃES, 2011, p. 197)

As relações pacíficas em sala de aula contribuem para execução da prática docente, como também para o próprio educando, que é um dos principais sujeitos beneficiados na escola, perante sua promoção intelectual e social.

1.3 As relações: família e escola

É cabível destacar que a família durante muito tempo foi tida apenas como a presença do pai, da mãe e dos irmãos, no entanto, com o passar dos anos passou a ganhar amplitude em suas considerações. De acordo com Dias (2005, p. 210), ressalta sobre a definição da família:

A família é um grupo aparentado responsável principalmente pela socialização de suas crianças e pela satisfação de necessidades básicas. Ela consiste em um aglomerado de pessoas relacionadas entre si pelo sangue, casamento, aliança ou adoção, vivendo juntas ou não por um período de tempo indefinido.

Ainda segundo o autor supracitado, a família deve estar presente no processo de desenvolvimento dos filhos, para que estes possam se sentir seguros, e tirar suas dúvidas. Por sua vez, a desorganização familiar ou ausência da participação da família pode comprometer as interações, como também afetar o processo de aprendizagem, já que problemas familiares em que os filhos passam a ter conhecimento de tais, ou, estejam envolvidos comprometem o seu psicológico, afetando o seu desenvolvimento, sendo necessária a atenção por parte da família, como também da escolar.

A educação caracteriza-se como um componente importante no processo de socialização do indivíduo, permitindo sua inclusão na sociedade. Assim, a escola não pode desenvolver suas

atribuições sem a participação da família, como também a família não pode viver sem a escola, em que ambas desenvolvem papel importante em prol do ser em formação, para que este tenha condições de se desenvolver.

As relações existentes entre escola e família como já apresentado são crucias para o educando/filho ter uma educação de qualidade, tanto no ambiente escolar como fora dele. Para Pereira (2008, p.29), “a Relação entre a Escola e a Família tem vindo a ser alvo de todo um conjunto de atenções: através de notícias nos meios de comunicação, de discursos de políticos, da divulgação de projetos de investigação e de nova legislação”.

As relações entre família e escola são essenciais no desenvolvimento do sujeito em formação, já que a família passa a compreender suas vivencias, como também suas necessidades formativas, possibilitando o auxílio para minimizar as possíveis problemáticas existentes (TIBA, 1996).

A família é a base para o processo de formação social do sujeito, em que esta apresenta valores essenciais para suas vivencias, como também intervi nas necessidades e dificuldades do filho/educando em formação.

Para a família desempenhar com excelência suas atribuições é relevante que esta valorize procedimentos considerados simples em suas relações com os filhos, tais como: auxiliar nas tarefas escolares, determinar horários para estudo e brincadeiras, procurar incentivar a ser organizado, apresentar valores para viver em sociedade, entre outros.

É relevante que a escola promova momentos de aproximação da família, incentivando o seu envolvimento, e consecutivamente o seu auxílio no processo de desenvolvimento dos filhos, sendo necessária a realização de diferentes estratégias. Segundo Seeley apud Pereira (2008), a valorização de organizações que tem como finalidade propiciar o progresso social é de suma, já que estas atuam propiciando condições para uma melhor qualidade de vida.

Conclusões

É relevante que a escola trabalhe com projetos voltados para a cultura de paz, buscando estabelecer relações pacíficas e produtivas no processo de ensino e aprendizagem, como também nas relações com o seu próximo. O respeito deve ser a peça chave para o alcance da paz no ambiente escolar, como no seguimento das normas instituídas para este ambiente, como também fora dele.

A educação caracteriza-se como um componente de suma importância no processo de socialização do indivíduo, permitindo sua inclusão na sociedade. Assim, a escola não pode desenvolver suas atribuições sem a participação da família, como também a família não pode viver sem a escola, em que ambas desenvolvem papel importante no processo de formação dos filhos/educandos, possibilitando condições para se desenvolverem socialmente e intelectualmente.

O diálogo no ambiente familiar permite compreender as necessidades dos filhos em seu processo de desenvolvimento, como também educá-los de forma adequada, em que estes passam a compreender aspectos relevantes para viver em sociedade.

Referências

ARAÚJO, U. F. **As Assembleia Escolar: um caminho para a resolução de conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

BONAFÉ-SCHMITT, J. P. **Mediação, conciliação, arbitragem: técnicas ou um novo modelo de regulação social**. In Silva, A.M. & Moreira, M.A. (orgs.) *Formação e Mediação Sócio-educativa. Perspetivas teóricas e práticas*. Porto: Areal Editores, 2009

DIAS, M. L. **Vivendo em família**. São Paulo: Moderna, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GUIMARÃES, M. R. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. 2ª Ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011. 364 p.

JESUS, S. N. **Bem-estar dos Professores: estratégias para realização e desenvolvimento profissional**. Porto Codex – Portugal: Porto Editora, 1998.

MATURANA, H. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PEREIRA, M. **A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso**. Universidade de Málaga, 2008.

TIBA, I. **Disciplina; limite na medida**. São Paulo; Gente, 1996.

Capítulo 15

A geografia no ensino fundamental II: uma análise contextual na escola de ensino fundamental e médio Centro Educacional do Cariri no município de Juazeiro do Norte – CE

Gresciliane de Araújo Soares
Marysangela de Oliveira Tavares

Introdução

Por um longo período, a Ciência geográfica foi considerada a ciência responsável da Terra nos seus aspectos físicos, na forma de “acidentes” geográficos, entre os quais o ser humano era considerado um elemento a mais da paisagem, um “dado” do lugar.

Na Geografia tradicional, o conteúdo trabalhado no Ensino Fundamental era pautado na memorização de nomes de rios, países e capitais, pontos culminantes, etc. Por esse motivo, foi aos poucos, perdendo sua especificidade e seu fascínio, passando a reproduzir e a organizar dados de uma realidade aparentemente estática e, portanto, fictícia.

Trabalhar uma visão integrada do espaço, sem a separação homem/meio, e utilizar a prática metodológica adequada, asseguram ao aluno a aquisição do saber científico e, por meio

deles, o domínio da realidade da qual o aluno faz parte e ajuda a construir.

Dessa forma, objetiva-se o ensino de uma geografia que trabalhe a construção de conceitos. Que respeite a psicologia de aprendizagem tanto quanto a do desenvolvimento, que dê conta de explicar o espaço, por meio da compreensão do seu processo de produção e organização, que fale da sociedade e articule o entendimento desse espaço como produto das várias relações entre os seres humanos no decorrer do tempo.

1. Metodologia

Utilizamos a seguinte forma de trabalho/pesquisa: observamos a prática dos professores em geral e principalmente a dos professores de Geografia, sendo esse o objeto da nossa pesquisa, visto que só há um professor de Geografia, no ensino Fundamental II da Escola Educacional do Cariri, (o mesmo só funciona no horário da manhã). Durante a observação foram feitas algumas anotações quanto à sua atuação. Em seguida foi entregue um questionário para ser respondido por professores e alunos, onde ficaram evidenciadas algumas questões.

2. A geografia de ontem abordada no ensino fundamental

Durante muito tempo o ensino da Geografia esteve ligado à descrição da paisagem, não oferecendo condições para que o aluno pudesse compreender a realidade em suas múltiplas relações e perceber-se como atuante e transformador dessa realidade. Por esta razão, o ensino da Geografia esteve muitas vezes subjugado a patamares de menor importância.

A Geografia tradicional apresenta uma visão fragmentada e essencialmente descritiva da paisagem. Possuía uma postura determinista, na qual se acreditava que as condições naturais definiram as características culturais do homem. Não considerava

a historicidade nem as relações que os homens estabeleciam entre si e com a natureza. O trabalho didático valoriza apenas a descrição e a memorização sem estabelecer relações ou generalizações.

A ciência geográfica que estava adormecida passa, a partir de 1960 por grandes transformações. Já não bastava apenas explicar o mundo, era preciso transformá-lo. Assim, estabelece-se uma nova visão para a Geografia, impregnada de conteúdos políticos e econômicos. Determinada de Geografia Marxista passa a estudar as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção do espaço geográfico.

Atualmente, a Geografia está vinculada a outros campos do saber, como a Antropologia, a Biologia, as Ciências Políticas, a Literatura e a História. Este é, sem dúvida, um dos fatores que justificam o caráter interdisciplinar que deve ser dado ao encaminhamento pedagógico desta disciplina.

2.1 Como a Geografia deve ser ensinada hoje

A Geografia como ciência e como saber, estuda as relações entre homem e a natureza, o processo de apropriação e de organização do espaço natural pela sociedade, vinculado ao conhecimento da natureza e dos diversos ramos do saber. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), uma Geografia, fica estabelecido que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dele fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles, estabelecendo na constituição dos lugares e territórios (BRASIL, 1998).

Considera-se, assim, a Geografia como uma área de conhecimento que pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, nela interagindo de maneira consciente. Para tanto, torna-se essencial o estudo das relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza.

O objetivo de estudo é o espaço, estando implícitas as categorias território, paisagem e lugar. Entende-se por território o conjunto de paisagens contido pelos limites políticos e administrativos de uma cidade, estado ou país. A categoria paisagem, define-se como uma unidade visível do território, possuindo uma identidade própria, pois, é a síntese de vários espaços em diferentes tempos. A categoria lugar pressupõe a existência de vínculos afetivos das pessoas com a paisagem e o território onde vivem estabelecendo-se uma identidade.

Será de grande valia pedagógica explicar e compreender os processos de interações entre a sociedade e a natureza, situando-as em diferentes escalas espaciais e temporais, comparando-as, conferindo-lhes significados. Explorando o imaginário dos alunos, pode-se construir com eles as medições que permitam a possibilidade de, com os pés solidamente ligados aos seus lugares, aos poucos descobrirem o mundo e redimensionarem a experiência com o seu próprio lugar, ou seja, redescobrirem seus próprios lugares e o mundo.

2.2 O papel do professor nessa contextualização

Para o encaminhamento do trabalho pedagógico nesta visão de Geografia, faz-se necessário a presença de um professor que realize a mediação entre teoria e a prática, entre o saber do aluno e a cultura elaborada, dominando não só os conteúdos como as metodologias capazes de desenvolver nos alunos a capacidade intelectual e o pensamento autônomo e criativo. Um professor dinâmico valoriza a vivência do aluno e possibilita discussões na sala de aula, promovendo assim a articulação dos conteúdos de Geografia com os das outras áreas, de maneira interdisciplinar.

Isto exige, evidentemente, dos educadores um compromisso político que deve se expressar na sua capacidade de ultrapassar as aparências e captar distorções - o que é impossível sem domínio do conteúdo a ser trabalhado e dos métodos e técnicas

que possibilitem sua transmissão- assimilação/apropriação (SAVIANI, 1994, p. 81).

O professor deve criar situações de aprendizagem na qual o aluno perceba que a Geografia está presente no seu dia a dia, por meio da realização de diversas atividades, tais como observação de paisagens, leituras de imagens, analogias e tantas outras.

No trabalho em sala de aula, o professor deverá propor problematizações e incentivar o aluno a opinar, levantando hipóteses a respeito dos conteúdos propostos que serão aprofundados e enriquecidos com a leitura de textos, artigos de jornais e revistas, e ainda com apresentação de vídeos.

Valorizar sempre a participação do aluno, manter-se numa postura aberta e dialógica, mediar conhecimentos, indicar caminhos para o aprofundamento dos conteúdos, transformar as avaliações em recursos nos quais os objetivos não é somente medir a aprendizagem do aluno, mas, sobretudo, buscar alternativas para melhorar o trabalho, eis o papel do professor.

3. Reflexões sobre a geografia e o uso do livro didático

“Geografia é a história do espaço e a História é a Geografia do tempo” (ELISÉE RECLUS, *apud* SANTOS, 2008, p. 50), um grande geógrafo francês do século XIX, vem demonstrar a grande influência de se estabelecerem relações entre espaço e tempo quando se estuda a Geografia. Aliada fundamentalmente à História, outras disciplinas também se encontram ligadas à Geografia, tais como a Sociologia, a Antropologia, a Política e a Ética.

A Geografia é uma ciência predominantemente social, porém, utiliza-se de outras ciências para a leitura e interpretação das relações entre o homem e a natureza, ou seja, o processo de apropriação e de organização do espaço natural pela sociedade.

Para tanto, o livro didático deve garantir a aquisição dos conhecimentos geográficos, utilizando-se de procedimentos, envolvendo várias linguagens e promovendo o desenvolvimento do aluno a fim de que possa identificar diversos aspectos da realidade. Deve também, refletir sobre eles, elaborar novos modelos propondo sugestões de soluções para os desafios enfrentados, estimulando o convívio social e o respeito por diferentes culturas.

3.1 A linguagem audiovisual para abordagem clara e dinâmica

Durante muito tempo o objeto de estudo da escola básica consistia unicamente em reproduzir conhecimentos e valores morais e cívicos às novas gerações, de acordo com os interesses e a ideologia das classes dominantes. Mas as mudanças foram acontecendo e hoje a escola tem um papel fundamental, caracteriza-se como lugar social, interagindo com diferentes grupos, sujeitos e instituições.

Em função do intenso e acelerado desenvolvimento tecnológico, o mundo vem sofrendo constantes e rápidas mudanças.

Os meios de comunicação têm evoluído cada vez mais. O rádio, a televisão e a internet exercem papel importante no enriquecimento dos conhecimentos. É fundamental, portanto, que o professor fique atento a essas mudanças e acompanhamentos juntamente com os seus alunos, utilizando as imagens por estes meios produzidos e ajudando-os a interpretá-los.

Nesse sentido, é proposto trabalhar a história de forma lúdica e prazerosa, procurando proporcionar ao educando condições necessárias à aquisição de conhecimentos que ajudem a compreender o mundo e a sociedade em que vivem descobrindo a existência de realidades diferentes; entender os fatos históricos de seu bairro, município, estado e do seu país como resultado de um longo processo de transformação. Para que tudo isso aconteça é

preciso montar estratégias, levando em consideração a idade e a série dos alunos.

É fundamental buscar uma prática pedagógica, voltada para a construção do conhecimento histórico respeitando a realidade dos alunos, o que vivenciam e o cotidiano de cada um. Essas estratégias lhes permitirão o acesso a todo tipo de conhecimento, dando oportunidade para entender o passado, explicar o presente numa perspectiva de futuro. Nessa proposta, o educando transforma-se, pois, em um sujeito participante de sua própria história, de sua cidadania.

Nas diversas modalidades de ensino é possível desenvolver trabalhos interdisciplinares adequando-os ao nível do educando sobre temas e problemas. Fazendo um trabalho onde envolvam linguagem audiovisual acompanhada de símbolos, gráficos, fotografias, som e imagem, o estudante será capaz de entender a linguagem rápida e concisa do contexto onde está inserido.

3.2 A reutilização dos mapas como meio de compreensão e representação do espaço

A cartografia é um conhecimento que vem se desenvolver desde a pré-história até os dias de hoje. Esta linguagem possibilita sintetizar informações, expressar conhecimentos, estudar situações, entre outras coisas, sempre envolvendo a ideia da produção do espaço: sua organização e distribuição.

Os passos metodológicos de mapear levam à formação de um bom leitor. Baseando-se na teoria de Piaget (1980), de que a criança na idade do pensamento concreto necessita agir para conseguir construir conceitos e edificar os conhecimentos, sugerimos que se leve o aluno a elaborar mapas para torná-lo um leitor eficaz.

Essa ideia tem sido mal interpretada, pois existe no mercado editorial uma proliferação de cadernos de mapas mudos destinados a que o aluno coloque nome de países e rios, ou pinte países,

estados ou município. Estas tarefas são mecanicistas e não levam à formação de conceitos quanto à linguagem cartográfica. A ação para que o aluno possa entender a linguagem cartográfica não está em pintar ou copiar contornos, mas em fazer o mapa para que, acompanhando metodologicamente cada passo do processo – reduzir proporcionalmente, estabelecer um sistema de signos ordenados, obedecer a um sistema de projeções para que haja coordenação de pontos de vista (descentralização espacial) – familiarizar-se com a linguagem cartográfica.

Em suma, através desta ação de mapear e não através de cópias ou pinturas de mapas, dá-se um verdadeiro passo metodológico para o aprendizado de mapas.

Para Piaget (1971, p. 36) “Todo conhecimento deve ser construído pela criança através de suas ações”. Essas ações, em interação com o meio e o conhecimento anterior já organizado na mente, proporciona a acomodação dos conhecimentos percebidos que passam assimilados. Portanto, para que o aluno consiga dar o significado aos significantes deve viver o papel de codificador, antes de ser decodificador.

Três aspectos devem ser considerados neste momento: a função simbólica, o conhecimento da utilização do símbolo e o espaço a ser representado.

Piaget (1971), diz que a função simbólica surge por volta dos dois anos de idade com o aparecimento da linguagem. No caso particular deste trabalho, porém, o interesse é o da compreensão simbólica como representação gráfica, isto é, dos símbolos criados pela criança que reapresentam uma ideia ou objeto.

Assim, consideremos o espaço de ação cotidiana da criança, o espaço a ser representado. A partir dele também serão construídas as noções espaciais. A criança perceberá o seu espaço de ação antes de representá-lo, e, ao representá-lo usará símbolos, ou seja, o codificará. Antes, portanto de ser leitora de mapas, ela deverá agir como mapeadora do seu espaço conhecido.

3.3 Avaliação no ensino da Geografia

Acreditamos que a prática da avaliação deve ser contínua para que possa estar ligada, principalmente, ao desenvolvimento do grupo e de cada criança em particular.

A avaliação deve ser diagnosticada na medida em que verifica o estágio inicial do conhecimento do aluno sobre determinado conhecimento e também detecta problemas de aprendizado na construção de noções, conceitos e do conhecimento de forma geral. Essa avaliação diagnóstica, entretanto, deve avançar sem seu caráter de verificação: deve ser feita durante o processo a ser encarada como parte dele, de forma que se transforme em um indicador, ainda em processo e não somente no seu término, para a mudança da forma de ensinar e aprender, o que trará benefícios aos envolvidos nesse processo. Dessa forma, a avaliação perde seu caráter seletivo para intervir no processo e indicar maneiras de conduzi-lo para o sucesso e não para o fracasso. Mudar a maneira de ensinar determinado assunto, mudar o tema a ser tratado por outro de maior interesse e pertinência, replanejar o nosso trabalho (como docentes) e redirecioná-lo de maneira a aumentar a sua eficácia no processo são algumas das contribuições que uma avaliação diagnóstica e processual pode-nos trazer.

Vivemos atualmente grandes mudanças no cenário educacional e demos um grande salto ao redirecionamento nosso olhar sobre o educando. Percorremos um longo caminho até conseguimos nos centrar no como se aprende e para que se aprende. Nosso desafio continua sendo o de avaliar esse potencial da criança de forma a poder intervir no processo auxiliando-a seu desenvolvimento e não desconsiderando seu saber.

4. Conhecendo o espaço físico e o ensino de geografia do Centro Educacional do Cariri

O Colégio Centro Educacional do Cariri, situado na Praça da Bandeira n° 300, na cidade de Juazeiro do Norte, foi fundado em 20 de janeiro de 1960, pela Sociedade Filantrópica Padre Cícero, esta fundação tinha como objetivo suprir a carência de uma instituição de ensino em sua comunidade. Quando foi criado o colégio chamado Ginásio 24 de março, em comemoração à data do aniversário de nascimento do Padre Cícero. Este nome foi conservado até 1965.

José Ribeiro de Melo foi um dos fundadores que no início funcionava com o ensino de 1ª a 4ª série, com cerca de 200 alunos. Os professores eram pagos pela Sociedade Padre Cícero, cabendo assim aos alunos apenas uma taxa simbólica, sendo isento dessa taxa, apenas os filhos dos sócios. O prefeito da cidade do Juazeiro do Norte na época da fundação do Colégio Aduino Bezerra era o Dr. Antonio Conserva Feitosa, eleito em 1959.

Em 1965, a Sociedade Padre Cícero, entrou em processo de falência, então o colégio passou a ser uma entidade particular, contudo teve que ser fechado, pois na época havia escolas de qualidade pagas pelo estado, e assim as pessoas não davam importância às escolas particulares.

No ano de 1976 a escola foi reaberta pelo governador Aduino Bezerra, que firmou convênio com a mesma. Foi a partir daí que a escola 24 de março, até então, passou a se chamar Colégio Aduino Bezerra. Esse convênio durou de 1976 a 1997, quando o governo de Tasso Jereissati acabou com a mesma alegando haver muitas escolas conveniadas. Na época algumas escolas tiveram que ser fechadas como o caso da Escola União dos Carroceiros, onde hoje funciona uma estação de rádio.

Em 1995, o governo implantou nas escolas públicas e conveniadas, um sistema de ensino, através de aparelhos de TV implantados nas salas de aula. Esse método não passa ou de uma

fase experimental, sem sucesso, onde foi substituído pelo método do ensino do Colégio Adauto Bezerra mesmo antes de fazer um ano, e nesse mesmo ano, foi implantado o ensino de educação infantil, que funciona até os dias de hoje.

Em 1997, com o fim do convênio, a diretora Gilvany Granjeiro Pereira, conhecida como Irmã Granjeiro, reuniu-se com os professores na 5ª Delegacia Regional de Educação (DERE), hoje a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 19), decidindo assim dar continuidade a seus projetos. Agora como ensino particular, passando então a ser cobrada taxas de mensalidade dos alunos, para que se pudesse arcar com as despesas do prédio e garantir os pagamentos dos professores e demais funcionários.

No ano 2001, o governo Tasso Jereissati acabou com o ensino Técnico da Escola de 2º Grau Dr. Diniz, que funcionava à noite no mesmo prédio do Colégio Adauto Bezerra. Por isso, passou a ser implantado o Ensino Médio, mudando conseqüentemente o nome da escola para Escola de Ensino Médio Getúlio Granjeiro, com a direção da Sra. Maria Rejane Alencar Gonçalves.

Em 2004, a Sra. Maria Rejane precisou se ausentar-se da cidade, assumindo assim a responsabilidade e o cargo de diretora a Irmã Granjeiro, que até hoje administra a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, com um total de 400 alunos. O prédio possui biblioteca, sala de vídeo e de informática, bebedouros e quadra de lazer.

A Escola possui normas que devem ser respeitadas e seguidas tanto pelos professores quanto pelos alunos. O aluno deve usar uniforme completo e cumprir horário de chegada e saída, assim como os professores e demais funcionários. A escola procura elaborar sempre reuniões com os pais ou responsáveis, nas quais discutem a ausência do aluno na sala de aula, comportamento, compromisso e outros pontos. Os livros adotados pela escola são de editoras distintas, escolhidos pelos professores.

Os alunos participam de aulas de campo, porém esta participação é restrita apenas aos alunos que os pais autorizarem, os mesmos precisam dispor de uma pequena taxa para eventuais despesas de transporte e outras. Essas aulas são geralmente feitas na Chapada do Araripe, Nova Olinda, etc.

Os alunos participam de aulas de Educação Física, de interclasses, quadrilhas, festas comemorativas, como hasteamento da Bandeira, desfile cívico pelas ruas, fanfarras, festas de *halloween* e semana cultural.

A escola já possuiu um Grêmio Estudantil, que foi extinto por falta de participação e compromisso por parte dos alunos. Os professores procuram diversificar as aulas através de palestras, seminários e vídeos educativos, expondo assim os conteúdos de forma diversificada e dinâmica.

4.1 O ensino da Geografia

O ensino de Geografia vem sendo, há décadas, desenvolvido através da utilização de poucos recursos metodológicos como: aulas expositivas, fichamentos, apontamentos, leituras de documentos e de livros didáticos, trabalhos individuais e em grupos ou seminários, práticas que muitas vezes não despertam no aluno o interesse pela Geografia. Assim o aluno limita-se quase sempre, a decorar informações, fatos, datas, observar mapas, paisagens, o que torna a Geografia uma disciplina enfadonha.

Os avanços tecnológicos do mundo globalizado transmitem para a sociedade uma enxurrada de novos conceitos e valores, através de imagens publicitárias expressadas em TV, revistas, outdoor, cinema e principalmente, do mundo virtual, que além de abordar uma infinidade de temas, traz para diversos níveis sociais informações relevantes, mas muitas vezes imprecisas, para o estudo da Geografia. Diante dessa nova perspectiva metodológica, exige-se do educador a diversificação dos seus conceitos e da forma de ensinar a Geografia, de maneira que desperte nos alunos o

interesse pelo seu estudo, envolvendo-nos no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, se faz necessário procurar meios para tornar o estudo da Geografia mais atraente, levando em consideração que os recursos disponíveis são variados, como:

Trabalhar com imagens (fotos, plantas, croquis, imagens de satélite etc.). Não esquecendo que esses instrumentos de trabalho são meios a serviço da aquisição de conceitos. Portanto, ao utilizá-los, o professor deve ter em mente dois objetivos fundamentais: o de levar o aluno a fazer uso deles corretamente, isto é, orientá-los a reconhecer a vaidade desses documentos; o de instrumentá-lo para que possa empregar métodos de análise nesses documentos.

Utilizar técnicas de trabalho em grupo que estimulem o diálogo, a integração e cooperação, melhorando, assim, a socialização e o desenvolvimento da capacidade de comunicação.

Incentivar o hábito da consulta ao dicionário para descobrir o significado das palavras desconhecidas ou esclarecer o sentido de termos sobre os quais se tenha dúvida.

Estimular a observação de fatos e fenômenos reais, que são incorporados ao processo de construção do conhecimento.

Utilizar filmes e documentários, pois leva o aluno a observar, comparar e analisar diferentes momentos, paisagens e culturas.

Convidar pessoas da comunidade e profissionais para realizar palestras sobre assuntos de interesse da turma.

Promover a confecção de painéis, cartazes, maquetes, livros e textos coletivos e conservá-los para utilização em exposições, relatórios, experimentos diversos, estimulando assim a organização e a classificação da produção realizada.

Incentivar visitas a bibliotecas, museus, órgãos públicos e livrarias para levantamento de dados e material de apoio à realização dos trabalhos.

Promover aulas de campo (estudo de meio), tendo em mente que essa atividade traz resultados muito positivos.

Organizar uma biblioteca comunitária com a arrecadação de livros sobre assuntos diversos ligados aos temas tratados em sala de aula e adequados à faixa etária dos alunos.

Planejar projetos de reciclagem, economia energia, coleta seletiva de lixo e hortas comunitárias, a fim de desenvolver noções e condutas ligadas ao trabalho em grupo.

Confeccionar varal ou mural com notícias relacionadas a aspectos geográficos da região.

Identificar as fontes poluidoras dos rios, do ar e solo local, indústrias, agroindústrias ou matadouros. Promover a discussão e debate sobre esses problemas, levando possíveis soluções.

Pesquisar sobre as indústrias locais que respeitem o meio ambiente, promovendo visitas para observação dos métodos utilizados.

Todas essas atividades são de enriquecimento, viabilizando o processo ensino e aprendizagem, enriquecendo a metodologia de trabalho do professor-educador.

5. Análise dos dados

O professor segue a grade curricular determinada pelo Ministério da Educação (MEC) em concordância com o coordenador pedagógico. O livro adotado na escola é o Projeto Araribá da Editora Moderna. Além deste, o professor utiliza outros para leituras relacionadas ao tema em estudo e principalmente para ampliação do conhecimento dos alunos.

As atividades são diversificadas e inovadoras do tipo: trabalhos em grupos; pesquisas; consultas ao dicionário; observação de fatos reais; confecção de cartazes, painéis; visitas a biblioteca, museus, órgãos públicos, livrarias; aulas de campo; palestras com profissionais; utilização de mapas; projetos como: Organização de uma biblioteca comunitária e coleta seletiva e reciclagem de lixo.

O professor ao entrar em sala, tem em mente, fazer a mediação do conhecimento do aluno com atividades realizadas, procurando incentivar a participação de todos, valorizando os conhecimentos já adquiridos. Ele se mantém numa postura aberta e dialógica, indicando os caminhos para o aprofundamento dos conteúdos.

Quando à escola, a área livre destinada às atividades extras é pequena, porém isso não prejudica o trabalho do professor. Como a quantidade de alunos por sala é pequena, em média 25 alunos, ele os desloca para aulas de campo, onde consegue com isso, uma maior participação e interesse dos mesmos pela matéria estudada.

Durante a maior parte das aulas (em sala), a reação da maioria dos alunos e de participação nas atividades propostas, estabelecendo diálogo entre aluno/aluno e aluno/professor, num clima de múltipla aprendizagem.

Como dificuldade, o professor coloca a falta de incentivo e agilidade da direção na promoção e deslocamento dos alunos para as áreas de aulas de campo mais distantes. Falta de apoio no que diz respeito a situações de conflito entre aluno/professor, quase sempre o aluno está com a razão; os pais por sua vez, cobram demais, talvez por estarem atuando sempre com seus filhos na obtenção de resultados positivos no que diz respeito a sua aprendizagem.

Segundo a professora, se ela pudesse mudar algo nas suas aulas, retiraria alguns métodos tradicionais utilizados (que são de imposição da direção) e utilizaria meios mais inovadores como: o uso do computador em sala, com programas educativos (enciclopédias, Atlas eletrônico, infográficos, softwares a respeito da História da Terra, Astronomia, de clima, etc.). Concluída a etapa de observação e coleta de informações a respeito do trabalho do professor, partimos para a pesquisa com alunos do Ensino Fundamental (6º ao 9º) ano, através da aplicação de um questionário, que teve como objetivo, analisar o estudo da Geografia no Centro Educacional do Cariri (alvo da pesquisa).

A maioria dos alunos respondeu que nunca ficaram reprovados na matéria de Geografia, a mesma quantidade também respondeu que gosta das aulas de Geografia mais que qualquer outra disciplina; responderam ainda que o professor utiliza diversos materiais que facilitam a apreensão dos conteúdos como: TV, CDs, DVDs, mapas, textos de jornais, cordel, Atlas etc.

Quase a totalidade dos alunos disse utilizar e gostar do livro por eles trabalhado, porém alguns confessaram não leem em casa as páginas propostas pela professora. Uma pequena minoria diz estudar e pesquisar em outras fontes como: livros, jornais, revistas, internet, complementando o trabalho realizado em sala, e ainda fazem anotações no caderno quanto à explicação da professora.

Sobre o gosto pelas aulas, eles responderam existir momentos legais e chatos. Os legais são quando a professora promove aula de campo; os chatos são quando eles precisam fazer as avaliações (provas escritas).

Quanto às mudanças que eles proporcionam nas aulas se fossem professores, responderam (a maioria) que deixariam os alunos mais livres durante as aulas para decidirem o que estudar e como proceder.

Para eles, a Geografia serve para conhecer melhor o mundo que os cercam e compreendem a realidade tal qual ela se apresenta

Conclusões

A partir do que observamos, podemos concluir que os professores de Geografia do Fundamental II da Escola Centro Educacional do Cariri, procuram adotar uma metodologia dinâmica que incentiva a participação dos alunos nas aulas, com atividades de observação, comparação, pesquisa, debates, discussões e elaboração de hipóteses e conclusões.

Na sala de aula, o aluno pode questionar, raciocinar e buscar soluções, articulando seus conhecimentos prévios com os dos colegas e os do professor, isso significa que o aluno pode se atuante

no processo ensino aprendizagem, participando na elaboração e reelaboração do conhecimento.

O conteúdo é apresentado de maneira prática, complementando por textos informativos e atuais. São consideradas as experiências do espaço do próprio aluno e sugeridas buscas constantes de fatos e levantamento de dados, para que o aluno possa, a cada momento, buscar subsídios, opinar, problematizar elaborar e construir conhecimento. Entendemos que a forma como os conteúdos são trabalhados estimula o aluno a participar intensamente do processo de aprendizagem.

A professora utiliza diferentes linguagens (textos jornalísticos, poéticos, produções musicais, imagens fotográficas e outros), auxiliadas por atividades práticas e problematizados para outros alunos, a fim de que eles construam seus alicerces com criatividade e estímulo à informação e a formação do seu caráter, para futuras tomadas de decisões.

Entendemos também que não é tão difícil realizar tal prática, pois nas escolas particulares os professores geralmente têm abertura para diversificar suas aulas; difícil é, talvez para os professores que trabalham nas escolas da rede pública, onde as situações são adversas, geralmente faltam materiais, a quantidade de alunos por sala é bem maior e outros fatores que interferem nesse processo deveria ser dinâmico.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino da Geografia, 1998.**

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética.** Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. **A noção de tempo na criança.** Rio de Janeiro: Record Cultura, 1980.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo, didática.** Campinas: Autores Associados, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed.
São Paulo: EDUSP, 2008.

Capítulo 16

Um olhar sobre a educação ambiental escolar no Brasil: análise entre as políticas afirmativas e o PNAIC

Maria Claudia Araújo da Silva

Inaura Soares de Araújo

Theóphilo Michel Álvares Cabral Beserra

Introdução

A escola atualmente passa por um grande desafio que se traduz na tentativa de formar cidadãos críticos e reflexivos, conscientes e atuantes na busca pelo protagonismo juvenil. Trata-se de uma tarefa complexa e abrangente e, portanto, exige da escola um movimento que ultrapasse temas, conteúdos e programas. Nessa realização, percebemos o verdadeiro sentido da palavra cidadania.

A Educação Ambiental vem sendo valorizada como uma ação educativa que deveria estar presente nas escolas de forma transversal e interdisciplinar. Pela política nacional de Educação Ambiental, aprovada em 1999 e regulamentada em 2002, a Educação Ambiental é obrigatória em todos os níveis de ensino e considerada extremamente essencial na educação fundamental (CARVALHO, 2004).

A importância do envolvimento de toda comunidade escolar é destacada por Krasil chika apud Castro (2005) quando reafirma que:

A educação ambiental deverá ter um enfoque global e integrado, não podendo ser reduzida a uma disciplina escolar. Deverá ser responsabilidade de toda a escola e permear todo o currículo escolar, visando, em última instância, que a comunidade se estruture e se organize para o desenvolvimento de pesquisas permitindo que, com recursos próprios e tecnologia adequada, sejam resolvidos os problemas prioritários. (KRASIL CHIK apud CASTRO, 2005, p.192)

Surge nesse contexto histórico o grande desafio a ser abordado nesse trabalho as políticas educacionais para conscientização da importância da reciclagem e aprendizagem destes alunos, que antes eram mínimos dentro da escola.

Destacamos Travassos (2006, p.12) quando afirma que “A Educação Ambiental tem que ser desenvolvida como uma prática para qual todas as pessoas que lidam em uma escola precisam estar preparadas”.

Assim sendo, nosso dever é formar cidadãos com comportamentos e hábitos, que venham a proibir que o meio ambiente seja afetado pela ação do próprio homem, torna-se inadequado para a vida saudável o que se pretende deixar pelas futuras gerações.

Um projeto ambiental tem que ter qualidade e para que venha trazer bons resultados é necessário, antes de qualquer coisa, o envolvimento e a participação de toda comunidade escolar. Podemos dizer então, que o educador é a peça fundamental no processo de conscientização da sociedade, afinal, é através do mesmo que poderão ocorrer as mobilizações. Também sabemos que nem todos os educadores têm essa percepção a respeito de Educação Ambiental, por muitas vezes, não receberam a formação necessária.

Essa formação aos educadores é urgente, a fim de fornecer um embasamento multidisciplinar, tão escasso no momento presente. Só assim, será garantido aos nossos educandos, uma visão clara, abrangente e sem distorções da relação do homem com o meio que ele vive. E Travassos (2006) destaca:

Depende de um trabalho de capacitação e treinamento de professores, pois se trata de trabalhar com várias áreas do conhecimento ao mesmo tempo. Somente dessa forma será promovida uma total mudança dos valores culturais negativos que se estabeleceram desde longa data. TRAVASSOS (2006, p.57)

Assim o Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa, caracteriza a formação continuada em 2015/2016 como interdisciplinar, orientando os professores do I Ciclo do Ensino Fundamental e como utilizar os recursos naturais e aplicar no dia-a-dia da comunidade onde vive.

1. O PNAIC a Educação Ambiental Escolar

A preocupação ambiental vem sendo tratada no âmbito internacional desde a realização da Conferência de Estocolmo em 1972, ganhando destaque na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92), onde a proposta da sustentabilidade foi consolidada como diretriz para a mudança de rumo no desenvolvimento sustentável passou a ser um referencial para todos os países. (AGENDA AMBIENTAL NA ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- Brasília-DF /2009 5ª Edição)

Dessa forma torna-se indispensável à reciclagem, pois como afirmam Rodrigo e Cavinatto: “*reciclar significa transformar os restos descartados por residências, fábricas, lojas e escritórios em matéria-prima para a fabricação de outros produtos*”. (2003, p. 65). No caso do nosso artigo, materiais didáticos para aulas do ensino fundamental.

A mudança do paradigma educacional aliada à formação de cidadãos devidamente preparados e conectados à natureza representa, hoje, momento histórico de extrema urgência, porém, essa preocupação não é algo recente. Um capítulo inteiro, dirigido exclusivamente à educação ambiental, já estava previsto na constituição Federal de 1988, determina em seu artigo 225 §1º inciso VI: “Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Capítulo VI

Do Meio Ambiente

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à saída qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo as presentes e futuras gerações. § 1º para assegurar a afetividade desse direito, incumbe ao poder público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético;
- III - definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que e dará publicidade;
- V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para vida, a qualidade de vida e meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação dos meios ambiente;

VII – a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas a meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica, mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operarem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei Federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Baseando-se numa visão de escola transformadora, capaz de mudar comportamentos, as Diretrizes Curriculares de Ciências para a Educação Básica (2006, p.27) ” surge como um sólido alicerce a fim de proporcionar aos alunos que estabeleçam as relações entre o mundo natural (conteúdo de ciências) o mundo construído pelo homem (tecnologia) e seu cotidiano (sociedade) ”.

O grande desafio para a educação é tornar oportuno e garantir uma aprendizagem significativa, criando nos educandos, comportamentos e ações ditas ambientalmente corretas, com práticas apreendidas no dia-a-dia da escola. A teoria da aprendizagem significativa, criada pelo psicólogo

Tendo em vista que a escola, através de todos os componentes, faz parte da sociedade e, evidentemente, é a

responsável pela sua transformação, deve assumir responsabilidades, interagindo uns com os outros em relação à preservação ambiental com dois objetivos: a capacitação dos alunos para uma tomada de decisão e ações concretas. Conforme os PCNS, “Os fundamentos científicos devem subsidiar a formação de atitudes dos alunos” (1997, p. 18). Com isso, entende-se que é necessário que o aluno não só tenha o conhecimento de que não se deve jogar o lixo nas ruas, mas que precisa, além disso, ter consciência de que aquele lixo pode passar anos ou décadas para se recompor, causando grandes complicações ambientais. É preciso também que os alunos tenham conhecimento de que a qualidade do lixo pode ser minimizada a partir de um processo reciclável ou então evitando e desperdícios que muitas vezes chega a ser incontrolável.

Diante deste contexto é criado O Programa de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), promovido pelo governo federal e firmado junto aos estados e municípios, tem o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem no ciclo de alfabetização. Nesse sentido, propicia ações articuladas de formação continuada, utilização de materiais didáticos e pedagógicos, avaliação, gestão e mobilização social.

Garantir o direito à alfabetização plena a todas as crianças até os 8 anos de idade: esse é o desafio do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, implementado em 2012.

Nesse programa os Cadernos de Educação no campo, jogos e interdisciplinar dos cursos propostos (Português/2013, Matemática/2014 e Interdisciplinaridade 2015/2016). Visa a conscientização discente/docente/família para uma melhor qualidade do meio em que vive. Assim, este pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena a meninas e

meninos, até o final do ciclo de alfabetização (Caderno de Apresentação do Pacto 2015).

2. Metodologia

O trabalho consiste em revisão da literatura e pesquisa principalmente qualitativa, com apresentação de dados quantitativos. Depois disso, faz uma reflexão sobre o objetivo maior da educação e uma revisão da proposta de reutilização de materiais no cotidiano escolar no Brasil. No segundo momento serão realizadas palestras educativas com as ONGs do município para incentivar a comunidade escolar a responsabilizar-se pelo lixo que produz através de campanhas. Montagem de coleta seletiva, e os docentes compreendam o alfabetizar de forma cidadã e não só para leitura e escrita.

Conclusões

A ação conjunta entre todos na escola é fundamental para a realização de uma educação escolar de qualidade. Para se chegar a esse índice que todos esperam nas escolas é preciso haver uma sintonia profunda entre os poderes constituídos em todos os níveis administrativos.

A gestão, o professor, o aluno e a família são referenciados como uma influência muito grande no sucesso escolar das, nas ações, na valorização e no comprometimento. Não se pode afirmar que o fracasso escolar está somente relacionado com as classes sociais dos alunos, mas deve-se estudar o fracasso na relação com o saber e a escola.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1988.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Adaptações Curriculares. Brasília: MEC/SEF/ SEESP, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa.** Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: DF, 2012d

_____. **AGENDA AMBIENTAL NA ADMISTRAÇÃO PÚBLICA-** Brasília-DF /2009 5ª Edição

_____. **A educação ambiental na formação de professores. Rede de Saberes.** Tristão, Martha. São Paulo: SP, 1ª edição: junho 2004 **BRASIL.**

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: Meio Ambiente e Saúde.** Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental – 3 ed. Brasília: MEC/ SEF, 1997. V 9.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização pela idade certa- Brasília- DF -** Caderno de Apresentação 2013/2014/2015. 1ª Edição.

Capítulo 17

Educação ambiental e suas contribuições para formação social

Maria Aparecida da Silva¹

Introdução

O homem vem provocando dia após dia danos ao meio ambiente, destruindo florestas, poluindo rios, encostas, destruindo e abstraindo-se dos mais variados recursos disponíveis na natureza. Diante de tamanha destruição entidades públicas e privadas começaram a discutir sobre tais acontecimentos, propondo medidas de intervenção. No entanto muitos são os desafios para fixação de tais normas.

A educação ambiental foi considerada como principal meio a ser desenvolvido para minimizar as ações antrópicas sobre o meio ambiente. A escola é responsável por realizar esta primeira intermediação entre homem e natureza, buscando conscientizar sobre seus direitos e deveres na sociedade e respeito com o meio ambiente.

Os Parâmetros Curriculares para Educação Ambiental têm em seus princípios de atuar no processo de formação de indivíduos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade, zelando pelos recursos disponíveis no meio ambiente. O preste trabalho tem como

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC., Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Patos – FIP. E-mail: bonequinha_jay@hotmail.com

finalidade analisar a educação ambiental em suas contribuições na prática da sustentabilidade. O desfecho deste estudo é embasado em revisão literária de pesquisadores como: Carvalho (1998), Moraes (2002), Reigota (1995) e outros.

Cabe salientar que, o processo de educação ambiental ocorre de forma contínua, em que não deve se limitar apenas ao ambiente escolar, mas sobre todas as atividades do indivíduo em diferentes ambientes e ao longo de sua vida.

1. Pressupostos sobre Educação Ambiental

Com tantas mudanças que ocorreram no meio ambiente, tornou-se necessário compreendê-las e averiguar seus riscos e desafios na recuperação e minimização dos danos ambientais. A educação ambiental passou a ser discutida em seus princípios, valores e principalmente em sua atuação como transformadora de uma sociedade agressora (CARVALHO, 1998).

É relevante destacar que a Educação Ambiental surgiu das necessidades da sociedade, em especial para minimizar os impactos provocados pelo homem no meio ambiente. Lima ressalta sobre tal necessidade de implantação da EA:

“(…) A questão ambiental revela o retrato de uma crise pluridimensional que aponta para a exaustão de um determinado modelo de sociedade que produz, desproporcionalmente, mais problemas que soluções e em que as soluções propostas, por sua parcialidade, limitação, interesse ou má fé, acabam por se constituir em novas fontes de problemas” (LIMA: 1999.110).

Porém, muitos são os desafios para conscientização do indivíduo, em respeitar o meio ambiente. Nóvoa (1991: 29), ressalta que:

Grande parte do potencial cultural (e mesmo técnico e científico) das sociedades contemporâneas está concentrado nas escolas.

Não podemos continuar a desprezá-lo e a minorizar as capacidades de desenvolvimento dos professores. O projeto de uma autonomia profissional, exigente e responsável, pode recriar a profissão professor e preparar um novo ciclo na história das escolas e dos seus atores.

Para Reigota (1995), a Educação Ambiental deve ser articulada com princípios políticos a ser vivenciados pela sociedade, em respeitar o meio ambiente, usufruindo o homem destes recursos de forma equilibrada, reparadora e com respeito. O indivíduo em seu âmbito familiar não trabalha muitas vezes a conscientização em respeitar o meio em que vive, como: jogar lixo em lugar adequado, não poluir rios, não desmatar a natureza ou orientação para não causar qualquer tipo de dano ou agressão a mesma.

A adoção de medidas educativas ambientais tem como finalidade de modificar a postura da sociedade, postura tal incorreta que vem causando sérios danos para a natureza/ambiente e para o próprio indivíduo. Com o desenvolvimento do capitalismo, o indivíduo passou a pensar cada vez mais em si e esquecendo do meio que o cerca, causando danos irreparáveis. A educação ambiental visa conscientizar o homem e propor um crescimento econômico embasado na prática da sustentabilidade (ORR, 1992).

1.1 O homem e o meio ambiente

Segundo Featherstone (1997), com as barreiras existentes entre o equilíbrio do homem com a natureza, sendo esta de difícil execução devido à ganância do homem e produzir riquezas, usufruindo de forma desenfreada e depositando resíduos em locais inadequados, desencadeou sérios problemas ambientais.

O homem passa a cada dia a pensar e desenvolver mais recursos tecnológicos que facilitem a vida, no entanto esquece da prática da sustentabilidade ao relacionar a tais produções. Os

avanços tecnológicos foram muitos, no entanto os avanços para minimizar os danos ambientais não atingiram o mesmo índice da revolução tecnológica, acontecendo assim o reverso, pois é difícil a conscientização e ação da sociedade de forma equilibrada e reparadora no meio ambiente (BAREICHA, 2005).

De acordo com Moraes (2002: 101), com as mudanças climáticas, e outras formas de desequilíbrio ambiental, é necessário refletir que:

Neste início de século XXI, que não tem sido nada fácil em termos políticos, sociais, chegando a um ponto crucial. É urgentíssimo que atentemos para os pedidos de socorro do meio ambiente; não dá mais para tolerar quaisquer contemporizações. Gosto de lembrar a frase bíblica: “O machado está posto à raiz da árvore”; é a árvore da vida: ou a salvamos ou não nos salvamos.

O homem vê a natureza como um supermercado de consumo gratuito, em que apenas consome e possui muitas vezes a ótica de que sozinha se reconstitui, não necessitando de atenção, e que não existe limitações, considerando também os recursos como infinitos ou sempre renováveis. O meio ambiente pede socorro e o homem finge não ver. Diante destes acontecimentos a conscientização passou a ser valorizada, porém de difícil prática por grande parte da sociedade (DIAS, 1994).

Segundo Leff (2001), os problemas ambientais crescem a cada dia, tornando-se cada vez mais difícil minimizar. A transmissão de valores para a sociedade muitas vezes parece estar sendo inviável necessitando de uma postura mais rígida para respeitar as necessidades de atenção e proteção ao meio ambiente.

1.2 O papel da escola no processo de conscientização

Segundo Mayer (1998), o processo de educação ambiental deve ser articulado conforme seus valores de sustentabilidade,

formação de sujeitos reflexivos, conscientes e praticadores de uma conduta adequada no meio ambiente.

De acordo com os PCN's o meio ambiente deve ser trabalhado no ambiente escolar como tema transversal:

A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimentos, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaços para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significados construídos na realidade dos alunos. (SEF-MEC: 1997: 40).

A educação ambiental tem em suas características de: ser articulada como processo interativo, em que o repasse de valores ambientais ocorra de forma direta, com apresentação de problemáticas e práticas de medidas de intervenção educativas. Também deve ocorrer de forma transformadora, em que o indivíduo adquira conhecimentos para articular na sociedade a ética ambiental, promovendo mudanças de atitudes (MEC, 1998).

Esta proposta de transversalidade está relacionada a:

Pressupõe um tratamento integrado nas diferentes áreas. Provoca a necessidade da discussão, reflexão e ação consciente na escola no que se refere a aprendizagem de valores e atitudes. Aponta para uma transformação da prática pedagógica. Implica na necessidade de um trabalho sistemático e contínuo. (PCN's, 1997: 38-39).

É necessário que o docente promova momentos de interação, reflexão e ação com o educando perante os problemas ambientais. A escola deve trabalhar a educação ambiental com finalidade pedagógica inovadora, permitindo a transformação e formação de valores com base na sustentabilidade (PÁDUA, 1997).

1.3 Compreendendo os princípios da sustentabilidade

A sustentabilidade está relacionada com a finalidade de sustentar, em tornar estável a presença de recursos naturais utilizados pelo homem. Este termo é estabelecido com princípios educativos para as organizações não agredirem de forma desenfreada o meio ambiente. De acordo com Shiva (1991), a sustentabilidade visa equilibrar as relações entre homem e natureza, dirimindo as oscilações de desequilíbrio ambiental.

A ação da sustentabilidade segundo Guimarães (2001: 64) deve ocorrer como:

“Em primeiro lugar, para caso de gestão dos recursos naturais renováveis, dois princípios destacam-se como fundamentais. Por um lado, as taxas de utilização devem ser equivalentes às taxas de reposição. Por outro lado, as taxas de emissão de efluentes devem ser iguais à capacidade de assimilação dos ecossistemas em que tais efluentes são lançados. O anterior significa que as taxas de recuperação e as taxas de regeneração devem ser tratadas como capital natural”.

Os avanços tecnológicos têm atuado no surgimento de impactos ambientais, necessitando de atenção diante de sua produção e consumo. A sociedade está em risco, devido às consequências negativas sobre a biosfera perante o desenvolvimento econômico e tecnológico. A prática da sustentabilidade deve ser executada para minimizar os impactos ambientais e evitar o esgotamento dos recursos naturais (BECK, 1992).

1.4 A Qualidade de Vida e meio ambiente

É relevante destacar que a qualidade de vida não está apenas relacionada a boas condições de saúde, educação, saneamento básico, porém permeia também as condições ambientais, estando estas favoráveis para qualidade de vida do homem. “É necessário

de elementos para a elaboração de um novo conjunto de indicadores que mensurem, a um só tempo e de forma integradora, o bem-estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico” (HERCULANO, 2000: 02).

A partir da Conferência de Estocolmo em 1972, as pessoas passaram a ter conhecimento sobre os mais variados problemas ambientais, que necessitavam de atenção, pois a vida do homem diante destes problemas se encontrava e encontra-se em risco. Durante este evento foram instituídas várias políticas a serem executadas pela sociedade, como a sustentabilidade e conscientização ambiental (BARROS, BETTO, 2009).

Para Sen (2011), é necessário discutir sobre a importância do equilíbrio ambiental. No meio ambiente encontra-se disponíveis vários recursos essenciais para a vida do indivíduo, sendo estes renováveis e não renováveis. É relevante que o indivíduo utilize os recursos naturais e sustente sua presença no meio ambiente.

Em conformidade com Clegg (1998), o desenvolvimento de organizações que utilizam os recursos naturais com fins lucrativos tem ocasionado graves problemas ambientais. Diante do exposto o autor aborda que:

À medida que critérios naturais para definir limites de uma biorregião não são mutuamente exclusivos nem destituídos de critérios humanos de utilização e percepção, as comunidades, inseridas nas biorregiões, deveriam readquirir autoridade para tomarem decisões locais a fim de gerar auto-suficiência ambiental e econômica de produção e utilização. A ecologia profunda, a ecologia espiritual, a ecologia social e ecofeminismo – as quais diferem principalmente em termos de ênfases e meios, ao invés dos fins, da agenda radical de mudança transformacional na relação homem-natureza (CLEGG et al. 1998, p. 369).

Assim, a educação ambiental é relevante para o homem se conscientizar sobre a responsabilidade em cuidar de todo o conjunto presente no meio ambiente, respeitando, preservando e reconstruindo (SAUVÉ, 2005). A qualidade de vida permeia nas

mais variadas relações do homem com meio em que vive, englobando a saúde, recursos que permitam suprir suas necessidades básicas e também o meio ambiente.

Conclusões

O estudo realizado permitiu compreender que a Educação Ambiental em sua relevância para conscientização do indivíduo proporcionado o desenvolvimento de pessoas mais conscientes sobre sua atuação no meio em que vive.

A sustentabilidade é essencial para o homem, em que deve respeitar as limitações e necessidades de descanso da natureza, buscando preservar e conservar tais recursos, com a finalidade de garantir melhor qualidade de vida para as gerações futuras e a do presente.

Referências

- BAREICHA, P. A construção coletiva da consciência ecológica por meio da pedagogia do drama. In: FLEURY, H. & MARRA, M.: **Intervenções grupais na educação**. São Paulo: Agora, 2005.
- BARROS, M.; BETTO, F. **O amor fecunda o universo: ecologia e espiritualidade**. Rio de Janeiro: Agir, 2009, 245p.
- BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. London: Sage Publications, 1992.
- CARVALHO, I.C.M. **Em direção ao mundo da vida: Interdisciplinaridade e Educação Ambiental**. São Paulo: SEMA & IPÊ, 1998.
- CLEGG, S. R Et al. **Handbook de estudos organizacionais**. Ed. Atlas. São Paulo, 1998.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo, Gaia, 1994.

- FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade.** Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. São Paulo. Studio Nobel/Séc, 1997.
- GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N (Org.). **O desafio da sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil.** São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2001.
- HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene et al. (org.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais.** Niterói: EDUFF, 2000, 334p.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001
- LIMA, G. C. **Questão ambiental e educação: contribuições para o debate.** Ambiente & Sociedade. Ano 2, N° 5, p. 135-153, Campinas: 1999.
- MAYER, M. **Educación Ambiental: de la acción a la investigación.** Roma: Enseñanza de las Ciências, 1998.
- MEC. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil.** Brasília-DF, MEC/SEF, 1998.
- MEC/SEF: **Parâmetros Curriculares Nacionais. Apresentação dos Temas Transversais e Ética.** Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1997.
- MORAIS, R. Ecologização das sociedades e o direito ambiental: In: **Revista Jurídica,** PUC-Campinas, v. 18, n° 2, 2002, p. 97-107.
- NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor.** Porto: Porto Editora. 1991.
- ORR, D. **Ecological Literacy - Education and the Transition to a Postmodern World.** Albany: State University of New York Press, 1992.
- PÁDUA, S.M; TABANEZ, M. F. **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil.** Brasília, DF: Ipê, 1997.
- REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social.** São Paulo: Cortez, n. 41, 1995.

SEN, A.; KLIKSBURG, B. **As pessoas em primeiro lugar: A Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 404p.

Capítulo 18

A importância de trabalhar a educação ambiental na educação infantil por meio de projetos

Maria Jacilde Pereira Cordeiro¹

Introdução

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo esta uma fase na qual a criança passa a desenvolver princípios e valores para viver em sociedade. Diante da necessidade de formação social a escola passa a mediar este processo, que os profissionais da educação proporcionam momentos de aprendizagem relevantes para o educando.

É necessário enfatizar sobre a educação ambiental como temática transversal que se encontra em ambientes escolares e não escolares, sendo esta de suma para a sociedade, por meio do controle e minimização de danos ao meio ambiente. No âmbito escolar a educação ambiental é vivenciada por meio de projetos que visa colocar em prática as teorias vivenciadas, facilitando para o educando a compreensão e interação com o meio em que vive.

A prática da educação ambiental é fundamental para construção do conhecimento e conscientização do dever que o indivíduo tem sobre o meio ambiente. Este estudo tem como

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC., Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade de Formação de Professores do Araripe – FAFOPA. E-mail: jcp_c@hotmail.com

finalidade analisar a articulação da educação ambiental na educação infantil por meio de projetos para uma melhor conscientização.

O desfecho deste estudo é por meio de revisão de literatura de autores como: Nóvoa (1991), Gonçalves (2000) Pedrini (1997) e outros autores.

Os projetos na educação infantil devem ser articulados de forma com que proporcione a criança o contato com os problemas que sondam a comunidade, em especial a gestão de resíduos sólidos que é de suma para a criança gerir melhor a produção e consumo de bens, como também realizar a destinação correta dos resíduos.

1. Os princípios da educação infantil

A educação infantil caracteriza-se por ser uma fase em que a criança passa a habituar-se ao meio em que vive, com necessidades de compreender o social, o concreto e também as abstrações. Na educação infantil a crianças trabalham a coordenação motora, socialização e aquisição de conhecimentos relevantes para o crescimento (MARTINEZ, et, al, 2002).

É também durante esta fase que a criança passa a identificar algumas significações, tais como, horários, tempo, alimentação, socialização, contato com regras por meio de jogos e brincadeiras dentre outros. A criança apresenta características específicas do seu processo de desenvolvimento e o docente deve estar atento quanto as suas limitações, para melhor intervir junto com escola e família (NÓVOA, 1991).

O cognitivo passa a ser um processo crucial para o desenvolvimento dos significados para a criança, em que deve ser estimulada por meio de métodos inovadores. O lúdico durante a educação infantil é um método crucial em que facilita a compreensão da criança perante as informações repassadas pelo docente (SANTOS, 1997).

Os conteúdos na educação infantil devem ocorrer de forma lúdica e que proporcione o prazer da criança. Para Lopes (2006: 10):

O fato de a criança, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde, representar determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e da experimentação de regras e papéis sociais.

A educação infantil favorece a criança o desenvolvimento de aptidões e habilidades que serão importantes para o seu futuro. Durante esta fase a criança passa a conhecer alguns objetos, normas sociais, formas de expressão para melhor conviver com seu meio. O cognitivo da criança é estimulado para desenvolver conhecimentos, necessitando que a prática docente seja realizada de forma diferenciada como momento de descontração contextualizado ao currículo e conteúdos programáticos para esta modalidade (AMARILHA, 1997).

1.1 Trabalhando a Educação Ambiental no ambiente escolar

A educação ambiental é um tema transversal que é vivenciado dentro e fora de ambientes educacionais. A educação ambiental deve ser enfatizada nas mais variadas disciplinas, abordando os aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais, possibilitando uma melhor compreensão sobre os as problemáticas e medidas de intervenção.

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 aborda que:

“Todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o

dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988) ”.

Os PCNS são trabalhados como uma forma de compreender os aspectos sociais e culturais da comunidade. Sendo relevante que a escola contribua para a formação de conhecimentos, levando em consideração as necessidades da comunidade atendendo também as necessidades ambientais. Os docentes devem realizar o processo de mediação do conhecimento de forma mais humanizada, compreendendo as interfaces que permeiam dentro e fora do ambiente escolar (GUIMARÃES, 1995).

Para Gonçalves (2000), é na escola que o indivíduo é moldado, constrói valores e conhecimentos essenciais para viver em sociedade. Diante de tal responsabilidade a escola deve propiciar recursos materiais e humanos que proporcione o crescimento do educando, para tornarem-se indivíduos conscientes e capazes de refletirem sobre sua postura na sociedade e com o meio.

De acordo com o PCN:

“A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da Tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade. (...) Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente” (PCN, 1997, p.16, 17).

O currículo da escola deve incorporar em suas atividades a educação ambiental, promovendo o desenvolvimento de atividades ambientais dentro e fora do ambiente escolar, realização de projetos, experiências entre outros meios que proporcionem ao educando uma formação conhecimentos e conscientização ambiental (MIGLIORI, 1998).

A educação ambiental não deve ser apenas trabalhada no repasse de informações (teoria), mas também o educando necessita vivenciar na prática, conhecendo os problemas

ambientais que envolvem a comunidade, realizando medidas de intervenção. Quando o educando vivencia na prática as informações repassadas na sala de aula, apropria-se de forma mais significativa o conhecimento, como também faz uso em seu dia a dia dos conhecimentos adquiridos (MEDEIROS; BELLINI,1997).

1.2 Trabalhando projetos com crianças

No ambiente escolar é possível trabalhar diferentes projetos voltados para conscientização ambiental, tais como: reciclagem, horta, gestão de resíduos entre outros projetos que possibilitem a redução de impactos ambientais e conscientização (MADI, 1998). Ainda segundo o autor a reciclagem deve ser abordada perante sua finalidade de reduzir a quantidade de lixo, por meio da reutilização de determinado material, passando a novamente ser utilizado. Existem dois sistemas de separação do lixo para reciclagem que é o sistema de cobranças por embalagens ou coleta seletiva realizada por programas voluntários.

A horta também é um projeto essencial a ser desenvolvido na escola, a criança passa a ter conhecimentos sobre a alimentação saudável e também passa a ter conhecimentos relevantes para cuidar do meio ambiente.

A escola necessita educar a criança para realizar o seu papel de forma adequada na sociedade, cuidando de forma adequada do meio em que vive. As crianças necessitam sentir-se útil e a execução de projetos ambientais possibilita a conscientização ambiental, em que o docente passa a apresentar de forma mais clara os problemas ambientais e em seguida propões soluções, para que ela tenha conhecimento sobre a origem dos problemas ambientais e que o homem é o único que pode solucionar tais problemas (SANROS, 1997).

Para Machado (1991: 131) é relevante que os docentes da educação infantil reflitam sobre o processo de conscientização para esta modalidade de ensino. O autor enfatiza que:

Qualquer instituição voltada ao atendimento sistemático de crianças de 0 a 5 anos é escola. A pré-escola é escola. E se não é deveria ser..... Além disso, para tornar escola com E maiúsculo é preciso que sua proposta pedagógica seja clara, e mais ativa perante seu âmbito de atuação, necessitando também ser melhor definido e seu espaço na sociedade reconhecido (Machado, 1991, p. 131/ Grifos meus devido a mudança da LDB).

A reutilização de materiais também é importante, dando assim outro destino para matérias que pareçam não ser mais aptos para o uso. O docente pode trabalhar com as crianças em sala de aula a produção de porta lápis, com utilização de latas, produção de brinquedos que podem ficar disponíveis na sala de aula, como também contribuir os objetos na realização das atividades escolares (MACHADO, 1991).

1.3 Conscientização para melhor qualidade de vida

Segundo Mayre (1998), os problemas ambientais são resultantes da falta de conhecimento por parte da sociedade, que não possui uma ótica sobre as ações e danos que comete com o meio ambiente. Sendo necessária uma ação mais intensiva por meio de investimentos para minimizar e conscientizar a sociedade dos deveres ambientais.

Ainda segundo o autor, existem muitos questionamentos a serem feitos em especial sobre os problemas ambientais, é necessário refletir sobre tais problemas, daí surge a questão, os países desenvolvidos sofrem com os problemas ambientais? Cabe lembrar que os países desenvolvidos investem em ciência e tecnologia, proporcionando um melhor aprofundamento sobre as necessidades da sociedade e do meio como um todo.

Para Pedrini (1997, p.100):

A constatação da ausência de qualquer tipo de avaliação é demais preocupante, pois desconhecendo a eficácia ou eficiência de nossas ações a curto, médio ou longo prazos não podemos proceder a eventuais correções ou ajustes do nosso processo de construção e difusão do conhecimento gerado e da aquisição de novos hábitos por parte dos capacitandos.

Para que a conscientização ocorra de forma significativa é necessário de ação, vontade e compreensão da necessidade de mudanças. Segundo Barcelos:

“O descontentamento e a não aceitação passiva do que está acontecendo no mundo é o que pode suscitar nossa criação imaginativa na construção de uma teoria crítica do que existe, e viabilizar sua recuperação.” Barcelos (BARCELOS, 2002: 08)

O pensamento faz parte de uma reflexão que envolve o simples e o complexo, sendo necessário que o indivíduo faça um bom uso de ambos os pensamentos, em especial na educação ambiental desenvolvendo uma postura reflexiva e ativa diante das necessidades de mudanças da sociedade com o meio (MORIN, 1995).

A educação ambiental necessita de uma prática metodológica ampla, em que incorpore diferentes disciplinas que devem trabalhá-la para o educando realmente compreender a finalidade da educação ambiental. O docente necessita ter conhecimento das mais variadas formas de desenvolver uma postura mais reflexiva e assídua do educando com práticas da educação ambiental (FAZENDA, 1995).

Conclusões

A educação ambiental é crucial para promover a sustentabilidade no meio ambiente, possibilitando um cuidado intensivo sobre os diferentes recursos existentes, bem como também uma postura mais adequada do homem perante a

utilização dos recursos naturais, destinação dos resíduos produzidos, propiciando o equilíbrio entre o homem e meio ambiente.

É relevante destacar que é durante a educação infantil que a criança desenvolve valores para viver em sociedade, em especial nesta temática passa a respeitar o meio ambiente diante de suas necessidades. A execução de projetos voltados para educação ambiental é essencial, pois permite a construção de valores por meio da prática, passando a criança a adotar de forma significativa mudanças de valores perante a conscientização ambiental.

Referências

AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas? Literatura infantil e prática pedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 – Natal: EDUFRRN.

BARCELOS, T. M. **Subjetividade: inquietações contemporâneas**. Educação e filosofia 32, (16), 149-159, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Meio ambiente**. Vol.9. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (SEF), 1997. Disponível em:

<[Http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf)>. Acesso em: 04 abris de 2015.

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Edições Loyola – Coleção Educar nº 13, 1995.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo, Papirus, 1995.

LOPES, V. G. **Linguagem do Corpo e Movimento**. Curitiba, PR: FAEL, 2006.

MADI, L. F. C. et al. **Tendências da indústria brasileira de embalagem na virada do milênio**. Campinas: CETEA/ITAL, 1998.

MARTINEZ, A. P. **Preferência por tipos diferentes de matérias escolares e atividades em situação de escolha livre entre crianças do maternal a primeira série do ensino fundamental**. Tese de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. UFSCAR. São Carlos. SP, 2002.

MAYER, M. **Educación Ambiental: de la acción a la investigación**. Enseñanza de las Ciencias, v. 16, n. 2, jun.1998.

MEDEIROS, M. G. L. BELLINI, I. M. **Educação Ambiental como Educação Científica**, Londrina, Ed. UEL, 1997.

MIGLIORI, R. de F. et al. **Ética, valores humanos e transformação**. São Paulo: Peirópolis. 1998. (Série Temas Transversais V. 1).

NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora. 1991.

PEDRINI, A. G. et. al. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, S. M. P. dos. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.